

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Cláudia Pereira Ferraz

Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo
2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Cláudia Pereira Ferraz

Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora, sob orientação da Professora Doutora Rosemary Segurado.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo
2020

FERRAZ, Cláudia Pereira

Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook/ Cláudia Pereira Ferraz – São Paulo:
PUC, 2020

Tese de Doutorado: Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Segurado

Referências: 158p

1.Ciberfeminismo no Facebook 2.Etnografia Digital 3.Pós Democracia. 4Necropolítica de Gênero
5. Política Ciberfeminista. **I.** Segurado, Rosemary **II.** Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo – Programa de Pós Graduated em Ciências Sociais. **III** Título

CDU

Banca Examinadora

Dedico este trabalho

À minha mãe Rosa, minha filha Stéphanie
e todas as ciberfeministas

Apoio

Ao Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e
Tecnológico por ter sido bolsista.
Este apoio foi fundamental para o
desenvolvimento deste estudo

Agradecimentos

Agradeço o apoio de todos que tornaram este estudo possível. Em especial, a professora orientadora Rosemary Segurado e aos professores da banca examinadora: Rose Melo Rocha, Rafael Araújo, Cláudio Sampaio, Rita de Cássia A. Oliveira e Vera Chaia. Expresso por aqui, minha gratidão á Deputada Federal Sâmia Bonfim por ceder-me a entrevista na Casa das Mulheres e Aline Oliveira, por me viabilizar o contato com a deputada. Por final, agradeço também, imensamente, à minha mãe Maria Rosa Z. P. Ferraz que sempre deu todo suporte possível para que esta pesquisa se desenvolvesse e minha prima Aili Kontus, por me abrir outros horizontes, neste período de obscurantismo que coloca em vulnerabilidade a produção científica no Brasil.

RESUMO

A presente pesquisa investiga os feminismos atrelados à tecnologia fundamentados na proposta artística das ciberfeministas do final do século XX. Partindo desta perspectiva histórica, analisará politicamente o ciberfeminismo reverberado nas atuais mídias sociais online no Brasil. A delimitação do ciberfeminismo no Facebook como objeto de estudo será construída com base do paradigma da arte ciberfeminista dos anos noventa, em que a proposta se articulava entre o uso da tecnologia, a teoria feminista francesa e a metáfora ciborgue com o intuito de implodir as estruturas binárias e dicotômicas, típicas do patriarcado. Este princípio feminista servirá para pensar as outras dicotomias, hierarquias e opressões, que envolvem para além da sexualidade, a questão de classe e da raça. Pelos referenciais da etnografia online, a observação oculta em Páginas Feministas no Facebook e suas Caixas de Comentários se utilizará desta rede como fonte de dados córregos, os quais, levarão a inserção em outros sites, blogs e páginas feministas. Desse modo, esta presente tese contemplará as análises sobre a ontologia do ciberfeminismo no Facebook, através dos discursos intrínsecos às linguagens e performances sócio-políticas analisadas nesta rede social. A pesquisa abordará a política online, em termos sócio-comportamentais, percorrendo as páginas em encontram os dados que levarão a entender a necropolítica de gênero, a reação da multidão ciberfeminista, a ascendência das representantes do ciberfeminismo político institucional e por final, a onda ultraconservadora, antifeminista e anti-democracia nas redes sociais. Embora o Ciberfeminismo tenha sido um movimento iniciado ao final do século XX a tese vai relatar como a proposta ciberfeminista ganhará força na primeira década só século XXI.

Palavras chave: Ciberfeminismo no Facebook, Etnografia Digital, Pós Democracia, Necropolítica de Gênero, Política Ciberfeminista.

ABSTRACT

This research aims to investigate the feminisms technology-related based on the cyberfeminists artistic as proposal on late of twentieth century. From this historical perspective, it intends to do a politically analyze by the cyberfeminism reverberated through current online social media in Brazil. The delimitation of cyberfeminism on Facebook as an object of study, will be construct on the paradigm of cyberfeminism art from nineties, articulated between technology, French feminist theory and the cyborg metaphor, to inspire to overcoming the dichotomous categories of gender among others. This feminist reflexive principle allows to reflect about the other dichotomies, hierarchies and oppressions that involved beyond the sexuality, as like the question of class and race. By the online ethnography, the hidden observation on Facebook Feminist Pages and their Comment Boxes, will describe this way as a source of data streams, which lead to insertion in other websites, blogs and feminist pages. This thesis wishes would contemplate the ontology of cyberfeminism on Facebook, through the intrinsic discourses of languages and socio-political performances observed on this mentioned social network. In other words, the thesis will approach the online politics, in online social behavioural terms, starting from data that lead to understand the necro politics of gender, the ascendancy of the representatives of the Brazilian cyberfeminism leaders in institutional policy and the Brazilians ultra-conservative wave acting on anti-feminism and anti-democracy. Although the cyberfeminism was a movement started at the end of the twentieth century, the thesis will report how this proposal gains strength in the first decade of 21st century by social media technology.

Keywords: Facebook Cyberfeminism, Online Ethnography, Post Democracy, Gender Necro politics, Cyberfeminist Policy.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Studie untersucht technologiebezogenen Feminismus und basiert auf dem Cyberfeminismus vom Ende des 20. Jahrhunderts. Aus dieser historischen Perspektive wird Cyberfeminismus, der durch die aktuellen sozialen Online-Medien in Brasilien vertreten ist, politisch analysiert. Als Untersuchungsgegenstand wird der Cyberfeminismus auf Facebook gebraucht, ebenso das Paradigma der cyberfeministischen Kunst der neunziger Jahre, die französische feministische Theorie und die Cyborg-Metapher, die es ermöglichen, die Fragen zu behandeln, die von Sexualität, Klasse und Rasse ausgehen. Durch die versteckte Beobachtung auf Facebook-Seiten und Kommentarboxen wird dieses Netzwerk auch als Quelle für Datenströme genutzt, die zur Einfügung in andere Websites, Blogs und feministische Seiten führen, die in diesem Netzwerk gepostet werden. Diese Dissertation zielt darauf ab, die ontologischen Analysen des Cyberfeminismus auf Facebook anhand der inhärenten Diskurse von Sprachen und gesellschaftspolitischen Performances zu untersuchen, die in diesem erwähnten sozialen Netzwerk analysiert werden. Mit anderen Worten, die Forschung befasst sich in sozialer Hinsicht mit der Online-Politik und geht dabei von Daten aus, die zum Verständnis der geschlechtsspezifischen Nekropolitik, der Reaktion der Cyberfeministen, des Aufstiegs der Vertreter der institutionellen Politik des Cyberfeminismus und der ultrakonservativ Antidemokratie in Brasilien. Obwohl es sich um eine Bewegung handelt, die Ende des 20. Jahrhunderts ins Leben gerufen wurde, wird auch beobachtet, wie der Cyberfeminismus im ersten Jahrzehnt des 21. Jahrhunderts an Stärke gewinnt.

Schlüsselwörter: Facebook-Cyberfeminismus, Online Ethnographie, Post-Demokratie, Gender-Nekropolitik, Cyberfeministische Politik.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I – Ciberfeminismos	
1.1) A Cultura Ciberfeminista nas Ondas dos Feminismos.....	25
1.2) Tecnologia pela Perspectiva Feminista.....	29
1.3) Arte Ciberfeminista e Política de Gênero.....	33
1.3.1) Ciborgue e a Neutralidade de Gênero em Triz.....	38
Capítulo II - Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook	
2.1) Etnografia Online e a Ontologia Política como Eixo da Epistemologia Feminista.....	43
2.1.2) Cartografia Política do Ciberfeminismo no Facebook.....	59
2.3) Ciberfeminismo no Facebook e a Necropolítica de Gênero.....	66
Capítulo III – Multidão Ciborgue – Redes, Ruas e Política de Gênero	
3.1) Multidão Ciborgue.....	77
3.1.1) A Primavera (Ciber) Feminista.....	89
Capítulo IV - Representações Ciberfeministas na Política Institucional	
4.1) Ciberfeminismo no Poder Político Institucional.....	98
4.2) O Ciberfeminismo Político via <i>live streaming</i>	102
4.2.1) Marielle Franco – A rosa política que nasceu no asfalto e nas redes sociais.....	104
4.2.2) O Eco-Ciberfeminismo de Fernanda Melchionna e o Ciberfeminismo Antirracista de Talíria Petroni	111
4.2.3) O Mandato (ciber) Feminista de Sâmia Bonfim.....	122
Considerações Finais.....	131

Introdução

Esta presente tese de doutoramento teve início no segundo semestre de dois mil e quinze, e desde lá começou a pensar no ciberfeminismo não apenas para localizar os feminismos mediados pelas tecnologias digitais online como o Facebook, mas para localizar conceitualmente e historicamente a proposta revolucionária de união entre o feminismo e tecnologia. Tal proposta parte do Manifesto Ciborgue de Haraway (2009), da arte e da filosofia feminista francesa para contestar a normatividade social da questão de gênero pela apropriação das armas de seu inimigo, no caso a tecnologia. Cabe lembrar que a tecnologia é desenvolvida dentro da dinâmica bélica da racionalidade patriarcal na compulsão pela competição, poder e dominação do espaço e dos corpos subjugados pelos soberanos. Por isso, o conceito ciborgue de Haraway e as Ciberfeministas dos anos noventa inspiravam usar a tecnologia para implodir as diferenças e opressões em torno do aspecto dicotômico da sexualidade, rumo a outra política, num outro sistema, não normativo e não capitalista, mas também fora do enquadramento do socialismo pela experiência soviética.

Com o ideal ciberfeminista em mente, o início deste trajeto de pesquisa se dava numa perspectiva otimista, onde o projeto pretendia analisar a potência e os impactos das “marchas feministas” e das campanhas feministas por hashtags #, que se davam naquele ano. Pelo intermédio das redes sociais e das pelas marchas feministas se percebia as mobilizações das mulheres em campanhas contra a cultura do estupro, os assédios, e a favor do aborto seguro, legal e gratuito. Este ano de dois mil e quinze, foi o ano das hashtags # ligadas às causas das mulheres, onde via mídias sociais, estas campanhas demonstravam as variadas formas de assédios, comumente, normatizados na cultura hétero-patriarcal brasileira.

Na sequência da metade da segunda década do século XXI, se tornou comum ver as meninas do Ensino Fundamental, começarem a se auto afirmarem feministas e até marcas fashionistas e da alta costura, como Christian Dior passam a disseminar o feminismo ao mercado de consumo popular e de luxo, alavancando as perspectivas do feminismo liberal. Nesta esfera a pergunta introdutória que guiava o projeto era em torno de saber se: Está a caminho, pelo viés das redes sociais digitais, uma nova onda feminista capaz de fissurar as estruturas patriarcais da sociedade contemporânea? Pela formulação da pergunta de pesquisa, o estudo vislumbrava um

horizonte de emancipação sobre as forças patriarcais, alavancado por uma visão midiática e mercadológica na popularização dos feminismos pelas mídias sociais, frequentemente estimulando o ideal de empoderamento feminino.

A hipótese que se desdobrou da indagação, levou a pensar na apropriação das tecnologias de comunicação pelas causas feministas, atentando a percepção sobre as opressões e as demais violências de gênero, as quais passavam como naturalizadas, a exemplo do assédio sexual e da violência doméstica. Se de um lado, os feminismos mediados pelas tecnologias de comunicação pareciam desestabilizar a estrutura patriarcal tão predominante nas instituições, de outro lado, a quarta onda do feminismo parecia fomentar um empoderamento pelo feminismo como modismo, assimilado por estratégias de marketing, as quais encorajam a mulher a encabeçar o sistema, mas não transforma-lo.

Num contexto de otimismo, típico de quem começara estudar as percepções sociais da importância dos feminismos entre a população jovem nas redes e nas ruas, a partir do uso do aparato das tecnologias de comunicação, o estudo resgatou os referenciais do mito ciborgue de Donna Haraway (2009), quando seu manifesto inspirou a pensar na possibilidade de uma revolução cultural sobre a noção normativa e dicotômica da sexualidade, através dos feminismos vinculados às recentes tecnologias digitais. Na perspectiva desta obra de Haraway, e dos acontecimentos que marcaram a metade da segunda década do ano dois mil, se via pelas postagens feministas do Facebook, os problemas sociais sobre a questão normativa de gênero. Destacavam-se nesta rede, as perspectivas do feminismo plural e interseccional, sensível à questão do racismo, das mulheres trans, e dos problemas sociais gerados pelo neoliberalismo. Deste modo, o olhar que direcionava a hipótese da pesquisa, visualizava o caminho da escrita, consagrando a possibilidade da busca por uma revolução social em termos gênero, pela atuação do que a pesquisa denominou como “multidão ciborgue”. A terminologia relacionada a “multidão”, foi inspirada pelo conceito trabalhado por Hardt e Negri (2005) para observar as organizações de mulheres, entre outras minorias sociológicas de gênero, contestando as políticas do estado, as dicotomias de gênero e o racismo. Nesta seara, as redes feministas pareciam chamar a atenção pelas as ações nas ruas, abrindo a possibilidade de se pensar outra política e outra sociedade pelas perspectivas do feminismo ciborgue, mediado pelas tecnologias de comunicação.

Desse modo, o estudo criou agenciamentos teóricos entre a proposta ciberfeminista clássica da era pré- internet, e os feminismos em redes sociais digitais. Para verificar, como as relações entre a mulher e a tecnologia podem se dar, vislumbrando a emancipação entre as dicotomias e opressões sociais. Ao considerar que o ciberfeminismo como conceito ainda está em desenvolvimento teórico, o estudo usou os agenciamentos que partem daí como parâmetro da construção da narrativa sobre o ciberfeminismo, via as mídias sociais digitais como o Facebook.

Neste contexto, o trabalho de campo realizado nas páginas feministas e de grupos de mulheres, observou a instrumentalização do Facebook como tecnologia de comunicação para contestação da política do Estado vigente. Neste sentido, o referencial ciberfeminista esteve nas vias de contestação do Estado historicamente alinhado ao patriarcado e a força. Isso se via pelas dores das mães da Página das Mães de Maio. Neste caso, a página aponta no sofrimento das mães que perderam seus filhos adolescentes ou muito jovens pela força ostensiva e letal da polícia militar do Estado de São Paulo. E na direção de pensar a violência institucionalizada pelo Estado, cabe lembrar do lema do coletivo Las Tesis (2019), que adiante será citado nesta tese como exemplo da multidão ciborgue, quando faz lembrar que “Estado opressor” é tão brutal quanto “o macho violador”. Ainda nesta dimensão do Estado, os dados de outra página no Facebook, Feminismo sem Demagogia demonstraram, que o sentido deste lema pode igualmente ser vinculado a lei de proibição do aborto, pois esta questão faz do Estado, responsável por uma das maiores causas de morte de mulheres de baixa renda, devido aos procedimentos malsucedidos de abortos clandestinos e caseiros (GOMES, 2018). Conforme será visto adiante, pelos feminismos nas redes e nas ruas, se percebe Estado na América Latina, também é responsável por tolerar e absorver estupradores e acusados de feminicídios, reforçando novamente o lema que “o Estado opressor é o macho violador” (LAS TESIS, 2019).

A sequência do tempo de estudo no campo das páginas feministas no Facebook, direcionou a pesquisa ao encontro da força da narrativa da extrema direita, contra os feminismos e as políticas emancipadoras da questão de gênero. Nesta perspectiva, se viam fortes difamações à Educação Sexual nas escolas públicas pelas notícias falsas, vinculando a educação sexual a pedofilia e incesto, disseminadas através do Facebook e grupos de WhatsApp. Se pode dizer que é

possível atribuir a isso, o começo da deturpação da pauta da sexualidade pela política institucional estimulando o inconsciente do imaginário de parte do eleitorado da sociedade brasileira, onde por via das redes de desinformação, se garantiu pelo voto, a vitória do poder da extrema direita no Brasil, pelo presidente Jair Bolsonaro. O que também demonstra a vitória política dos valores, que historicamente são poluídos pelos referenciais coloniais do poder, na persistência das relações sociais e políticas fundamentadas na força, na manipulação e na dominação, típicas do poder patriarcal. Por isso, para além das postagens feministas e das campanhas de #hashtag feministas, a tese se adentrou no lado obscuro dos comentários antifeministas, principalmente nas caixas de comentários que sucedem publicações sobre a questão do direito ao aborto.

Para isso, se inspirou no modo de observação participativa, mas oculta apresentado no texto de Skågeby (2011) sobre a Etnografia online, atuando como observadora participativa, mas oculta para observar os diálogos e embates decorrentes das expressões feministas e antifeministas no Facebook. Esta estratégia se deu a fim de contar com as demandas de produções espontâneas, que os próprios usuários e usuárias das redes sociais desempenharam por suas postagens e comentários. Pois, se teve em mente que interferência do pesquisador poderia inflamar respostas e influenciar o percurso da pesquisa, além de subtrair a espontaneidade da atuação dos atores sociais/digitais. Com exceção da entrevista presencial com a deputada federal feminista Sâmia Bonfim, (jovem mulher na política, que pelos referenciais do ciberfeminismo, se destaca como uma expoente da política dessa geração, entre outras lideranças emergentes) se optou por fazer apenas reflexões textuais que partem das expressões no Facebook, sem aplicação de questionários ou algum contato com os atores sociais/digitais antifeministas, ou mesmo, reproduções coladas dos registros dos comentários.

Para além do teor dos comentários antifeministas, o ápice do desencanto sobre a possibilidade da sociedade se demonstrar como um todo, mais esclarecida sobre as lutas das questões sociais trazidas pelo ciberfeminismo, se destacou em quatorze de março de dois mil e dezoito, quando a vereadora Marielle Franco e seu motorista foram assassinados. A repercussão destas mortes, a disseminação dos comentários mentirosos sobre a integridade moral da vereadora, toda demora da investigação que descobriria o mandante do crime, e a polêmica sobre a citação do nome do presidente Bolsonaro e seu filho Carlos Bolsonaro nas investigações do crime, acentuaram

continuamente este desencanto no processo de escrita da tese. E desse modo, as notícias publicadas pela grande mídia e mídias independentes nas redes sociais, levaram a tese para pensar na necropolítica de gênero nas instâncias do poder político institucional. Principalmente, após estas mídias divulgarem que Carlos Bolsonaro, filho do então presidente do Brasil, e na época do assassinato, vereador, tinha o gabinete próximo ao de Marielle Franco na Alerj e era considerado um inimigo político da vereadora. Estes fatos passaram a estimular as análises deste estudo sobre a correlação de forças dicotômicas no âmbito da questão de gênero, classe e raça na política institucional e sócio comportamental. As quais, sob os referenciais da extrema direita, se apropriaram dos meios de comunicação para fomentar a violência, o desrespeito e a quebra da democracia, implicando num distanciamento de uma visão política plural, emancipada e interligada nas questões relativas aos problemas sociais, econômicos e de gênero. Questões que acenderiam na dimensão na valorização de políticas, que privilegiariam o Estado de bem-estar para todos. Este fato levou a pesquisa a refletir sobre as ações ultraconservadoras pelas redes sociais, e na matriz extremista do cristianismo, tendendo a direcionar a política e a subjetividade de parte da população brasileira, para a defesa do privilégio de segmentos, restritos apenas aos que compartilham com estas matrizes ideológicas; os mesmos valores, ideais e identidades, mesmo que, estas matrizes propaguem valores bem distantes da ética e dos pressupostos básicos da Democracia Liberal.

Para dar conta destes, e de outros problemas, a tese acompanhou até dois mil e quinze a dois mil e dezenove no campo do Facebook as Páginas feministas: Think Olga, Transfeminismo, Feminismo Radical para Iniciantes (que não é considerada ciberfeminista, por esta tese, na medida em que defende o sentido dicotômico de gênero, distanciando-se completamente das raízes da proposta ciberfeminista, original dos anos noventa), Não Me Kahlo, Feminismo sem Demagogia, Mães de Maio (que embora não tenha nenhuma bandeira feminista, é uma iniciativa de mulheres mães, que perderam seus filhos pela política de segurança do Estado), Geledés, Saúde Mental e de Gênero, Judith Butler e Teoria Queer e mais ao final da pesquisa, Mídia Índia. Para chegar nestas páginas, o procedimento se deu a partir de coletas das comunidades feministas e sobre a temática de gênero, dispostas entre as páginas do Facebook Brasil, utilizando as palavras chave: “Feminismo(s)”, “Feminismo Radical”, “Feminismo Interseccional”, “Transfeminismo”, “Feminismo Antirracista”, “Feminismo Antiproibicionista” “Feminismo Gay” e “Feminismo

Lésbico” , entre outras que repercutiam as noções dos diferentes feminismos que abarcassem a diversidade de gênero, no Facebook. Entre estas, afunilou-se àquelas que publicavam informações, que faziam jus à proposta ciberfeminista, delimitada pela presente pesquisa, no que diz respeito a apropriação das tecnologias de comunicação para informações, produção de conteúdo e/ou organizações, que pautam as lutas das mulheres, vinculada aos problemas de classe, raça e sexualidade.

Cabe lembrar, que mesmo configurando a rede para receber as notificações de atualização das páginas, o acesso ao ícone “Feed das Páginas”, o qual permitia facilmente o contato com as publicações de outras Páginas feministas e de gênero para informações adjacentes àquelas das Páginas selecionadas, foi dificultado com as atualizações do sistema desta rede. Ao final do ano de dois mil e dezoito, a nova configuração do Facebook, trocou o ícone “Feed das Páginas” pelo “Feed dos Grupos”, um outro sistema de agrupamento digital, que certas vezes, necessita de autorização para fazer parte destes diferentes grupos que envolvem diferentes temáticas. A sessão de vídeos, passou a ser exaltada em ícones próprios no Facebook, o que, posteriormente, direcionou a pesquisa a se concentrar também nos vídeos em *live streaming*, das mulheres declaradamente feministas, acendendo no poder político institucional. Mesmo assim, mais mil e quinhentas publicações, sobre assuntos que remetiam os feminismos e as questões de violência de gênero, foram coletadas e armazenadas no ícone “salvar” do próprio Facebook, destinadas a análises posteriores, em produções escritas. Em termos metodológicos, isso demonstrou que, a direção das mídias sociais em suas atualizações vai direcionando também, a dinâmica da etnografia nas redes digitais.

Por outro lado, a etnografia acompanhou presencialmente os eventos de manifestações feministas, que em dois mil e quinze, se concentravam no vão do MASP (Museu de Arte de São Paulo), contra a cultura do estupro e pelo direito ao aborto seguro e garantido pelo Estado. Nesta direção, a pesquisa verifica que, posteriormente às marchas, lideranças feministas acendem no espaço da política institucional. A partir daí, o estudo avançou a proposta de análise das Páginas selecionadas e passou a seguir também, as publicações das candidatas do Partido Socialismo e Liberdade, as quais, oriundas das Marchas Feministas, venceram as eleições como vereadoras no ano seguinte. Embora a maioria delas, tenha sido eleita após estes eventos, chamados pelas mídias

de Primavera Feminista (onde milhares de mulheres se organizaram em todo Brasil contra do PL 5069/2013 que restringia ainda mais o direito ao aborto), o processo etnográfico online passou a acompanhar mais estritamente os vídeos nas Páginas do Facebook de Sâmia Bonfim eleita na época, mais jovem vereadora em São Paulo, Marielle Franco no Rio de Janeiro, Talíria Petroni em Niterói e Fernanda Melchionna em Porto Alegre.

Assim, o projeto também teve que se flexibilizar, e considerar o cenário político que foi se transformando, permitindo a realização das cartografias dos ciberfeminismos no Facebook inter-relacionadas ao campo das transformações políticas, que se desdobraram também, nas mídias sociais. A tese então, passou a se chamar: “Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook. O título foi correlacionado ao fato, de entrar contato com a obra de Mouffe (2005, p. 11) e entender, que os prejuízos dos valores democráticos, estão postos quando se coloca a pensar sobre a incursão do ideal de aniquilação das posições, valores e performances divergentes dos padrões tradicionalmente normativos da sociedade. Em decorrência disso, esta presente pesquisa mostra a organização das matrizes ultraconservadoras online atuando em frentes depreciativas das lutas feministas pela vida e pelos direitos das mulheres, corroborando como já foi dito, para o distanciamento de um poder político plural.

Diante deste contexto, se introduziram as etapas que dimensionaram o desenvolvimento da tese organizando a produção escrita, a qual se deu da seguinte forma:

O primeiro capítulo, vai tratar do desenvolvimento da tecnologia, por uma perspectiva feminista, a qual retrata este fenômeno sendo monopolizado pela perspectiva hétero normativa, quando historicamente, mulheres ficaram restritas ao ambiente doméstico e privadas do contato com a ciências e as tecnologias. Nesta dimensão, o texto retratará como as mulheres ainda são acusadas de ter inabilidade natural ao trato destas atividades, numa forma de justificativa da preponderância da tecnologia estar majoritariamente composta por homens.

Como um marco de contestação deste percurso histórico, a tese observou o ciberfeminismo clássico, considerando-o marco inicial que em meados dos anos noventa, defendeu a apropriação da tecnologia pelas mulheres; através da arte digital vinculada à proposta feminista

guiada na contestação da dicotomia de gênero, sob a inspiração do Manifesto Ciborgue de Haraway (2009). Tal marco, é importante, para dar ênfase ao início do debate sobre os corpos dissidentes das estruturas hétero-normativas, como questão não apenas paralela aos feminismos, e sim, como a base constituinte do feminismo interseccional nas redes sociais. Para contextualizar este marco, esta tese prosseguiu retomando os estudos anteriores sobre o ciberfeminismo clássico. De modo a retornar aos episódios que marcaram as expressões da arte ciberfeminista dos anos noventa, a exemplo do “Manifesto Ciberfeminista para o sec. XXI” do coletivo de arte australiano VNS Matrix e seu lema sobre o “clitóris como a linha direta à matrix” da arte e da tecnologia (FERRAZ C. P, 2018).

O ciberfeminismo clássico como marco inicial corresponde à questão que atrela a diversidade de gênero à luta feminista, pela quebra da dicotomia de gênero: embasando a delimitação deste presente estudo pelo uso da tecnologia em mídias sociais no enquadramento do feminismo interseccional. Pela abordagem crítica à preponderância das estruturas patriarcais na política e na tecnologia, já alertada pela Arte Ciberfeminista nos anos noventa, esta presente pesquisa, se apropriou desta referência, para se estende-las à metade da segunda década dos anos dois mil, a fim de tratar das expressões das lutas de mulheres no Facebook, as quais puderam ser vinculadas aos valores e conceitos do ciberfeminismo pautado no Manifesto Ciborgue (Haraway, 2009).

Em relação a arte ciberfeminista no Facebook, se privilegiou focar e realizar as análises sobre estes referenciais no discurso e música do cantor Triz¹. As ideias do rapper foram selecionadas como expressão da quebra das estruturas linguísticas e comportamentais da dicotomia de gênero. Como será visto, estas expressões chamaram atenção, pela proposta de mudança na linguagem, para extrapolar as noções sobre o masculino e o feminino, sugerindo a gramática da língua portuguesa, a inclusão do “gênero neutro” ou “não binário” (ROCHA R. M e FERRAZ C. P, 2019 p. 01).

¹ Triz Rutzats é um rapper não binário, que, com dezenove anos se destacou pelo You Tube por seu posicionamento de gênero neutro e por sua qualidade poética e musical.

O segundo capítulo, deriva de um momento, em que o estudo avança sobre a reflexão metodológica acerca do campo das mídias sociais e o ciberfeminismo:

O acompanhamento etnográfico, do que se delimitou no contexto político do ciberfeminismo no Facebook presenciou fatos como: as notícias falsas sobre as políticas educacionais que abordam as questões da diversidade de gênero nas escolas; as sabotagens à Página Feminismo sem Demagogia, por sua posição agregar as pautas transexuais ao feminismo; como as denúncias os constantes assassinatos das travestis e transexuais por dados dispostos na página Transfeminismo; os insultos desrespeitosos à memória de Marielle em sua própria página, na mesma rede; e entre outras circunstâncias que permitiram um mapeamento de cartografias políticas pelas expressões ciberfeministas e antifeministas no Facebook.

Deste modo, o capítulo considera o sentido de cartografias políticas, no campo digital, como retrato da correlação de forças políticas opostas que se movimentam e se desdobram no tempo e no espaço online. Para empregar, sob inspiração de Foucault e Deleuze, uma metodologia de análises dos dispositivos e seus agenciamentos (Prado KF e Montalvão MT, 2013, p. 38). As cartografias como um processo da etnografia online, permitirão visualizar como as expressões antifeministas e ultraconservadoras podem servir de mediadoras da qualidade da noção social da democracia, dadas as performances sócio-comportamentais no Facebook. Neste aspecto, as análises destas cartografias delimitarão o sentido do campo, convergente ao olhar de Mouffe (2005) e Rancière (2010), quando ambos retratam os contextos em que se dão a “pós democracia” e a “pós política”. O referencial destes levou a pensar que os fundamentalismos morais são consequentes da deficiência da democracia pelos referenciais liberais, o que torna o problema para além de empírico e epistemológico, ser ontológico; dadas as formas particulares de vida que vão limitando os processos de racionalidade, que acenariam para o bem estar de uma vida em comum.

Isso quer dizer que, ao trazer as ideias de Mouffe (2005) para pensar relações sócio-políticas em novas mídias digitais, a pesquisa começou a se perceber a potência do método para análises, na capacidade de trazer um diagnóstico sobre a qualidade da democracia como valor sócio-comportamental e também institucional através das expressões sociais-digitais no Facebook. Neste sentido, a Política como ciência trata do campo empírico da política; na atuação,

comportamento e teoria, que em seu âmbito político-filosófico, pode ser considerado em sua perspectiva ontológica.

Pela perspectiva da ontologia, a segunda parte da tese, analisou as expressões ciberfeministas e antifeministas, a partir da significância deste conceito originado nos princípios da civilização ocidental, na Grécia Antiga. Pois, para o pensamento grego, o prefixo “onto” era dado como o discurso do indivíduo, do ser; e a linguagem compondo o “logos”. É nesta parte, onde se transpôs a lógica da ontologia como “discurso da linguagem”, digitalizada, e provinda da linguagem oriunda das expressões coletadas em caixas de comentários que seguem as postagens feministas no Facebook. Estas linguagens vão se resultar em dados, para análises qualitativas, as quais vão corresponder ao problema das tensões nas atuações sociais/digitais. Ainda nesta parte, foi possível reconhecer o estatuto ontológico pela linguagem (online) na verificação das dinâmicas sociais das performances ciberfeministas e antifeministas. Isso permitirá, refletir sobre o estatuto político da linguagem destas performances em redes. Por outro lado, a dimensão ontológica da política será vista nestas relações sociais-digitais, sob o ponto de vista de Berry (2011, p. 02,16, tradução livre), quando ele inspirou a trazer os pressupostos capazes de compreender a ontologia como “inteligibilidade”. Neste caso, a pesquisa pensou a inteligibilidade, na construção do conhecimento e agenciamentos que partem das relações entre o ciberfeminismo nas redes e ruas; a letalidade da necropolítica de gênero e as representações do ciberfeminismo no poder político institucional, pelas redes online.

No final deste segundo capítulo, se tratou dos dados que as páginas feministas “Feminismo sem Demagogia”, “Transfeminismo” e “Mães de Maio”, trouxeram sobre a necropolítica (Mbembe, 2003) de gênero no Facebook. O conceito foi analisado pela perspectiva de gênero, que segundo Isabel Gomes (2018) vincula o patriarcado ao “necropoder”, pelos mecanismos de dominação da operação de grupos que se veem na soberania do direito sobre a vida e/ou da morte das mulheres.

No contexto da reação contra a estrutura patriarcal hétero normativa, o terceiro capítulo a tese pensou a “multidão ciborgue”, dentro da perspectiva do feminismo interseccional. Neste aspecto, a multidão ciborgue é a expressão ciberfeminista nas ruas, inserida no que Negri (2004, p.

16) visualizou como a “capacidade ao poder da “multidão em combater as relações de soberania”. Por isso, na direção do pensamento do autor, o capítulo discorre sobre a potência da multidão no sentido de cooperação entre as pautas feministas que acendem em sua expansão, o “*General Intellect*”. Pelas marchas feministas, nomeadas pelas mídias como Primavera Feminista, este segmento da pesquisa tem o objetivo de demonstrar os percursos das ciberfeministas nas ruas rearticulando a história e a política.

Dos feminismos interligados entre redes e ruas, as representações declaradamente feministas assumem o poder como vereadoras nas eleições de dois mil e dezesseis. Jovens e feministas como Marielle Franco, Sâmia Bonfim, Fernanda Melchionna e Talíria Petrone acendem na política institucional, e passam a fazer uso constante das redes sociais, como canais de comunicação direta com seus eleitores e seguidores. Desde quando eram vereadoras, até quando deputadas, os usos das redes sociais por estas mulheres na política, tornam-se uma constância em seus governos. Com exceção de Marielle, uma potência política que teve sua vida interrompida na instância da necropolítica de gênero na política institucional, e que, certamente, se destacaria como deputada ou senadora nas eleições que ocorreram sete meses após seu assassinato. A partir dessa ascendência política ciberfeminista, a tese se concentra nos vídeos dos Facebook destas mulheres políticas, analisando as estratégias das mesmas para conexão direta com eleitores e seguidores, nos exercícios de seus mandatos.

Entre os vídeos coletados, a análise focou principalmente, no último vídeo de Marielle, considerado pela presente pesquisa, como bastante emblemático. Ainda mais, no que tange às expressões da vereadora exaltarem, naquele momento, a resistência e denúncia, a partir de dados, que justificavam as mulheres saírem as ruas contra: a condição da violência e da morte, presentes em maior parte, entre as mulheres que vivem em regiões de baixa renda. Ainda neste vídeo, a vereadora traz a referência poética, quando diz que, “as rosas da resistência nascem no asfalto”; inspirando assim, o título do subcapítulo numa metáfora que coloca a vereadora como “uma rosa” que nasceu no asfalto e nas redes sociais. Isso porque, Marielle tinha um forte canal de comunicação com seu eleitorado por vídeos postados no Facebook, onde registrava e divulgava as suas ações nas ruas pelas redes. Considerada pela pesquisa, como um símbolo político do ciberfeminismo, este seu último vídeo demonstra a dimensão da potência política da vereadora. A

presente tese analisou o momento da interrupção da fala da vereadora, por algum ator político, que cita o nome de um coronel militar, torturador e símbolo do terror da ditadura no Brasil. Foi nesta parte, onde a pesquisa aponta as reações ultraconservadoras violentas contra uma política ciberfeminista (interseccional). As ações de difamações que seguiram este vídeo de Marielle em sua página no Facebook, tenderão a demonstrar o que Lange G. P (2017, p. 147 tradução livre) diz sobre as dinâmicas e interatividade das forças participatórias da copresença em vídeos, relacionado o campo digital como ambiente de tensões, onde opiniões más intencionadas podem manipular livremente as reputações das mulheres pelo espaço de interação social/digital.

Após abordar o ciberfeminismo antirracista de Talíria Petroni e o Eco- Ciberfeminismo de Fernanda Melchionna, a parte final foi dedicada à entrevista presencial com Sâmia Bonfim, jovem deputada feminista, que no momento de desenvolvimento desta escrita, tem o cargo de deputada federal, assim como as demais acima citadas. A ênfase na trajetória política das deputadas vem a fazer efeito neste estudo para dimensionar também, a potência da carreira política que foi interrompida com a morte de Marielle. Uma vez que, ela foi uma das vereadoras mais votadas do Rio de Janeiro em dois mil e dezesseis. Por outro lado, a entrevista, gentilmente cedida pela deputada foi essencial para demonstrar a convergência das análises dos dados coletados na página da deputada no Facebook, reafirmados ou não por sua própria fala. O que se fez significativo, para medir a eficiência da etnografia desempenhada no campo da política digital, pela reafirmação da deputada sobre a compreensão da pesquisa em torno dos dados da sua página.

Cabe acrescentar, que a tese que se discorrerá adiante, teve por intuito, demonstrar o quanto o ciberfeminismo baseado na metáfora ciborgue de Haraway (2009) inter-relaciona as questões de gênero, classe social e raça. De modo a atuar, na perspectiva da vontade de transformação, na metamorfose dos corpos e das subjetividades que acompanham “cada período de desenvolvimento humano” (NEGRI 2012, p. 22). Por não quebrarem as estruturas de forma harmônica, se buscou compreender como as ciberfeministas aspiram transformações não apenas em nome de suas lutas, mas em nome do bem comum. Neste contexto, a presente pesquisa tendeu a se apoiar na noção de que a evolução da sociedade como um todo no que diz respeito a conscientização dos problemas de gênero não é um processo linear. E envolve como contraposição, a reação de táticas pesadas que são capazes de normatizar a difamação, a desqualificação e em

casos extremos, até a morte de mulheres, em nome da manutenção da soberania do poder hétero-patriarcal controlando a subjetividade e os corpos das mulheres. Contudo, a presente tese pretende demonstrar como a negação da necessidade da transformação da condição normativa de gênero sob a estrutura social patriarcal, buscou refúgio e força na nostalgia ultraconservadora dos séculos passados.

Finalmente, a tese se pautou teoricamente na “ identidade política do ciborgue” de Haraway (*ibid.*, 83, 84) que, mesmo sendo uma proposta mitológica segundo a própria autora; age como inspiração política para extrapolar as concepções normativas da ordem social, estimulando a consciência “imagística corporal atuante na visão de mundo”, e consequentemente, atuante na “linguagem política”.

Capítulo I - CIBERFEMINISMOS

1.1) A Cultura Ciberfeminista nas Ondas dos Feminismos

O Ciberfeminismo clássico se atrelava a um movimento associado as artes plásticas, unindo a proposta ciborgue de Haraway à literatura feminista francesa conforme veremos um pouco mais adiante. O intuito do movimento era contestar as dicotomias e injustiças de gênero, e é resgatado por esta presente tese para tratar da base da emancipação sobre os padrões normativos de gênero. Portanto, o ciberfeminismo transposto para o século XXI, via Facebook que esta tese abordou, é intimamente vinculado à quarta onda do feminismo e reconsiderado para a delimitação histórica, que vincula à causa das mulheres: as injustiças sociais, raciais e de gênero, reivindicado por intermédio das tecnologias de comunicação online.

Porém, para entender as ondas feministas que desembocaram na quarta onda, lugar onde esta tese incluiu o ciberfeminismo nas mídias sociais no Brasil, vale recorrer ao texto de Djamila Ribeiro (2014) para a revista online Carta Capital e republicado pelo site da Geledés, no Facebook. No texto, a filósofa diz que a primeira onda feminista no Brasil era voltada as pautas do voto, da atuação pública e a busca de carreiras, sem precisar do consentimento dos maridos. Ela relembra Nísia Floresta e Bertha Lutz como as pioneiras do feminismo brasileiro, onde a segunda, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino². Nísia, além de lutar pelo sufrágio, atuou pela instrução da mulher, proteção às mães e a legislação na regulação do trabalho da mulher. A Federação que ela e Berta Lutz inauguraram durou de mil novecentos e vinte e dois até mil novecentos e trinta e sete. A segunda onda vem nos anos setenta, neste momento da História, Djamila lembra da “crise da democracia”; fato que implicaria ao feminismo acadêmico, também lutar pela a valorização das cargas de trabalho da mulher, o direito ao prazer sexual, e contra a ditadura militar. Exemplos desta onda, estão nos movimentos derivados do “Movimento Feminino pela Anistia” e o “Jornal Brasil Mulher”, este, nascera no Paraná, mas se transferiu para São Paulo, funcionado até mil novecentos e oitenta. Na década seguinte, nos anos noventa, a terceira onda feminista vem para questionar os paradigmas das ondas anteriores, desse modo, questões como a

² Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0122-72382016000100014&lng=en&tlng=pt. Acesso 06. Set. 2019.

invisibilidade da mulher negra começa a virar pauta, é nesta onda, onde Djamila relembra Judith Butler para discutir as especificidades entre as lutas das mulheres, desconstruindo teorias feministas que defendem o feminismo de modo binário. É nesta onda, onde o ciberfeminismo clássico entra em cena como arte e reflexão política se alastrando entre a Europa, Estados Unidos e Austrália, questionando as dicotomias de gênero e sua categoria binária. O movimento ciberfeminista atrelado a metáfora ciborgue de Haraway (2009) traz a inspiração para pensar a necessidade do feminismo ser interseccional, representando as necessidades, especificamente de cada categoria de mulher, pois dentro destas especificidades a luta feminista deve ser direcionada contra as variadas e diferenciadas formas de opressão ligadas a questão de gênero, como racismo, lesbofobia, transmisoginia entre outras. Esta razão interseccional, que emergiu na terceira onda dos feminismos é representada historicamente por esta presente pesquisa, pelos ciberfeminismos da arte digital, fertilizou o solo para o que veio a ser, a quarta onda do feminismo; cartografadas aqui, no enquadramento dos referenciais da ontologia política do ciberfeminismo no Facebook Brasil.

A sentença da quarta onda dos feminismos, teve início na segunda década do ano dois mil quando, o retorno das pautas feministas veio a partir das mídias sociais. As pautas principais se davam em oposição ao assédio e às violências sofridas pelas mulheres, e como exemplo, a presente etnografia, abordou nas campanhas por hashtags. Porém, este vínculo entre as ações feministas e as tecnologias de comunicação digital, será tratado adiante pelas cartografias que mapeiam o ciberfeminismo, intimamente ligado aos feminismos interseccionais no Facebook.

Mesmo por a quarta onda do feminismo estar relacionada ao ciberfeminismo nas redes sociais vinculando feminismo e tecnologia, vale ressaltar que a política institucional e as tecnologias de comunicação desenvolveram-se pela atuação sócio-patriarcal, criando nas palavras de Wajcman (1999, p. 83, 105) um “estereótipo cultural de mulher que é tecnicamente incompetente”, ou mesmo, “invisível” para sua atuação na escala “técnica” na tecnologia e política. O processo histórico que se deu nesta perspectiva, criou uma cultura que reduziu a mulher à invisibilidade política, dada a reclusão ao ambiente doméstico e sua consequente carga dobrada de trabalho. Wajcman no mesmo texto, aponta que o desempenho das tecnologias criadas por homens para as mulheres, à exemplo, dos eletrodomésticos são vendidos como facilitadores da vida da mulher. Porém na prática, apenas vieram a excluir a colaboração dos outros membros da família

substituindo-a pelo das máquinas domésticas. O que não foi providencial para excluí-la do ambiente doméstico, e acabou dando disponibilidade de tempo, para que recaísse sobre ela, a responsabilidade da educação dos filhos, entre outras obrigações impostas às mulheres.

Neste contexto de reclusão, a autora lembra que o telefone fixo, o rádio, revistas, a televisão e os romances literários eram os únicos canais de comunicação da mulher com o resto do mundo. A partir deste fato, pode-se localizar diferentes associações entre as tecnologias da comunicação e gênero, quando o telefone passa a ter distintas funções na cultura da comunicação no cotidiano, assim como, os programas televisivos. Pelo recurso da telefonia, a mulher comumente trocava confidências e informações, de maneira diferente da classe masculina que se atinha em ter um uso mais profissional desta tecnologia de comunicação. E, se tratando da televisão, a segmentação das atrações femininas marca as manhãs e tardes com programas de culinária, moda e estética, e as noites com novelas. Tal fato, leva a refletir aspectos históricos e culturais do uso do telefone e da televisão entre as mulheres como propulsores da espontaneidade da performance das mulheres com usos das recentes mídias sociais em smartphones, e seus recursos de vídeo para comunicação em larga escala; empregado por exemplo, pelas ciberfeministas no poder político institucional selecionadas por esta tese, empregando este recurso para comunicação direta com seus seguidores e eleitores.

Os usos das tecnologias de comunicação online campo de divulgação das performances feministas, remeteram ao texto de Daniels (2012, p. 103) chamado *Rethinking Cyberfeminism: Race, Gender and Embodiment*, quando defendeu o potencial subversivo das tecnologias digitais relembrando o trabalho de Saskia Sassem (2002, p. 68) sobre a capacidade deste potencial engajar as mulheres em diferentes formas de contestação da esfera política até a econômica. Para Daniels, o ciberfeminismo tem espectros plurais, significando mais que uma teoria do movimento feminista, pois são várias estâncias teóricas feministas, que atingem o debate e a prática, claramente articuladas em suas agendas políticas. Ainda de acordo com ela, se fez pensar o ciberfeminismo clássico, compondo um conjunto de teorias diferentes e muitas vezes contraditórias, assim como seus debates e práticas, mas são capazes de tornar interseccional os pontos que relacionam gênero, classe e raça, em suas críticas. Principalmente, à crítica ao princípio hétero-normativo da noção de gênero, como categoria binária.

Após a popularização das antigas tecnologias de comunicação como a televisão e o telefone, o final do século XX marca uma atmosfera de otimismo com os computadores em âmbito doméstico conectados pela internet. Nesta ocasião, o prefixo Ciber inspirava a utopia de um novo mundo, a partir da tecnologia. Cibercultura, Ciber-etnografia, Ciberfeminismos e Ciberpolítica, eram exemplos, das nomenclaturas que denotavam a esperança da entrada do milênio, remetendo à um ideal de transcendência das condições da vida presencial pela vida online. Havia expectativas em torno da tecnologia criar inteligência tornando a sociedade capaz de se organizar em redes de conexões em torno do planeta, diluindo assim, as diferenças sociais, étnicas e até de gênero com a possível criação de uma cibercultura inteligente. Ainda no final século XX, as produções artísticas e feministas mediadas pela tecnologia surgem como propostas contra os modelos hegemonicamente dominantes para a atuação social das mulheres. Historicamente, estas correntes atuaram sobre a fundamentação política e artística dos movimentos feministas atrelados à tecnologia, os quais surgiram análogos ao desenvolvimento da conexão online.

Desse modo, arte atrelava o conceito ciborgue de Haraway (2009) às teorias feministas, como base precursora dos movimentos contemporâneos que atualmente, contestam a noção dicotômica dos gêneros. O que demonstra, a partir de suas expressões, as propostas revolucionárias do corpo pela tecnologia e arte, hibridizados e pulsando como metáfora à superação do sistema sócio-político normativo, atuante desde o século passado. A obra desta autora, é considerada uma das mais influentes e inspiradoras da ciência sobre a tecnologia feminista. Mackenzie e Wajcman (1999, p. 06), afirmaram a relevância deste manifesto, quando fazem entender, que mesmo diante algumas ponderações questionáveis no ataque à ciência e à tecnologia, Haraway foi capaz de construir uma rejeição dos modelos institucionalizados de maneira patriarcal, em favor de um retorno mítico da potência positiva da mulher, por sua apropriação da tecnologia.

Na conjuntura das relações políticas entre mulheres e tecnologia, se nota um panorama histórico das relações marcadas pela ótica patriarcal do aparato tecnológico. Desse modo, cabe pensar os movimentos do ciberfeminismo como resistência e resposta às construções sociopolíticas normativas na política e na direção da tecnologia.

A referência do ciberfeminismo no Facebook, segue de acordo com o que, Braidotti (1996) inspirou a pensar, como a base deste movimento: uma aliança proveitosa entre a tecnologia e a construção da cultura política feminista. Não obstante a isso, a tecnologia se desenvolveu para controle social, e conforme Braidotti levou a pensar, a tecnologia se evoluiu como um aparato, ainda mais complexo de controle, a lembrar do que Haraway (2009, p.58) já havia visualizado, bem antes das redes sociais, quando discorreu sobre a “informática da dominação” na tentativa de desenvolvimento de um horizonte epistemológico, inserido no rearranjo das relações sociológicas. Deste modo, através das performances digitais (re) significando a esfera sócio-comportamental da política no Facebookse, se percebe, o papel ambivalente das mídias sociais online aos referenciais sadios da Democracia tanto na esfera institucional, como na esfera comportamental.

1.2) A Tecnologia pela Perspectiva Feminista

Historicamente a proposta do ciberfeminismo desde os anos noventa é destacada por abarcar sem precedências as relações entre tecnologia e Feminismos. Este marco foi importante por observar, que a cultura tecnológica e política não se construiu com a participação efetiva das mulheres. Tal fato social e histórico, carrega a concepção tradicional do conceito de tecnologia e política sobre as relações de poder. Wajcman (2009, p. 02) lembra que estes conceitos (tecnologia e política) agem juntos no imaginário remetendo-se às máquinas, guerra, armas”, frieza e racionalidade como geradores dos termos que ligam diretamente as tecnologias e a política como atividades masculinas. São aspectos do cotidiano os quais, segundo ela coloca, se constroem na subjetividade pelas oposições binárias ativas na constituição da “cultura ocidental”, tais como: “natureza e cultura ou razão e emoção”, fato que leva ao “privilégio masculino” na história da política e da tecnologia. Este diagnóstico comprova a premissa de Langhton Winner (1985), quando traz a noção da política e suas relações de poder, estão intrinsicamente ligadas aos artefatos tecnológicos. As tecnologias de comunicação como conceito, “não inclui apenas aparatos ou artefatos, mas sim culturas e práticas associadas a ela”, por isso o social é que molda e é moldado pela tecnologia (WAJACMAN, 2009, p. 05 tradução livre).

Em termos de tecnologias de comunicação, Pujol e Montenegro (2013, p. 174, tradução

livre) notaram os diferentes significados entre as discrepâncias de gênero seguindo variáveis que repercutem na questão socioeconômica, como reflexo da distribuição desigual das Tecnologias da Informação no ensino público, assim como, nas oportunidades disponíveis na área, onde a divisão de gênero segue influenciando no acesso e no domínio às novas tecnologias. Ou seja, há o *digital gap* demonstrando a reprodução da divisão de gênero no acesso aos recursos tecnológicos o qual, segue distanciando o status econômico de homens e mulheres e a participação das mulheres na tecnologia e na política. A perspectiva feminista da reflexão sobre a Ciência e a Tecnologia repercute na delação de sua construção sexista e racista, pois a neutralidade científica se pauta nos valores masculinos. O próprio distanciamento do objeto de acordo com Lima P. M (2013, p. 795) faz com que se exija do conhecimento científico, a apropriada distância do objeto estudado visando a neutralidade, frieza e a objetividade que aliena a mulher de “sua própria inserção sócio histórica no mundo”. O que dá margem ao modelo quantitativo, e segue o processo de linearidade, que legitima a razão construída de maneira masculina.

Dentro das tecnologias de comunicação antigas, como já visto acima, as tecnologias, associadas ao ambiente doméstico, como a televisão e os romances literários estavam relacionados às mulheres, enquanto aos homens os usos das tecnologias foram historicamente associados como instrumento de trabalho. A indústria da culinária, cosmética e da moda, se apropria desta relação para fomentar as construções de parâmetros para feminilidade nos modelos de mãe e donas de casa. Estudos mais recentes, ainda demonstram, o quanto a tecnologia carrega em seu bojo construções sócio históricas marcadas pelas disparidades de gênero. O ideal normativo de família se origina de um projeto de despolitização da mulher, dada restrição ao ambiente do lar para cuidados da casa e dos filhos. A presente tese, identificou a subjetividade política feminina, ainda sequestrada pelas referências patriarcais no período pós-guerra. E nota-se que o mercado da indústria cultural segue historicamente, modelando a atuação feminina pela feminilidade projetada. Impulsionado a subjetividade que se atua na condição de objetificada. Isso porque, o objetivo mercadológico valida para as mulheres, a tecnologia incentivada é a dos recursos estéticos, fomentando a venda de produtos e procedimentos dermatológicos para “vedetização” da mulher, sugestionando a subjetividade feminina aos moldes das atrizes e vedetes das antigas mídias, implicantemente como fortes referências da construção da mulher no século XX (FERRAZ C. P, 2018).

Neste contexto, a relação ciborgue de Haraway (2009) serviu como uma reconstrução da subjetividade pelas relações entre mulheres e tecnologias de comunicação. A transmutação destas estruturas, que o mito ciborgue levou a pensar, serviu de inspiração a uma tecno-cultura que transmuta a dimensão dos sistemas econômicos e de gênero.

Preciado (2009) no artigo “Biopolítica del Gênero”, localiza como o motor desta organização tecno-capitalista, a hibridez entre a empresa, o estado e a sociedade - agenciando os poderes da biopolítica, em que o sexo biológico vinculado a identidade de gênero passou a servir à gestão política da vida. Ele lembrou neste mesmo texto, a colocação de Teresa de Laurentis (1987) que designou “as tecnologias de gêneros” um circuito bastante complexo de técnicas, corpos e signos que levam a compreensão, não só sobre as técnicas performativas, como também as biotecnológicas, midiáticas, cinematográficas entre outras que atuam como tentáculos da biopolítica nas “tecnologias de gêneros” operantes.

No quesito das tecnologias de comunicação digital, junto ao advento da internet e dos computadores domésticos, segmentos feministas começaram a questionar a baixa de mulheres como programadoras. E ainda que, a construção política e cultural da tecnologia seja vinculada ao masculino, e esta baixa ainda persista; outras performances de gênero começaram a extrapolar estes limites. Sabe-se que, independente do gênero, a capacidade intelectual é a mesma, porém há de haver oportunidades para o desenvolvimento do intelecto, só que, no entanto, estas oportunidades estão vulneráveis ao contexto sociopolítico e cultural. O baixo número de mulheres que são programadoras ou expoentes da tecnologia e das ciências exatas, se justifica neste âmbito. Para se obter uma formação com equidade no campo das tecnologias, se necessita, uma formação baseada na equidade de oportunidades, desde a educação básica.

Foi possível notar, que as novas representações de gênero no campo online, instrumentalizam as mensagens pela máquina em conexão, a fim de interferir no sistema maquínico de gênero, no sentido que Deleuze e Gattari (2010, p. 506) chamaram de máquinas sociais, e que aqui, pode ser retratado como as estruturas sociopolíticas da tecnologia, sustentadas de modo androcêntrico. Ou seja, a compreensão dos feminismos articulados às tecnologias de comunicação descodificando e (re) significando os códigos das máquinas sociais, entram num processo, que

visaria libertar as linhas de fuga e remanejamento dos fluxos em outra direção, desestabilizando a imperatividade das estruturas binárias normativas. Esse aspecto é colocado em convergência ao ideal ciborgue de Haraway (2009), no que diz respeito à sua capacidade de ser “oposicionista, utópico e nada inocente”. Desse modo, o estudo dos ciberfeminismos que esta pesquisa acenava, se dava na capacidade de localizar a potência dos feminismos vinculados às tecnologias de comunicação de transcender as estruturas rígidas da tecnologia androcêntrica. A reestruturação da “natureza e da cultura” incitada para questionar a polaridade da dominação pela hierarquia.

Não obstante ao fato dos ciberfeminismos dos anos noventa vincularem os feminismos e a tecnologia como um hibridismo revolucionário em relação os corpos, as artes e expressões políticas feministas, há muito destes propósitos (re) significados em páginas feministas no Facebook e na atuação feminista localizada em outras mídias sociais. Mesmo que, muitas das páginas feministas online não expressam propostas revolucionárias em termos da transcendência da condição de gênero e do sistema político, elas, na maioria das vezes, expressam dados, que reclamam a falta de equidade sobre as questões de raça, classe e gênero. Assim como, explicitam os dados alarmantes, sobre casos de assédio, racismo, feminicídio, transfobia, lesbocídio e homofobia.

De fato, a realidade contemporânea é diferente da utopia do feminismo utópico liberal do conceito de ciberfeminismo de Sandie Plant (1995), pois ela defendia a internet e a tecnologia como símbolos de liberação feminina no âmbito de revolucionar as estruturas de poder e dominação. A net-utopia era na concepção ciberfeminista da época, um espaço de possibilidades reais de transcendência das delimitações de gênero, socialmente construídas e impostas. Ao analisar a concepção de internet, que se efetivou no decorrer dos tempos, se nota que a realidade não atingiu tanto grau de liberação, e ainda, é sujeito a diversas formas de controle, conforme será abordado melhor adiante, no capítulo que retrata a política atrelada às redes. Por ora, cabe lembrar que pelas redes sociais se criaram espaços de debate, de denúncias, colaborações, campanhas e apoio entre as mulheres pelas comunidades feministas, mas também há competições entre as concepções feministas, polarizações e diferentes concepções de mulheres e de ideais femininos em choque. (FERRAZ C. P, 2018 p. 52).

O estudo sobre as páginas feministas em rede social online e a revitalização do feminismo, pode ser elucidado, a partir do trabalho de Aina Fernàndez e Aragonès (2009, p. 09) da

Universidade Oberta de Catalunya percorreu a cerca da “feminização da internet” e suas estratégias. Ela apresentou o ciberfeminismo social, culminando a conexão dos movimentos contra a “globalização neoliberal, pelos grupos pacifistas e ativistas na ecologia, e na defesa dos direitos humanos”, desde os anos noventa. Estabelecendo desse modo, os pontos de convergência com os feminismos proclamados pelas novas tecnologias como estratégias que visam abalar as estruturas de bases profundas no patriarcado - em a busca de justiça, igualdade e direitos. Por outro lado, o estudo de Maria Rubio Liniers (2003, p. 167, 168) do CSIC de Madri, lembra que os ciberfeminismos se enfraqueceram por perderem suas ideologias e debates políticos. E é possível dizer, que ganharam novamente força nos últimos tempos com a difusão dos movimentos sociais de mulheres reacendidos pelas redes sociais digitais.

1.3) Arte Ciberfeminista e Política de Gênero

Ciborgue e Ciberfeminismos formaram a base precursora dos movimentos subsequentes que contestam a noção binária dos gêneros pelas categorias biológicas, como a Teoria Queer, transpondo-se como categoria, também na arte. A arte queer é mapeada por este conceito, nas últimas décadas do século passado, porém sua referência artística é na verdade localizada historicamente, entre o final dos anos sessenta do século XIX e o final dos anos sessenta do século XX. Isso, conforme expôs a reportagem do jornal online, The Guardian³ (Cumming, 2017) sobre exposição do Tate Britain Museu de Londres. No entanto, mesmo a arte subversiva enfrentando as tecnologias normativas de gênero, desde os séculos passados; é na contemporaneidade, que ela encontra seu embate, reacendido pelos ideais tradicionais de gênero articulados nos fundamentalismos cristãos do séc. XXI, também fortificados pela emergência das redes sociais.

Tal fato, leva a pensar nas manifestações da arte ciberfeminista dos anos noventa com as propostas políticas revolucionárias do corpo, acompanhando as tecnologias materiais e sociais de uma época, em que o ciberespaço vinha como força promissora das transformações para o novo

³ Cumming, Laura (2017) Queer British Art 1861 -1967- Review. Disponível em: The Guardian UK - In: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2017/apr/09/queer-art-tate-britain-review-laura-cumming>. Acesso: 01. Dez.2017.

século - deslumbre que se dissolve, quando as premissas dos valores pré internet são transpostos e enfatizados, a partir das redes sociais online.

Haraway (1997, p. 01-27), escreve sobre o “privilégio da perspectiva parcial”, nos diferentes olhares da pesquisa propondo a “metáfora sensorial” sobre a “visão” para adentrar nos diferentes contextos históricos. A habilidade do olhar como parte consagrada dos sentidos é essencialmente necessária, segundo sua colocação, se quisermos evitar como pesquisadores as “oposições binárias”, garantindo assim, a objetividade da incorporação de projetos científicos voltados aos estudos dos feminismos e o seu desempenho de maneira crítica, nos saberes “localizados” os quais, entre si são também diferenciados.

Partindo de tais premissas, se observou a arte ciberfeminista dos anos oitenta e noventa enfatizando as expressões que marcaram os movimentos artísticos e intelectuais protagonizado por mulheres, as quais produziram teorias e artes feministas mediadas pela tecnologia. São mulheres que se adentraram e lançaram propostas feministas em esferas historicamente dominada pela ordem masculina, tanto nas artes como nas diferentes tecnologias de comunicação. De modo a contrapor os modelos normativos estruturados na base do patriarcado, que comumente desdenhou das habilidades técnicas e artísticas das mulheres. Quando as ciberfeministas, pelo mito ciborgue, levaram a entender, que preferem ser ciborgues e não deusas, reconhecem-se como corpos políticos não submissos aos modelos da feminilidade consagrada pelo patriarcado deixando de servir como modelo passivo. Ao contrário disso, nestas décadas elas se efetivaram como artistas feminista-ativistas nas artes plásticas propondo a quebra dos estereótipos normativos de gênero.

Os ciberfeminismos, em sua definição, ficam marcados historicamente pela elaboração de uma paródia em manifesto que se propõe a tratar “sobre o que o Ciberfeminismo não é!”. Sob o título, *100 Anti-teses*⁴, repercutiu as cem negações constitutivas de sua proposta, no centro da política ciborgue. O texto *Las Cyborgues*⁵ (2001), diz que a ironia desta ante tese distanciou o ciberfeminismo do feminismo tradicional, o que evidenciou o desprezo das feministas tradicionais

⁴ Disponível em: <http://www.nodo50.org/mujeresred/internet-ciberfeminismo.html>. Acesso dia 20. Set. 2017.

⁵ Idem. Nota2.

sobre a ferramenta tecnológica para intuito político das feministas. *Las Cyborgues* é uma nomenclatura com forte inspiração no manifesto ciborgue de Donna Haraway (2009, p. 57) onde seu manifesto enxergava o final do século XX como um “tempo mítico”, no qual somos todos hibridizados, “teóricos e fabricados - máquinas e organismo”, apresentando uma proposta de confusão entre as fronteiras para imaginação de um “mundo sem gênero”, mas com “responsabilidade para tal construção”. Contribuindo assim, para produção e reprodução da imaginação de um “feminismo socialista, não naturalista e utópico”.

Para localizar melhor o que significou o ciberfeminismo clássico, Ileana Stofenmacher (2013, p. 01-06), em seu texto sobre a “feminização da rede”, conta que o movimento a princípio, nasceu no final do séc. XX em Adelaide, uma cidade da Austrália, no momento em que um grupo de trabalhos e estudos, composto por Josephine Starrs, Juliana Pierce, Francesca de Rimini e Virginia Barrat decidiram trabalhar com arte e teoria feminista francesa, além de prestarem homenagem a Haraway e seu conceito ciborgue em sua primeira obra-texto artística chamada, “VNS Matrix – Manifesto para o séc. XXI”. Após algum tempo, esta onda atingiu grupos intelectuais e feministas localizados na Austrália, Estados Unidos e Europa numa forma de resposta contra a cultura popular do jogo de vídeo, Internet e ideologia ciber-punk. Ainda sobre este aspecto, cabe apontar que Stofenmacher responsabiliza Sandie Plant (1996), a diretora do Centro de Pesquisa de Cultura Cibernética da Universidade de Warwick na Inglaterra por culminar o termo ciberfeminismo, em sua obra *Ceros y unos* - história que relata a tecnologia e seu desenvolvimento, a partir dos códigos desenvolvidos por mulheres para o exercício de repensar a atuação da feminina, reconstruído a subjetividade na negação dos referenciais patriarcais pela tecnologia.

As ciberfeministas e seu manifesto para o século XXI, elaborado na última década do século XX, pelo grupo VNS Matrix, buscavam em suas produções tecno-utópicas, derrubar as barreiras entre sexo e gênero, através das culturas do mundo digital, no entanto tinham consciência das relações de poder que vinham da tecnologia sem desacreditar na potência da internet. Tal caráter ambíguo se intensificou ainda mais, na era das redes sociais digitais, quando a realidade das imagens se encarnou ao mundo das telas conectadas em rede.

“Nós somos as bucetas modernas; anti-razão positiva; sem amarras desenfreadas sem perdoar; vemos arte com nossa buceta fazemos arte com nossa buceta; acreditamos no gozo loucura o sagrado e poesia; somos o vírus da nova desordem mundial; desmembrando o simbólico de dentro para fora; sabotadoras do sistema do big daddy; o clítoris é uma linha direta para a matriz; a VNS MATRIX; terminadoras do código moral; mercenários de lodo caímos ao altar da abjeção; cutucando o templo visceral nós falamos em línguas; infiltrando interrompendo disseminando; corrompendo o discurso; somos a buceta do futuro”.

Disponível em: https://motherboard.vice.com/pt_br/article/vpbyej/ns-somos-a-buceta-do-futuro-ciberfeminismo-nos-anos-90. Acesso em: 20. Dez.2018.

Pela tradução do manifesto com o fundo da arte, nota-se uma reação à ordem masculina e fálica, pois as ciberfeministas pretendiam se utilizar da tecnologia – um aparato constituído pela base patriarcal para dar liberdade às outras subjetividades, inspiradas num choque que pela complexidade provocativa dos sentidos que derivam do órgão sexual feminino, se colocam opondo-se aos valores fálicos e às tecnologias sociais de dominação patriarcal. Corrompendo os discursos normativos e nacionalistas. Quando disseram em que “falamos em línguas”, ligavam a arte e a dimensão dos orgasmos femininos como outra força simbólica e criativa para atuação cultura política feminista. O que contrapõe também, a noção de passividade da sexualidade da mulher, contestadas a partir da arte e do ideal político do manifesto, enfrentando as instituições que historicamente agem subjugando a mulher, considerando-a como sexo frágil. A escrita sem linearidade, segue o que Evans (2014 np) destacou como um modo tradicional daquelas práticas artísticas na internet de encontrar “hipertextos não narrativos” como uma outra mídia, onde se emergiria a capacidade de ligar em rede de coletivos, os quais viriam a conscientizar sobre os diferenciais e similaridades que existiam entre ser mulher em diferentes escalas e condições. Evans se referia às artistas ciberfeministas, no final da década de noventa, lançando a ideia que extrapola o domínio ou a ação da mulher ambicionando controlar a tecnologia, alegando que a grande relevância das suas manifestações estava na exploração das alianças, afinidades e na potência co-evolucionária que sugeriram entre a mulher e a tecnologia.

Quando atrela a arte ciberfeminista dos anos noventa aos recentes ciberfeminismos nas redes sociais, se pôde constatar que no canal YouTube, por exemplo, há várias artistas feministas que se apropriam da rede para divulgarem sua arte. Cabe apontar, que a categoria ciberfeminista é neste aspecto, delimitada na letra da música e vídeo atrelado às vozes das lutas das mulheres contra os machismos cotidianos. MC Luana Hansen, Souto MC, Issa Paz e Sara Donato⁶, são exemplos emblemáticos, juntas no rap “Machocídio”, elas cantam sobre os representantes do patriarcado no rap: “me ensinado o que já sei, manipulando as ideias, oprimindo as companheiras com seus machos de plateia”. O discurso dos recentes ciberfeminismos em redes sociais, não se apegam tanto na apologia ao controle das tecnologias pelas mulheres como as ciberfeministas clássicas. Embora, discutam o fato de haver poucas mulheres como programadoras, e do machismo no ambiente de programação dos jogos eletrônicos, cantando contra o machismo, muitas vezes naturalizados e aplaudidos no cotidiano das relações sociais.

De acordo com Rosi Braidotti (1996), a arte é uma das mais importantes representações do feminismo, e a partir disso, ela relembra a força da ironia e da violência de grupos feministas como as *Guerrilla Girls*⁷ ou as *Riot Grrrls*⁸, onde a produção de cultura é atribuída pela paródia à

⁶ Composição de Sara Donato, Luana Hansen, Souto MC e Issa Paz com vídeo publicado no You Tube em 8 de nov. 2016 possui até o momento desta escrita cerca de 530734 visualizações. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GJbufgkfY0I&list=PLka1XnBidBGNctqZOzzK_24l8J2R6lx8h&index=12&t=0
Acesso: 07. dez. 2019.

⁷ *Guerrilla Girls* é um grupo artístico, que desde 1985 levanta, a partir da arte, o debate sobre a identidade e a política multicultural norte americana dos anos oitenta e a inequidade de gênero no campo das artes. O movimento busca articular questões profundas que envolvem o eurocentrismo, a hétero-normatividade e o patriarcado. Seu trabalho direciona uma aliança plural entre todas as minorias sociológicas aos feminismos, por isso, tende a integrar em suas causas, as lutas LGBTTT, do movimento negro, indígena e os socialmente desprivilegiados. Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/queerrilla-girls-grafica-1985-2017> Acesso: 01. set. 2019.

⁸ *Riot Grrrls* foi um movimento *punk rock* forte na produção musical e de fanzines feministas. Elas começaram em mil novecentos e noventa com as bandas do Estado de Whashington, Bikini Kill e a cantora Kathleen Hanna. Em 1991 publicam o manifesto *Riot Grrrls - Truepunkrockoutsider* no *Bikini Kill Zine* (1991 tradução livre), nele, defendem assumir os meios de produção em nome dos nossos próprios significados, perturbar o *status quo*, criar uma revolução diária em nossas vidas como alternativa as referências cristãs e patriarcais, sermos contra as hierarquias, e apoiar a arte das mulheres entre outras questões sociais e políticas. Disponível em: <https://www.historyisaweapon.com/defcon1/riotgrrrlmanifesto.html>. Acesso: 01. set. 2019

violência. Esta representação quebra os estereótipos, e leva a entender que essência feminina não se concentra historicamente em ser dócil e pacifista, e mas sim, guerreira!

No ciberfeminismo das redes pela perspectiva da arte, umas das expressões que mais se aproximam da proposta de ruptura da dicotomia de gênero, se encontra no cantor não binário, Triz. Mesmo sem mencionar este enquadramento, o cantor e compositor abdica da gramática normativa para privilegiar o gênero, que não se enquadra nem em masculino e nem em feminino. Conforme será visto a seguir, Triz divulgava os vídeos de suas composições do YouTube pelo Facebook estimulando a reflexão sobre gênero, de modo a expor por via de suas canções e mensagens, um repertório que extrapola a dualidade da normatividade de gênero em sua arte-ativista. Embora não se autodeclare ciberfeminista, a obra e a performance do rapper, é enquadrada por esta pesquisa, na mesma linha de contestação da dicotomia de gênero, que envolvia a proposta artística das ciberfeministas do final do século XX.

1.3.1) Triz - ciborgue e a neutralidade de gênero

O estudo da arte ciberfeminista clássica foi analisado por esta tese em analogia aos aspectos da expressão cultural e do engajamento social protagonizados por Triz Rutzats, jovem artista trans que não compactua com a binarismo de gênero, preferindo se auto identificar como neutro⁹, que se posiciona a partir de um modo de apresentação musical-existencial em ruptura a estruturas normativas advindas das “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1987). O questionamento do binarismo de gênero não se trata de um fato inédito do sec. XXI, por isso é importante resgatar o sentido da exposição Ciberfeminista de mil novecentos e noventa e cinco, na galeria de Arte YYZ de Toronto que apresentava a arte em vídeo game denominada “All New Gen”. A proposta do jogo era acertar sua questão inicial, que perguntava em qual dois gêneros o jogador se encaixa? Só venceria o jogo quem respondesse, que não se encaixaria em gênero nenhum. Em reposta, porém sob outra forma de arte, Triz venceria a proposta do jogo, uma vez que, sua música “Utopia 22” revela a frase em que se torna possível observar ele mesmo respondendo à pergunta: “É homem ou é mulher? Sou nenhum dos dois!”

⁹ A tese respeita a auto definição de Triz exposta em seu último vídeo abordando esta temática, publicada em janeiro de dois mil e dezenove no seu canal do Youtube. Se procurou seguir a sua própria recomendação: abordar a pessoa de Triz em linguagem neutra (“e”, ao invés de “a” ou “o”) e, quando não é possível, se referir no modo masculino.

(ROCHA e FERRAZ, 2019). Ao se aprofundar na quebra do binarismo no posicionamento pessoal e artístico que o artista Triz trouxe, assim como nos aspectos que serviram de base para emergir o ciberfeminismo no final do século XX pela metáfora ciborgue de Haraway (2009), se deu conta que a proposta de questionamento da normatividade de gênero e a emergência da performance de neutralidade, não é um assunto tão recente, e historicamente acende representações desta contra cultura da normatividade de gênero, na arte, na academia e na política.

Mesmo verificando que Triz Rutzats nasceu poucos anos depois desta exposição, e despontou nas mídias sociais com o videoclipe “Elevação Mental”, de dois mil e dezessete. Sua música agrega números que impressionam: até o momento da escrita desta tese, se via que, eram mais de treze milhões de visualizações e quase vinte e três mil comentários até fevereiro de dois mil e dezenove. A performance de sua arte e sua narrativa, converge ao Haraway (1995) inspira a pensar sobre o ciborgue. Neste caso, a reflexão sobre a neutralidade de gênero, se dá por seu discurso que recusa um papel intrínseco à dicotomia de gênero.

Quando Haraway (2009), diz: “Eu prefiro ser uma ciborgue de que uma deusa”, evoca a implosão dos elementos consagrados da beleza, tipicamente construída por um ideal patriarcal e normativo de mulher (Kunzru, 2009, p. 22), que Triz demonstra rejeitar. Suas críticas ao sistema binário de gênero, rompem também com acentuação dicotômica de gênero tão acentuada no Feminismo Radical, quando a corrente insiste que o feminismo está associada apenas ao sexo ligado ao gênero feminino.

A noção ciborgue que pode ser vinculada, atualmente em sua identidade, é o resultado da alteração de sua performance de gênero (BUTLER, 1990). Pois, a pesquisa constatou que Triz já foi apresentada de modo diferente pelo acesso de alguns vídeos, não mais disponíveis no You Tube. Nestes vídeos, ele executava sua atuação musical com cabelos escovados, sobrancelhas delineadas e batom. No decorrer do tempo, os vídeos que seguem demonstram seu percurso de abstenção da feminilidade para se enquadrar em uma perspectiva de gênero neutro. Quando Triz se apropria das tecnologias de comunicação para expressar, além de sua arte, abre uma ruptura às normatividades de gênero, onde consideramos traços de sua expressão na convergência ao ciborgue de Haraway. Isso porque, a categoria feminina, dá lugar a uma subjetividade que transcende o conceito normativo de gênero.

Ainda sob inspiração de Haraway (2009) se pode ver Triz intimamente ligado à metáfora da autora, principalmente, quando a autora associou o ciborgue à ontologia política na questão da sexualidade. Seu corpo e sua arte política, se vidência pelas mídias sociais, quando suas ideias acendem contra ideal hétero-patriarcal tão imperativo no senso comum. Assim como, busca resgatar o que a autora chamou de qualidades potentes de seu inimigo, quando prefere a atribuição pronome no masculino, mediante não ser possível o uso da palavra adequada se referenciar a ele como gênero neutro. Essa apropriação das tecnologias de comunicação, ainda faz o trabalho da autora, aliado das narrativas que Triz traz canta, e em suas reflexões sobre sua postura de neutralidade de gênero.

Mesmo anteriormente, a era das inovações das mídias móveis, Haraway (*Ibidem*) já mencionara as tecnologias em , a partir das câmeras de vídeo portáteis e que cabem na palma da mão, para ela, estes objetos, levam à eminência de mobilidade e portabilidade, sendo resultados dos fragmentos da dor humana que assola cotidianamente a humanidade. No caso de Triz, sua fala em seus vídeos evidenciam a transmutação da dor, em reflexões com poesia e crítica enredadas pelas melodias de suas músicas.

Como ciborgue e de dreadlock, Triz é aquele que dispensa a cultura racista, dicotômica e cheia preconceitos como um desertor de seu próprio meio. Seus referenciais na neutralidade de gênero demonstram o que Haraway lembra como a possibilidade de se imaginar um mundo sem as delimitações binárias de gênero, na eminência do que poderia ser também para ela, um mundo sem gênese. A fala crítica de Triz sobre os conservadorismos religiosos que insistem em julgamentos e humilhações, se entrega à abstinência da ideia de salvação pelo viés patriarcal e/ou religioso. Mesmo com traços da cultura religiosa rastafári, por seus cabelos com dreadslock, esta associação se dá pela identidade do cabelo e do uso canábico estimulando as reflexões e canções. Outro alinhamento de Triz se dá ao ciborguismo de Haraway (2009) quando não espera nenhum tipo de pai para salvação.

Segundo o site “Delas”¹⁰ (2016), a questão da neutralidade de gênero atravessa o mundo. No Facebook norte americano por exemplo, há mais de cinquenta nomenclaturas de gênero, para se auto definir. A neutralidade como um terceiro gênero já foi reconhecida na Índia, como um terceiro sexo; a Austrália passou a incorporar em seus formulários ícones não binários para preenchimento. A Suécia é

¹⁰ Disponível em: <https://www.delas.pt/genero-neutro-e-o-que/Acesso> Acesso: 21. ago. 2019.

dada como exemplo de um país que, desde os anos sessenta pensa o gênero de modo não binário. Tanto que, desde esta época, graças a comunidade transexual foi inclusa a revisão da função do pronome “hen” de maneira a ser usado tanto para “ele”, como para “ela”. Esta revisão, foi incorporada no dicionário oficial da língua sueca em dois mil e quinze. Assim, esta terminologia percorre as mídias e as artes, destacando assim, a relevância dos pronomes pessoais na identidade e performances.

Mas voltando a análise de Triz e o não binarismo associado a arte, mediante a apropriação das tecnologias de comunicação se enquadra no ideal ciborgue e na proposta ciberfeminista, quando ele recodificou a comunicação por sua música subvertendo a normatividade patriarcal.

Por outro lado, se nota que ele faz o uso Facebook como uma plataforma de divulgação de seus shows e, em sua página oficial, a janela de mensagens abertas, se pode perceber que não está mais disponível ao diálogo. No momento em que se desempenhou esta presente tese, Triz tem outra página no Facebook para cerca de apenas trezentos amigos online. Mesmo com uma proposta de neutralidade, ele não se isenta de ambivalência, não só na expressão forte aso mesmo tempo suave da sua poesia e na performance de enfrentamento, mas como também em seu posicionamento.

No ano de dois mil e dezessete, enquanto a pesquisa acompanhava a sua página no Facebook, houve a polêmica em referência a uma postagem, em que o rapper aconselhava a distância de mulheres heterossexuais que se interessavam por ele. A expressão em que sugeria “Fujah” das “hétero” que “atiça nós”, estas expressões acabaram gerando mais de duas mil reações entre mais de cento e quarenta comentários, analisados enquanto se desenvolvia a pesquisa. Entre os comentários, havia o questionamento sobre sua postagem e o que ele considerava liberdade de gênero, assim como, apontavam o que identificavam como “bifobia”. Ao se identificar com o gênero neutro, Triz se distancia da condição de lésbica, porém em suas palavras, inspira o desejo de se relacionar com mulheres que apenas se relacionam sexualmente com outras mulheres. O questionamento nos comentários de alguns seguidores entre seu público, se indagam ao fato de como que alguém como ele, que prega a não binariedade e neutralidade, pode impor estas regras às outras mulheres? O questionamento se direcionava à imposição de regras, e na indignação sobre mulheres héterosexuais não poderem se relacionar sexualmente com outras mulheres. Na resposta de Triz havia a retratação da sua expressão, onde se defendia, dizendo que teria sido mal interpretado, e que em sua visão individual, não impor a nenhuma das regras universais.

Não obstante, a elaboração do conceito ciborgue e dos ciberfeminismos, como metáfora de análise, no estudo da atuação digital entrelaçando tecnologia, arte e questionamento das regras normativas de gênero, apresentaram as políticas visíveis no espaço digital, os corpos digitais politicamente falantes, que na metáfora ciborgue de Haraway (1995, p. 01) possuem sua libertação na “consciência da opressão”, na “ficção” e na “experiência vivida”. No entanto, fissurar os rígidos padrões da normatividade e dos padrões de gênero, no ambiente das mídias sociais sempre implica em relações de tensão sobre as percepções que apontam as inevitáveis contradições, conforme os elucidará os capítulos finais desta presente tese de doutoramento.

Por ora, procurei destacar que, a partir das análises sobre as tensões nas caixas dos diálogos, que seguem as publicações postadas no Facebook como estas de Triz, de agora em diante, a tese vai começar a pensar no comportamento sócio-político online nos espaços de comunicação e debate que seguem as publicações no Facebook. Este passo da pesquisa, deu origem ao próximo capítulo, sobre a Ontologia Política dos Ciberfeminismos, analisado partir das reflexões sócio-comportamentais das performances online com reação às expressões das lutas feministas no Facebook.

Capítulo II – Ontologia Política do Ciberfeminismo no Facebook

2.1) Etnografia Online e Ontologia Política como Eixo da Epistemologia Feminista

“Epistemologia significa conhecer a diferença”.
Haraway 1994, p. 258

A intensificação da proposta de estudo dos ciberfeminismos no Facebook requereu uma reflexão metodológica que simultaneamente atrelasse o objeto (os ciberfeminismos no Facebook), o problema (a vulnerabilidade da integridade física, econômica, psicológica e da vida da mulher) e o processo de construção de conhecimento sobre os ciberfeminismos e dos discursos de oposição (o método). Neste caso, pensar em uma epistemologia feminista passou a ter ênfase nesta pesquisa, por começar a entender que o método está diretamente dialogando com o objeto e o problema.

A Epistemologia como ciência, se aprofunda no conhecimento multidimensional provindo das tecnologias, e se espalha no exercício reflexivo sobre as possíveis hipóteses oriundas de diferentes contextos, distintas áreas e disciplinas de estudo. Isso, levou a pensar epistemologicamente a etnografia em páginas (ciberfeministas) como instrumento de olhar multidisciplinar da ciência interpretativa na reconstrução racional das relações políticas e sociológicas transcorridas na temática de gênero, no ambiente online. E, igualmente potente para compreensão das tecnologias materiais e sociais de gênero como eixos que seguem tencionados socialmente as relações entre ideologias, religiões, economia, e a ampla dimensão do sentido político, que se difunde deste entrelaçamento. Tendo em vista, dar suporte às análises da cultura política feminista no cotidiano das redes, destaco aqui, que a principal justificativa em empregar o conceito de ontologia política, como eixo da pesquisa etnográfica se deu primeiramente pela busca da compreensão dos múltiplos enunciados das tensões do comportamento histórico-político, intrínsecos aos embates ideológicos contra os feminismos, visualizado entre usuários das mídias online. Nesta direção, a tese passou a refletir sobre o próprio estatuto da política, imerso no sistema de relações e correlações que emergem dos significados dos dados do campo digital, especialmente pela interlocução com o objeto de estudo das redes no trânsito do processo de investigação.

Quando as Humanidades se interessaram pelo ciberespaço é porque ele também se constitui em um espaço humano, e se elas buscaram novos caminhos para compreendê-lo, é porque o ciberespaço se configura um outro ambiente pelo qual se apresentam as relações humanas e os usos das tecnologias de comunicação na cultura vigente (FERRAZ C. P; ALVES A. P, 2017). Portanto, se o problema epistemológico parece ter certa continuidade, desde os primeiros questionamentos do pensamento ocidental, por outro lado, ele tem capacidade se renovar a cada momento em que as relações sociais e suas formas de mediação se transformam. Assim, esta presente tese entendeu que a Etnografia Online não poderia lançar mão de certos preceitos da Antropologia tradicional e das bases filosóficas do pensamento ocidental, tampouco das mais atuais teorias da comunicação para entender as novas dinâmicas feministas pelas mídias digitais e seu desempenho sócio-político.

No caso desta reflexão epistemológica aos ciberfeminismos no Facebook, me apropriei do conceito de ontologia como uma termologia que extrapola as tecnologias de comunicação online em seu termo vinculado à Grécia Antiga para compor “onto”, como o discurso do indivíduo, do ser, que pela linguagem compõe o “logos”. Este significado pode ser visto, no sentido digitalizado entre as atuações sociais digitais, provindo da linguagem dos usuários – as quais servem a esta pesquisa, como dados sócio comportamentais que partem das caixas de diálogos que seguem as postagens. E, é possível reconhecer, o estatuto ontológico pela linguagem (online), na verificação das relações que indagam as diferentes performances dos modos de ser das mulheres e demais minorias sociológicas de gênero em nome de suas causas. O que reflete o caráter político que emerge da linguagem destas performances sociais/digitais em redes.

Não obstante a isso, segundo as palavras de Berry (2011, p. 02,06), a dimensão ontológica da política é espreiada nestas relações de performances sociais-digitais, e pode ser analisada de acordo com os pressupostos sobre a ontologia, seguindo a noção de Kant, que posteriormente, Hiedegger se apropriou ao pressupor a ontologia como inteligibilidade que se dá no procedimento de organização da complexidade das relações sociais e políticas, aqui vistas em campo digital. Neste contexto, o primeiro foi importante à esta reflexão, quando criou categorias discursivas para inspirar as análises dos ciberfeminismos e antifeminismos, e o segundo, no momento em que trabalhou esta noção kantiana no caráter cognitivo das categorias pelas especificidades histórico-epistemológicas,

em constante estado de transformações, as quais são pensadas em termos filosóficos da materialidade tecnológica. Nas relações sociais e políticas pelas plataformas das representações político institucional entre as ciberfeministas no Facebook, a comunicação se deu em mediação aos dados abertos e dispostos em larga escala, constituindo parte de um fenômeno contemporâneo que interconecta socialmente as esferas sociais, culturais, políticas e econômicas em redes sociais digitais. As mídias sociais podem ser encaradas como fonte de dados que correm em proporções massivas na interação de social de usuários das redes; onde abrem seus pensamentos, evidenciando os valores sociais, gostos culturais por imagens e textos; são informações que trazem os elementos que vêm a caracterizar as identidades online abertas para acesso de dados em larga escala de alcance. Tais portais abertos de dados, abrem sem precedência, espaços de comunicação direta entre usuários como atores sociais/digitais atuando politicamente sobre as pautas feministas.

O engajamento político dos recentes ativismos nas plataformas do Facebook e Twitter já chegaram a acenar revoluções, via o papel de mediador da comunicação para convocação da participação em grandes manifestações, contra ou a favor, de governos e/ou causas sociais (feministas entre outras). Pelas redes sociais, como campos de estudo das dimensões políticas da cultura online, evidenciou-se a decorrência dos ativismos políticos feministas digitais, os quais, pelo poder de disseminação plural das informações, conseguiram pulverizar inúmeras marchas e contestações pelo mundo. O engajamento social e político em embates via redes sociais repercutiu a construção do método para se adaptar as transformações dos espaços e as técnicas de pesquisa.

A etnografia tradicional se lançou aos estudos das sociedades não europeias. A “Não-Europa era o objeto de conhecimento” – sem os sujeitos de construção de conhecimento - conforme Quijano (2010, p. 112) deixou claro. Para este, a ciência que se destinou a estudar a sociedade europeia se deu pela Sociologia; sendo a Etnografia, a ciência encarregada de entender as sociedades não europeias. Isso fez com que o problema da inter-relação entre sujeito e objeto do estudo estivesse latente na produção científica brasileira. Por outro lado, esta presente tese, trabalhou no intuito de reelaborar a Etnografia para esfera online sem menosprezar os preceitos das novas luzes da Antropologia (GEERTZ, 2001, p. 219). Onde se assume, a dificuldade em se lidar com um mundo que se transpõe às redes para demonstrar que as diferenças podem formar um campo de ódio e desejo de extermínio, sobre as dissidências dos valores da cultura hétero-normativa. A essência da produção

etnográfica se dispõe a enfrentar os problemas, interrogando as diretrizes sociais, psicológicas e econômicas que sustentam “as estruturas do orgulho e do ódio”, sobre as lutas das mulheres e outras minorias de gênero. As expressões em nas caixas de comentários antifeministas e ultraconservadores começaram a ser coletadas e observadas como representações sentimentais e emotivas de variados graus, por vezes ainda mais radicalizadas, quando enaltecem o ódio aos feminismos. Isso demonstra, a amplitude de vozes que o ciberespaço concede aos mais variados grupos e as mais diversas pessoas, incluindo aqueles que não aceitam o outro em virtude de valores sociais, comumente baseados em nacionalismos entre os preconceitos de classe, raça e gênero.

Estudar a dimensão política do Ciberfeminismo no Facebook e as expressões antifeministas que partem daí, requer a prática multidimensional da etnografia desempenhada nas plataformas digitais. Ao caminhar de encontro às representações ciberfeministas no poder político institucional, se vislumbrou a ontologia política como formação epistemológica. No caminhar da pesquisa, o exercício das análises da cultura política ciberfeminista e antifeminista nas redes, se constata, que a epistemologia feminista (quicá), a metodologia de todo objeto científico sempre está desprovida de neutralidade. Nesta tese com foco dos problemas sócio-políticos, entendeu-se a Ciência Política como ciência, que trata do campo empírico da política: na atuação, comportamento e teoria, que, em seu âmbito político-filosófico, se dá em perspectiva ontológica, emergente das diferenciadas práticas políticas cotidianas, as quais, desdobradas ao âmbito online, fornecem os elementos reflexivos desta pesquisa.

Por isso, a tese atestou que a construção epistemológica com enfoque feminista ou não, quando é direcionada aos estudos da cultura política, nunca é neutra. É através do campo das mídias sociais, onde este estudo tendeu a defender o método etnográfico, teve caráter útil como instrumento capaz de construir a crítica ao presente do patriarcado para capacitar as percepções dos enunciados possíveis sobre futuro da condição da mulher e outras minorias sociológicas de gênero, neste século.

O compromisso intelectual, desta presente tese, sobre a ontologia dos ciberfeminismos no Facebook, implicou na construção do repertório teórico convergente ao objeto e o problema que ele repercute, sob um processo constante de análise e autoanálise para percepção dos paradigmas

empíricos e epistemológicos, que a pesquisa no campo online envolve, na área das Ciências Sociais. Nesta parte do estudo, pela análise das páginas ciberfeministas em mídias sociais, se verifica que as redes sociais no Brasil, se constituem como campo das performances sócio-políticas, em que, a partir dos enunciados de usuários das redes sociais online, se deu o ambiente de embates ideológicos em tensões políticas. Pelas reações às publicações se denotaram os teores dos valores absorvidos e/ou repulsados via postagens e comentários em redes. Por outro lado, em termos epistemológicos, tal diagnóstico intensificou as análises em vídeos online, expandindo a proposta metodológica do estudo em campo digital. Esta extensão para outras mídias, pode ser visualizada através do Facebook como uma mídia que serve de córrego às outras como a plataforma de vídeos do próprio Facebook (SKÅGEBY, 2011). Essa discussão metodológica nas redes, é também encabeçada por Postill, J. e S. Pink¹¹ (2012), quando analisam as reflexões políticas emergidas das observações sobre o engajamento político em redes sociais. Ambos, salientam que, a constância dos diferentes espaços online das redes sociais é conjugada para se empregar o exercício etnográfico. Pois para eles, estes lugares etnográficos não são delimitados como espaços físicos, e por isso, valem pelos múltiplos elementos que compõem seus dispositivos de acesso às relações de sociais/digitais.

Mediante a ampliação do olhar ao fenômeno político dos feminismos em redes online, que delimitei como ciberfeminismo no Facebook, e as expressões ultraconservadoras como reação em ação nas redes, se compôs a etnografia digital, a partir dos múltiplos espectros para análises culturais, num campo diversificado; em que, os sentidos apresentam os elementos sócio-políticos que estendem na história, em um universo de jogos entre as aparências, os conflitos, a resistência e tensão de valores.

Isso pode ser visto, tanto entre os diferentes feminismos nas redes, como no campo do enfrentamento ao pensamento de matrizes ultraconservadoras da sociedade em rede online. O primeiro caso, o conflito entre os feminismos em redes sociais online foi notado pela resistência do Feminismo Radical, em aceitar na causa feminista, outras categorias de gênero que evoluem as

¹¹ Disponível em: <http://blogs.bournemouth.ac.uk/research/files/2013/04/Postill-Pink-socialmedia-ethnography.pdf>
Acesso. 25.06.2018.

mulheres transexuais. Também há a bem colocada crítica ao feminismo liberal, por fazer prevalecer um empoderamento da mulher nas posições privilegiadas do capitalismo sem questionar as estruturas sociais que envolvem estas posições, e vale acrescentar, que as feministas liberais não estão nos referenciais do enquadramento ciberfeminista sob inspiração do Manifesto Ciborgue de Haraway (2009), por não aspirarem uma revolução política e social na união entre mulheres e tecnologia. Lidar com estes elementos, exigiu de quem observa, a capacidade de empregar as impressões sensoriais em “saberes localizados” entre as diferentes pautas feministas e suas reações em redes sociais. A leitura de Haraway (ibid., p. 41), levou a entender que estes saberes se validam mediante a percepção as diferentes práticas de dominação, inclusive as próprias partes desiguais de privilégios persistentes entre as diferentes visões sociológicas de mulheres e a “opressão”, que está “presente em todas posições femininas”. Para ela, as capacidades de diagnóstico dos diferentes espectros das análises dos problemas sociais que envolvem a questão dos problemas de gênero se contingenciam mais entre “meu e nosso problema”, do que no sentido de problema dos outros. Já que, no caso desta presente tese sobre os ciberfeminismos, as experiências vividas interagem com dados e teorias que partem do problema da vulnerabilidade da mulher e outras minorias sociais de gênero, reforçadas, numa sociedade guiada por matrizes ultraconservadoras alastrando seu padrão de comportamento pela apologia da força, violência e morte. Isso pôde ser exemplificado pelos violentos posicionamentos dos ultraconservadores aos ciberfeminismos, que defendem a legalização do aborto no Facebook associando a interrupção da gravidez ao assassinato de feto. Não é incomum, observar usuários das redes, nesta categoria, defendendo que enzimas dos fetos abortados servem como adoçante para uma grande rede de refrigerantes multinacional. Também não é raro ler que as feministas são a favor do aborto até os nove meses e não até os três meses de gestação e que deus perdoa tudo, até assassinatos, mas não perdoa o aborto. Estes tipos de comentários antifeministas e ultraconservadores no Facebook iluminam digitalmente, a esfera de delírio social e a vulnerabilidade que ele repercute como efeito à vida das mulheres, e outras minorias sociológicas de gênero, pois a moral delirante, muitas vezes, por meio das redes sociais, ameaça, desqualifica e difama as dissidências dos padrões de moralidade ultraconservadora.

A situação de delírio online, que parte da prática de construção de memes dos grupos cristãos fundamentalistas, agem na construção de montagens que reduzem a causa do aborto seguro, gratuito e legal vinculado à defesa do assassinato de bebês. Tratar a mulher que passou por uma

experiência de prática de aborto até o terceiro mês como assassina, repercute a finitude do discurso e da possibilidade do debate pela violência dessa associação. Cabe a lembrar de Hanna Arendt (1995, p. 08), quando ela disse sobre a violência aniquilar o diálogo e o transforma em clichê. Este fato justifica a opção desta presente pesquisa, em se desenvolver de maneira participativa, mas também oculta nas redes sociais, evitando embates que colocariam a questão em efervescência. Nesta via, se compreende-se o delírio, como um elemento político, que atua por mentiras disseminadas em redes sem respaldo científico. Com base na religião e não na Ciência, foram comuns visualizar os insultos contra as feministas que trabalham pelo direito ao aborto legal e seguro. O delírio age na desconfiança sobre os dados que acusam a violência de gênero, o feminicídio, lesbocídio, o racismo, a meritocracia entre outras causas das lutas sociais que impulsionam um remanejamento entre a sociologia e a psicologia social nas redes para compreensão da sociedade contemporânea. Não foi raro encontrar conflitos nas caixas de comentários, onde usuários (em guerra ideológica online) “skalteiam” no linguajar das mídias digitais, ou seja, pesquisam nas páginas pessoais, e usam dados pessoais encontrados lá para alimentar argumentos violentos e intimidadores nas caixas de diálogos, pautados em elementos pejorativos e depreciativos do outro como base discursiva.

A matéria de Camila Brandalise (2019) ao portal UOL¹², (Postado pela Página do Facebook, “Saúde Mental e de Gênero” em dezessete de outubro de dois mil e dezenove) conta sobre o seminário evangélico “Mulheres no Reino de Deus” que participou no dia quatro de outubro de dois mil e dezenove, no Bairro de Belém, na zona Leste paulistana. Segundo relato da jornalista, era um grupo de cerca de oitenta mulheres evangélicas na faixa dos trinta aos cinquenta anos. Ela relatou depoimentos de mulheres, que relacionaram o feminismo ao diabo, uma delas, atribui ao movimento feminista os maus tratos dispensados por ela aos maridos e filhos. A pastora, segundo a matéria, reduz a ideologia feminista a vontade de trair, quando o marido a trai, e diz que o movimento

¹² Brandalise, Camila (2019) “Sexo é bom, feminismo é do diabo: seminário reúne evangélicas contra trevas”. Site UOL/ Universa-Notícias; 17. 10. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/17/sexo-e-bom-feminismo-e-do-diabo-o-que-ouvi-em-um-seminario-de-evangelicas.htm>. Acesso: 28. set. 2018.

feminista é a “a luta contra o homem e contra deus”. A pastora, ainda cita a atriz e apresentadora adolescente Máisa Silva, enquadrando-a como “feminista feroz” ao “lado do inferno”, por se colocar publicamente a favor das pautas de gênero e raciais. E vai além, quando defende que se perdoe o abusador, naturalizando a violência como algo “comum”, num país onde a mesma jornalista lembra que, a cada quinze minutos uma menina de até treze anos é estuprada. A matéria trouxe a pastora pregando a “sabedoria” feminina como a submissão e sujeição, onde a mulher não deve “reclamar” e “nem brigar” com o marido. Pois, segundo ela, “deus odeia o divórcio” e “mulheres corajosas dizem: Vou me sujeitar!”

Mesmo com grupos feministas religiosos em Páginas do Facebook como a do movimento político internacional “Católicas pelo direito de decidir”, e da Página na mesma rede social “Frente Evangélica pela Legalização do Aborto” as atuações mais enfáticas nas redes do Facebook, Twitter e WhatsApp, advém das correntes ultraconservadoras das igrejas evangélicas e católicas propagando mensagens antifeministas. Os segmentos ultraconservadores da igreja evangélica e católica com a pregação antifeminista se unem a partidos políticos que contemplam o mesmo viés ideológico de reacionarismo, vide a Bancada da Bíblia no Parlamento brasileiro e a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves, famosa por dizer que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” em alusão contra a diversidade de gênero. A corrente político-religiosa no poder político institucional e nas redes sociais atuam violentamente sob o efeito que Benjamin (2013, p. 82) também chamou de “delírio”, conceito o qual, segundo ele, também poder se converter em “escudo nacional, brasão do estado e/ou bandeira sindical”, porém aqui, foi visto como uma “guerra santa” antifeminista para manutenção da família tradicional brasileira, desrespeitando todo avanço político, filosófico e científico sobre a questão da diversidade de gênero, aborto e a não sujeição da mulher ao comando da figura patriarcal. Neste contexto, quem não compartilha do “delírio”, segundo Benjamin, é um “herege, inimigo e estranho”, o que gera uma forma de “loucura que perturba ânimos, rompe amizades e família, assassina pessoas, e devasta países”. Ele ainda destaca, que o “delírio é “joia da confiança no próprio ego”, que se “revigora em suas companhias”, pois sem elas, sua razão e certeza não seriam atestados. Este aspecto, transposto ao ambiente do Facebook, um exército de usuários ultraconservadores, costumava surgir nas caixas de comentários para opinar contra as opiniões progressistas e reagir em favor das matrizes ultraconservadoras em performances sociais-digitais. Estes volumes de reações e defesas acabaram por dar “confiança ao ego” de quem

se posiciona, mesmo que, violentamente e “revigorar-se” por estas reações em seu favor. Ainda nesta dimensão, se viu a estratégia dos grupos conservadores em instrumentalizar ilegalmente os dados pessoais do Facebook para juntar as concepções de usuários que simpatizam com a extrema direita, o que tem se demonstrado como essencial, para “revigorar” o ultraconservadorismo pela união dos simpatizantes através do Facebook, tornando-se canais de intensidade à condição do “delírio”, que antes se fortificava apenas pelas relações presenciais. No entanto, conforme a matéria de Camila Brandalise acima citada, colocou-se a pensar que são nos encontros físicos, onde se dispõem a exaltar as emoções e os ânimos para adquirir a confiança afetiva das mulheres evangélicas e conduzi-las às mesmas matrizes tradicionais familiares dos séculos passados, fazendo apologia à todas as formas de silenciamento, submissão, violência e opressão do patriarcado.

A Etnografia digital em torno dos ciberfeminismos nas redes e os antifeminismos, demonstrou que as antifeministas são articuladas pelos segmentos de matrizes tradicionais cristãs e para este segmento, a noção de estado de direito, e a democracia não estavam presentes e nem validados entre a mensagem evangélica às mulheres como garantidores do estado de bem-estar. Equidade de direitos e liberdade sobre o próprio corpo eram considerados “do diabo” por serem atentados à submissão normatizada, pelo suporte do fundamentalismo cristão dos séculos passados. O fato da falta de conhecimento e credibilidade na democracia para juntar um “mundo despedaçado” (Gueertz, 2000) faz dos segmentos do fundamentalismo cristão uma diretriz que sustenta o “delírio”, normatizado pelo ultraconservadorismo evangélico como estratégia de vida para mulher evitar o conflito e manter o matrimônio. A alma enclausurada na obediência, o silenciamento diante das violências e supressão do desejo e da liberdade em nome do marido, fortifica os padrões preestabelecidos nas matrizes tradicionais e ultraconservadoras do cristianismos, alimentando a força do ódio contra as dissidências que se emancipam destas concepções, e se articulam por uma sociedade justa e respeitosa às mulheres e outras minorias sociológicas de gênero.

Este diagnóstico ainda vai de acordo com olhar de Gueertz (2000, p.194), quando viu que a essência dos conflitos políticos vai se dar e se construir, através do arcabouço da cultura. A cultura online vinculada a política e as matrizes do fundamentalismo cristão contra os feminismos repercutiu o que Rita Segato (2010, p. 176) notou por compreender os efeitos do entrelaçamento entre o “ciberespaço, política e religião nos diálogos em rede”. Nas opiniões das mensagens fundamentadas

no cristianismo doutrinador não há espaço interno para a inclusão da dúvida, não há diálogo com o trágico por traz das mortes das mulheres, seja pelo feminicídio ou em decorrência dos abortos ilegais, onde as opiniões estavam aprisionadas no que ela chama de “delírios totalizadores e totalitários”. A forte presença da reconfiguração das religiões cristãs fundamentalistas articuladas às redes sociais e ao poder político institucional contra os feminismos se enquadraram ainda na indagação de Gueertz (*ibid.*, p. 156, 259), quando perguntou: “Por que as comunidades de fé se tornaram em tantos casos eixos da luta pelo poder?”

A resposta, que mesmo autor elaborou pôde ajudar a pensar tal articulação políticas e religiosas em redes sociais, demonstrando pelos problemas de gênero, a precariedade da democracia brasileira como valor institucional e social, no imperativo dos tais preceitos. As palavras do citado autor se convergem aos comentários sustentados pelo conservadorismo religioso, reconhecendo que este encantamento do mundo, pelas premissas da fé para explicação da vida, se coliga a soluções fantasiosas, que tentam religar “um mundo em pedaços”. Nesta direção, ainda cabem as palavras de Gueertz (*Ibid.*, p.191-201) para pensar as diferentes esferas para um “mundo desmontado ou em processo de desmonte”, e ainda lidar com os efeitos dos princípios da “doxa” para a construções de (in) verdades nas irrequietas, e as vezes violentas, expressões coletadas contra os feminismos em rede social digital. Esta ideia, deixa claro que, as identidades das representações políticas institucionais que pensam na política como igualdade de oportunidade a todos, não representam mais, a administração da ordem circunscrita no imaginário social e político-institucional. O que leva a manipulação fraudulenta e delirante das articulações políticas, com a religião de matrizes conservadoras do cristianismo, às espriar-se no que Gueertz (*ibidem*) chamou de: sentido “neo-nietzschiano de vontade de poder”, em que a ação se dá, pela ambição puramente no sentido “político ou político-econômico”, instrumentalizando a fé e a paixão que ela gera, para mascarar e encobrir o entusiasmo ideológico das “ambições seculares”, as quais beiram o “egoísmo”, na medida em que querem permanecer e articular o poder institucional. De modo a agir, induzindo a incorporação da sociedade aos seus valores, no controle dos corpos femininos, seja por vias de projetos de lei, ou por técnicas de disseminação online de estigmas, injúrias e desqualificações dos ciberfeminismos.

No contexto brasileiro, se verifica a partir das reações online contrárias e difamatórias das pautas ciberfeministas, que a fragilidade da democracia, se evidencia quando os traços mais rudimentares na fundamentação dos argumentos das expressões disseminadas nestas reações são baseadas não em saberes, mas em interpretações de mundo não aprofundadas e carregadas de violência objetiva e/ou subjetiva. Há séculos, se deixou claro que as palavras podem ser uma arma pelo grau de intensidade e violência que ela poder significar, em mídias sociais as palavras como arma é munida de violência, seguindo o que Hanna Arendt (*ibid.*, p. 05,08) apontou como a morte do discurso. Neste aspecto, ela ainda acrescenta que, a “compreensão dos aspectos histórico-políticos” e “reflexos vigentes” levam em seu bojo a compreensão sobre as pessoas de maneira profundamente humana, assim como, “a auto-compreensão”. Por isso, a compreensão sobre a ascendência dos valores ultraconservadores em redes sociais, leva a notar como significantes, a “ânsia de poder e desejo de dominação do outro, independente das políticas de terror”, o que qualifica a análise como denúncia do efeito de tirania incorporada pela sociedade online.

Dogmas ultrapassados e infundamentados nas vias das luzes da ciência guiam segmentos femininos dos fundamentalismos cristãos em detrimento da noção da democracia e da fé na política para a estabilidade da sociedade. As noções delirantes de um mundo injusto, violento e desigual sobrepostas a consciência sobre o valor da democracia, está enfraquecendo a democracia pela própria democracia. Por isso, a continuação da análise sob esta constatação, observará daqui para a frente, os ciberfeminismos sob o panorama da “pós democracia” (MOUFFE, 2005).

No contexto observado, a “pós democracia” pode ser observada em direta associação com a “pós verdade”. Se por um lado as marchas feministas e as representações feministas atingiram o poder institucional e mobilização social, principalmente pela mediação das mídias sociais, foi por meio das tecnologias de comunicação online, onde a produção de pós verdade contra-ataca para desmoralizar as causas feministas agindo em meio a um “fenômeno cultural”, sem controle sobre os efeitos destas ideologias, quando elas negam “os princípios das verdades dissidentes” e dão a qualidade de verdade absoluta ao seu campo de visão ou de seu grupo social (QUADROS 2018, p. 203). A nitidez deste quadro se elevou, quando a desqualificação das lutas das mulheres se sobrepõe aos dados, que comprovam a violência contra as mulheres, os feminicídios ou as práticas ilegais do aborto. Nesta tese, se evidenciou a reação de parte dos comentários reativos culpando as vítimas,

construindo contrapontos inverídicos, deturpadores da ciência, no entanto, proliferando “compartilhamentos” que compõem a era da pós verdades. Ou seja, a partir deste neologismo, consequente dos processos de subjetivações construídos pelo viés das novas mídias, se explicita um contexto de construções de informações com missão de depreciar e difamar. Tais mensagens são tecnicamente pensadas e disseminadas para serem absorvidas crivelmente contra feministas, e republicadas, por uma rede de usuários de mídias sociais, fomentando de maneira reativa e não reflexiva, redes ódio político contra os discursos e as pautas das lutas dos feminismos. Assim, se expandem técnicas que propagam a desqualificação moral das mulheres em diversos sentidos, sem qualquer compromisso de consciência dos índices crescentes da violência de gênero entre outras problemáticas que os diferentes feminismos explicitam pelas mídias sociais. No ambiente político online, o contexto brasileiro dispõe de técnicas de comunicação digital que disseminaram quantitativamente opiniões grotescas sobre as representações políticas femininas via Facebook e Whats’app. Estas são mensagens apropriadas para virarem clichê e invalidarem o debate e os problemas levantados pelos feminismos. A pós verdade compõe ideias absorvidas sem o emprego da crítica com apelações emocionais absorvendo pelas vias afetivas sentidos unilaterais, sem aceitação da lógica pela capacidade argumentativa. Este fenômeno cultural articula-se aos elementos que referenciam o contexto da pós democracia, onde a partir de mensagens ultraconservadoras contra as lutas das mulheres e minorias sociológicas de gênero buscam pelas mídias sociais, suprimir a alteridade, eliminando a legitimidade das lutas feministas.

Para Lelo e Marques (2018 p. 366), a esfera da pós verdade torna a política direcionada à percepção “unilateral” para eliminar a “alteridade”. O que demonstra uma erosão na funcionalidade da rede como espaço que alimenta a democracia. Democracia entendida como um sistema de plural e agonístico interage visões diferentes, mediante ao ideal de igualdade social como função político-institucional em termos de oportunidades e direitos, e à base racional de capacidade argumentativa. Se a dimensão da Democracia estivesse clara (para além das estâncias institucionais) pelas performances comportamentais (observável na esfera comportamental das redes sociais digitais), provavelmente o Brasil não teria índices tão altos de feminicídio, pois se privilegiaria a capacidade argumentativa, e não a eliminação do outro. Para além de uma batalha política dicotômica, se prevalece nas expressões contra as pautas feministas, os dogmas ultraconservadores dos

cristianismos ou das masculinidades, os quais privilegiaram o combate das ideias e não o emprego do diálogo dotado de racionalidade.

Um exemplo, que parte da esfera das masculinidades ditas como tóxicas na interatividade social no Facebook, esteve num post lançado no dia trinta de julho de dois mil e dezoito, pela Página Judith Butler e Teoria Queer, trazendo um texto assinado por Nancy Frye diz que hétero-normatividade implica em apenas ter relações sexuais com mulheres, mas que o amor desta categoria está em exclusivamente para outros homens, já que são normalmente outros homens, os que merecem respeito, admiração, leitura e vínculos profundos. A postagem, com aproximadamente vinte e uma mil curtidas, e quase quinze mil trezentos e quarenta compartilhamentos, gerou uma polêmica que ultrapassou mais de um ano. Muitas opiniões consideraram o texto como uma ofensa, a ponto de quem gerencia a Página, dizer:

“O nível da agressividade de alguns comentários, só confirma a pertinência do texto. Héteros com medos detectados. Falta de interpretação de texto também.”

Página no Facebook Judith Butler e Teoria Queer 20. out. 2018.

Críticas às agências do patriarcado e da masculinidade não são admitidas a adentrar na esfera plural do debate e das ideias, contestações da cultura hétero-normativa são consideradas insultos, e muitas vezes rebatidas com violência. Desde o lançamento do post, até as últimas observações, um ano depois, a pessoa que gerencia a Página relata mais de uma vez, na caixa de comentários abertos, que está recebendo imagens de pênis no espaço de debates fechados de seu Messenger. Para a noção de Democracia sócio comportamental ou institucional, cabe destacar Mouffe (2005) quando coloca que, o grande desafio de uma democracia saudável é o reconhecimento do “pluralismo de valores”, pois a “multiplicação das instituições e dos discursos” se reverbera como meta aos valores democráticos. O distanciamento desta pluralidade de representações e a consagração online vista no enaltecimento do combate às ideias questionadoras das estruturas normativas da sociedade patriarcal pelos posicionamentos ultraconservadoras, que se distanciam automaticamente da Democracia, pelas reações indecentes como forma de violência subjetiva.

A delimitação deste discurso nas redes contra os feminismos e demais pautas representativas da pluralidade de gênero, ainda pôde ser vista por essa análise, respectiva ao que Mouffe (2005) traçou como “pós democracia”, no que corresponde ao desencorajamento, empregado pelo viés político ultraconservador ao envolvimento das cidadãs e dos cidadãos com o fundamento da democracia como política institucional e sócio-comportamental. A visão da autora, se aproximou a de Rancière (2010, p. 48), na medida em que pensaram o fato, como incentivo à “privatização da vida”, que em formas extremas de individualismo ameaçam a democracia e o “laço cívico”, permitindo assim, a abertura da democracia pela atuação política dos referenciais da religião de matrizes conservadoras, pelo mercado e na valoração dos bens e conquistas individuais. Mouffe leva a pensar, que os “fundamentalismos morais” são consequentes da deficiência da democracia pelos referenciais liberais, o que torna o problema para além de “empírico e epistemológico”, ser “ontológico”, dadas as formas particulares de vida, que segundo Rancière limitam os processos de racionalidade acenando para uma vida em comum. O modelo democrático competente é capaz de reconhecer a “natureza do político” como uma natureza constitutiva do poder longe da harmonia e da transparência. A política mata a democracia quando se dá na base dos antagonismos como luta entre inimigos, ao contrário do seu potencial agonista desempenhado acerca do sentido de adversários, sem proposta de aniquilação do divergente (MOUFFE, 2005 p. 17, 23).

A pós verdade, como instrumento de deslegitimação das lutas feministas, a baixa representatividade histórica das mulheres na política institucional brasileira, e o exílio de expoentes das causas feministas e minorias sociológicas de gênero demonstram que a falta histórica de pluralidade no poder político leva às explosões de antagonismos online e offline colocando em risco os fundamentos da “civildade”.

O contexto da pós democracia, trabalhado como delimitação do mapeamento da cultura política online se referencia ao que Mouffe (*ibid.*, p. 35-63), observou no desmantelamento da social Democracia, quando os resultados “pós democracia” retornam as referências ultraconservadoras da extrema direita, e com os “fundamentalismos religiosos” compondo um modelo neoliberal sintomático, na proliferação das narrativas que negam radicalmente os critérios progressistas, mesmo entre os já estabelecidos para a ordem democrática. O pós-político não como um fim, mas a

dominação das contestações pelos fundamentalismos e nacionalismos da extrema direita, bloqueiam os canais transformadores da hegemonia do modelo neoliberal globalizado, que foi a raiz da origem da proliferação do discurso da negação contra a ordem estabelecida. Por outro lado, o que Rancière (*ibid.*, p. 61-63) usa como conceito de “pós político”, se associa com o Mouffe denomina de “pós democracia”. Para ele, a pós-política age através da “ordem policial” reacendendo a “identidade política” e os “fundamentalismos violentos”, o que faz a direção da igualdade ficar fragmentada gerando como resultado, a “erradicação da democracia pela própria democracia”. Para ele, democracia é outra palavra para se referir à política, mas sobre o princípio de igualdade social (WILSON e SWYNGEDOUW, 2014 p. 19, 20 tradução livre).

A capacidade ambígua das tecnologias de comunicação se enfatizou ao ser vista como um instrumento facilitador do diálogo entre as representações políticas e seus eleitores, ou seja as ferramentas digitais como contato político direto em prol do exercício da democracia (Bernardes, C.B e Bandeira, C.L, p. 2016) tenderiam a aumentar a legitimidade das instituições democráticas. No entanto, quando o conceito de democracia não é socialmente incorporado de modo sócio-comportamental, os usos destas ferramentas se firmam como instrumento de manipulação social e provocação, fomentando a apologia dos ideais antidemocráticos articulados em redes diretas de comunicação pela identificação de usuários, que se fortificam em grupos de concepções políticas similares, na rede social Facebook.

O ciberespaço como a (re) colonização do espaço digital pelos pressupostos dos referenciais globais e mundanais, a partir dos comentários políticos ideologicamente extremados se aproximou da condição americana que Hofstadter (1963) já havia denotado nas últimas décadas do século XX, em que diagnosticou a baixa do valor intelectual na cultura da América do Norte, a qual pode ser análoga ao *Zeitgeist* brasileiro no sentido de temor ao socialismo, aderência a base religiosa fundamentalista-cristã e as correlações neoliberais entre mercado, sociedade e Estado marcando os discursos políticos, desconsiderando a Filosofia, Literatura, Sociologia, entre outras ciências.

As técnicas de mensagem que disseminaram as narrativas levianas contra os feminismos, apareceram subjetivadas nas expressões analisadas, e a partir disso, se fez importante ter consciência que o avanço da “inteligência digital” está em oposição ao “intelecto digital” conforme reflete Berry

(2011, p. 07). Esta ideia se completa, quando se supõe ao intelecto a ativação das capacidades de: crítica, criatividade e contemplação da compreensão da inter-relação entre o todo e as partes; como uma “manifestação digna” do poder de reflexão e pensamento. Ou seja, os dados observados em rede podem demonstrar que, enquanto é faculdade do intelecto digital “teorizar”, investigar e “ponderar”; a inteligência digital, pode estar agindo para “manipular, reordenar” e ressignificar. No referente contexto, o campo da rede social ilumina digitalmente, a dimensão das discussões, onde nota-se, pelos comentários que sucedem *posts*, as reações às ideias que defendem a legalização do aborto seguro e das críticas às masculinidades. Os pungentes comentários contrários, seguiram um status normativo, pregado por líderes da fé fundamentalista cristã sob os preceitos dos agentes da “ordem” desenhada pelas matrizes ultraconservadoras no poder em articulação de controle sobre o corpo da mulher e outras minorias sociológicas de gênero.

Através da visão de Rita L. Segato (2010, p. 148-154), se observou a luz dos conceitos da psicanálise como abertura transdisciplinar na busca de compreensão dos sistemas de relações que envolvem gênero, religião e internet. Especialmente, quando ela enfatiza “que não há método simples ou estruturas transparentes da consciência”, onde o valor instrumental do método se encontra na “capacidade radical das análises reveladoras do potencial crítico” da produção de conhecimento. Neste sentido, os comentários analisados contra a descriminalização do aborto e às críticas às masculinidades eram comumente justificados por comentários de matrizes ultraconservadoras, atendendo ao que Segato visualizou como “almas beligerantes”, atuando para sobrepor suas morais em comentários online.

Quando as opiniões em redes sociais reverberaram este ideal, se constatou que a prática do ofício da etnografia online, é um instrumento capaz de abordar pelas estâncias político/sociais e de gênero na rede, a condição da qualidade da Democracia, diagnosticada aqui no sentido da Pós Democracia. Isso levou a entender, que a noção do efeito da desconsideração humana de uns pelos outros, traz os elementos chave para a reflexão sobre a consequência da precariedade do valor aos ideais democráticos. Neste aspecto, vale lembrar Benjamin (2013, p. 157) quando aponta que o espírito democrático, é sempre passível de estar agonizando e suas qualidades alcançadas estão na condição de risco; constantemente ameaçadas ou prestes a desaparecer.

2.2.2) Cartografia Política do Ciberfeminismos no Facebook

A cartografia aqui, não se refere aquela da geografia, relacionada aos territórios em suas distintas especificidades, descritas no mapa, para localizar os espaços e acompanhar as suas transformações. A cartografia que emprego, diz respeito às forças políticas em dispositivos opostos, inspirada no modo de análise deleuzeano, quando se qualifica a cartografia como método de desembaraçar as linhas dos dispositivos políticos, contidos nos “jogos do saber”, do “poder” e da “subjativação”. Estas articulações são centrais aos “movimentos micropolíticos”, onde a questão está diretamente ligada à “constituição dos sujeitos” e suas performances vinculadas em mídias sociais digitais. A cartografia neste caso, foi reconhecida como instrumento capaz de levar aos agenciamentos possíveis sobre os múltiplos enunciados, do ciberfeminismo, produzidos cotidianamente, em redes online para pensar a política de gênero vigente em perspectiva crítica (PRADO K. F e TETI M. M, 2013, p. 38).

Entre as mensagens antifeministas, a pesquisa acompanhou as postagens de memes no Facebook, em caixas de comentários como respostas às publicações que levam a defesa do feminismo, com dizeres como: “Jesus não era feminista. O capeta provavelmente é!”, ou outra, que tem um desenho de uma moça grávida, dizendo: “adoro abortar” (sendo que, sabe-se que experiência é traumatizante para a maioria das mulheres que já abortaram de modo voluntário ou não). A demonização dos feminismos, perpetua esta cultura da violência contra a mulher, e para além das igrejas com matrizes ultraconservadoras e suas redes sociais atinge postos altos na política institucional, como a atual ministra (evangélica) do Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro, Damare Alves. A ministra ficou em evidência por um vídeo viral nas redes, no qual, diz que as “evangélicas são lindas e feministas são horrorosas”, levando a sua fundamentação argumentativa aos níveis da pré-escola.

Estudar a cultura política no âmbito dos ciberfeminismos e dos antifeminismos no Facebook, também abarcou o mapeamento da maneira com que política se institui na sociedade, como espaço de “poder”. Ou seja, nos espaços das redes sociais digitais, também se pode delimitar,

onde se dão os conflitos e antagonismos políticos; elementos de tensão, típicos de qualquer sociedade democrática, no entanto, percebeu-se a democracia como um conceito de baixo valor social, quando, se tem a alteridade como inimigo a ser combatido; demonizando e desvirtuando o ciberfeminismo, tanto na política institucional como nas redes sociais digitais. Isso significou que, é na guerra digital travada pelas referências antifeministas e suas estratégias de demonizações, onde nota-se que, os paradigmas da democracia visualizados online são facilmente atravessados por uma visão precária da política no âmbito do micro ao macro social. A rede é apropriada por estas correntes da ultradireita, para produção de conteúdo contra as lutas dos feminismos e das demais minorias sociológicas de gênero. Isso foi visível nas linguagens das interações sociais-digitais, numa espécie de “guerrilha” polarizada e dicotômica, diretamente agenciada com a esfera do poder político-institucional.

Criar a cartografia política dos ciberfeminismos no Facebook, como um recurso epistemológico traz elementos ontológicos da política nas redes, os quais podem estabelecer os pressupostos para as reflexões posteriores. De acordo com Biset (2011, p. 121-124) pode se refletir sobre a cartografia política, como o dispositivo do estatuto epistemológico na convergência da teoria ligada ou produzida em relação aos fatos políticos, o que justifica a epistemologia, ser um estatuto também político. Tal concepção, explanou nos aspectos significantes às observações que examinaram a prática, o comportamento, os conflitos e os sentimentos gerados pela política, pelas pautas ciberfeministas, no campo das tecnologias de comunicação online. Vale ressaltar, que em seu desenvolvimento, a presente tese percebeu a possibilidade de construção do conhecimento, a partir das cartografias políticas no ambiente digital. Vale acrescentar, que falta de uma proposta teórica e transdisciplinar para a análise das relações sócio digitais registradas, tornariam a conduta da pesquisa vulnerável à formações de categorias óbvias e rasamente fundamentadas.

Num processo histórico, os primeiros registros cartográficos da política do ciberfeminismo no Facebook, se remete ao ano dois mil e quinze; no início do desenvolvimento do projeto que originou esta presente tese. Nesta fase preliminar de observação, a hipótese primária acompanhava tese girava em torno da tendência ao “tecno-otimismo” (TRERÉ 2016, p. 128 tradução livre), atrelado às redes e ruas direcionando à outras alternativas políticas como horizonte. A viabilidade das redes sociais online para manifestações políticas, acenava como uma tendência, desde dois mil

e onze, e pareceu conter uma esperança democrática aos movimentos sociais/digitais das mulheres e demais minorias sociológicas de gênero, entre outros. Nesta esfera, as configurações sócio-tecnológicas, interagem ao contexto cultural e político como elementos chave para as relações de visibilidade, proporcionada pelos dados expostos e abertos dos eventos feministas que interconectavam redes/ruas. Portanto, as plataformas digitais do Facebook que geravam eventos e debates feministas como portais de acessos abertos puderam ser analisadas para se tentar dar conta, da interpretação de uma quantidade massiva de informações oriundas da “cultura dos algoritmos”, no âmbito das esferas epistemológica e ontológica da política ciberfeminista.

A natureza política é inerente aos seres humanos, (embora esta natureza política nem sempre seja guiada pela ética), e este fato esteve presente em múltiplas dimensões dos usos cotidianos das redes iluminando a sociabilidade online pela copresença individual, mas sociabilizada, a partir do desenvolvimento das tecnologias de comunicação móveis. Mensagens e informações ciberfeministas via redes, vieram como otimismo para transformações político-sociais, após a primeira década do ano dois mil. Por outro lado, a rede social Facebook passa a demonstrar seu lado sombrio, quando começaram a ser pulverizadoras pelas construções de inverdades, disseminadas pela ação de técnicas e táticas que coletam os dados abertos, interligando os usuários que flertam ideias ou opiniões semelhantes em ações em favor às prospecções ultraconservadoras pelas redes. Ou seja, a cartografia política e a ontologia política como eixos para pensar a cultura política patriarcal e ultraconservadora ativada pelas redes sociais foi referenciada neste presente estudo, para refletir a emergência da atuação social cumprindo seu estatuto de sociedade, transposta à esfera online. Neste universo de fluxos contínuos de informações espontâneas em redes sociais, foi permitindo a visualização das categorias dicotômicas entre uma política emancipatória para mulheres pela emergência dos feminismos nas redes; em oposição a um projeto feminino circunscrito em matrizes cristãs fundamentalistas, manipulando o poder político institucional e a reação de um exército digital, que atua em nome destes valores obscurantistas. A partir disso, abre-se a possibilidade de observar digitalmente os sistemas de relações que se cruzam e se manobram no envolvimento entre as atuações sociais/digitais ultraconservadoras/cristãs em ações digitais de embate e combate às políticas feministas.

Os ajustes e choques nas relações de embates sobre questão de gênero no Facebook, envolvem poder, valores sociais, status e moral seguem se apresentando, como as divergências ideológicas as quais, podem ser exaltadas ou não. Isso leva a compreender, como se dão as disputas e as revoltas políticas, também no âmbito da política institucional. As análises das expressões que rechaçam as pautas feministas nas redes sociais, levam a entender, de que maneira a sociedade tende ou não a se conscientizar e compreender sobre os conflitos que derivam das lutas das mulheres e como estão atuantes nas dimensões da micro e macro políticas – online/off-line.

O poder hétero-normativo dos setores fundamentalistas da religião cristã como regra defendida pela política institucional do presidente da república em exercício durante o processo de escrita desta tese, Jair Bolsonaro, em conjunto de exército de robôs online, influenciaram diretamente os dispositivos da subjetividade das performances no Facebook em rechaço aos temas de debates feministas abertos na rede. E seguiu operando, num jogo que se retroalimenta de ofensas pessoais e estigmas às feministas que questionam ou criticam as masculinidades dominantes, e os moralismos ultraconservadores. Não raro, é o assédio sexual por envios de imagens do pênis, ou desqualificações físicas baseadas na idade, na estética, quando o posicionamento político de mulheres (e outras minorias sociológicas de gênero) são declarados abertamente contra as normatizações do hétero-patriarcado ou das masculinidades (sempre tóxicas). O recurso de “bloquear” usuários, agressores nas redes, algumas vezes, é defendido pelas comentadoras feministas como modo de proteção à violência objetiva e subjetiva.

A cartografia política inspirou o projeto desta tese, quando visualizava o poder das tecnologias de comunicação como fomentadora das rachaduras das estruturas hétero-normativas e a potência da reviravolta dos feminismos oxigenados pelas redes sociais, para uma outra política sócio comportamental, institucional e de gênero. O decorrer do processo histórico-político no Brasil, pelos fatos que se sucederam, distanciou-se desta hipótese, quando as redes sociais passam a ser comandadas pelas atuações pela milícia digital, e institucional no poder político, disseminando desinformação, violência e obscurantismo.

A cartografia visualizada de maneira mais avançada, começa a perceber a violência política das reações ultraconservadoras contra os ciberfeminismos, e pôde ser diagnosticada no grande

número de compartilhamentos das notícias falsas, que tentaram desqualificar em diversos âmbitos a vereadora Marielle Franco¹³ no Facebook, após sua morte. Mais tarde, e evidenciou nas ameaças e mentiras disseminadas em redes sociais, que levaram ao exílio, a antropóloga e professora Débora Diniz¹⁴ (por sua produção acadêmica, a qual discorrer sobre aborto como questão de saúde pública).

O Facebook, foi a princípio, reconhecido como um canal de diálogo fortíssimo para os ciberfeminismos, principalmente durante a construção do projeto que originou esta tese. Porém, com desenvolvimento da escrita, este cenário muda e os ataques nas redes viram este jogo. E esta virada se torna perceptível, quando expoentes da política, que se aproximavam da metáfora ciborgue de Haraway (2009) como o deputado federal homossexual Jean Willys, e a filósofa feminista e professora Márcia Tiburi, porém foram exilados do país, devido ao peso das ameaças que receberam via online.

A cartografia política do ciberfeminismo online, é também capaz de denotar, a influência ultraconservadora contra os feminismos das mulheres negras e lésbicas no poder político institucional, como evidente nos casos das ameaças sofridas pela (vereadora, que durante o desenvolvimento deste presente estudo, vence como deputada federal) Talíria Petrone¹⁵. Segundo matéria de Juliana Gonçalves para a Revista Brasil de Fato (2018), a então vereadora se dispunha a seguir sua carreira política em frente, mesmo com fortes ameaças sofridas via redes sociais. A despeito da profundidade das ameaças, tanto destinadas a vida de Talíria, quanto ao desrespeito, perante o luto de Marielle, se verificaram ideais que se conjugavam nos dispositivos da violência subjetiva e objetiva, em grande parte dos comentários dispensados, os quais refutam com veemência temas relacionados à defesa dos direitos humanos e as lutas feministas. Estes, seguem reluzindo

¹³ Após o assassinato político de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, recebe em sua página do Facebook entre as homenagens, mensagens de calúnias de desqualificação de seu trabalho. [ver mais em: <https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/543776616007935/>]. Acesso. 20. Set. 2019.

¹⁴ Ao tratar cientificamente o tema do aborto, a antropóloga e professora Debora Diniz, no segundo semestre do ano de 2018 comunicou pela imprensa seu exílio e de sua família, devido as ameaças por seus posicionamentos científicos sobre tal questão.

¹⁵ Para apontar o teor da violência, cabe destacar a chamada da matéria citada: “ “Merece um 9mm na nuca” – Apesar das ameaças, Talíria Petroni não recua”. Revista Brasil de Fato, Abril, 2018. [Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/02/merece-uma-9-mm-na-nuca-apesar-das-ameacas-taliria-petrone-diz-nao-recuar/>].

digitalmente, a vulnerabilidade como condição intrínseca às atuações das representações políticas feministas, e entre demais pensadores e intelectuais, que tratam dos feminismos e dos problemas de gênero. A exemplo da visita da filósofa Judith Butler ao Brasil, em sete de novembro de dois mil e dezessete, e as manifestações contra ela. Além de queimarem um boneco de uma bruxa que representava a filósofa na porta do evento em que participava no SESC Pompéia em São Paulo; chegou a sofrer agressão física, no momento em que a filósofa estava no caminho de volta, no espaço do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Outro exemplo, da política ciberfeminista cartografada politicamente, se vê nas performances da ex candidata presidencial Manuela Dávila¹⁶ no Facebook ao postar vídeos, em que ela se manifesta para defender-se das mensagens de calúnias e comunicar as ameaças. Por aí, se nota a tensão deste ambiente digital de ameaças, que se alastram nas perseguições e assédios aos que divergem ideologicamente dos referenciais das matrizes ultraconservadoras, legitimado pelo poder político institucional. O artigo da revista online Exame¹⁷ atenta ao fato sobre a pesquisadora do *Scholars at Risk*, uma rede de instituições de ensino que promove a liberdade acadêmica, ter sido procurada por professores brasileiros que querem deixar o país, por temerem suas vidas ameaçadas pelos confrontos ideológicos.

O texto de Regina Facchini e Horácio Sívori, “Conservadorismo, direitos, moralidades e violência” (Cade. Pagú 2017, p. 50), conta como as demandas conservadoras recentes e as “conexões parciais entre evangélicos e conservadorismo” agem em estímulo aos valores da “moralidade reguladora e restritiva” com prospectos políticos que estimulam a segurança na base na punição e repressão guiados pelas relações sociais politicamente antagônicas, as quais produzem fortes cargas de intolerância social. Quando estes valores são redimensionados na esfera online, a problematização da cultura mundana se ilumina em telas digitais. É através do tratamento sócio-histórico dos dados onde se percebe a persistência do poder colonizado nos valores sociais e institucionais da sociedade

¹⁶ Embora Manuela Dávila seja uma mulher política, feminista e influente nas redes sociais digitais, ela não foi enquadrada na análise por ter uma trajetória na política institucional que precede as marchas feministas de 2015.

¹⁷ [ver mais em: https://exame.abril.com.br/brasil/por-inseguranca-professores-universitarios-pedem-ajuda-para-deixar-brasil/?fbclid=IwAR18CLw6p1cRK0ssZFH5vG9BuWXAD_7suDJREZ1uwi3AO2DaIB-jKDsWmQE] Acesso. 22. 08. 2019.

brasileira, estes referenciais de poder, ainda estão subjetivados, formando os valores sociais que atuam no modo de ser e atuar socialmente em mídias sociais digitais onde no caso desta tese foi observado reverberado na violência subjetiva em expressões contra as lutas das mulheres e outras minorias sociológicas de gênero.

Estes fatos, no processo cartográfico dos ciberfeminismos no Facebook, são reconhecidos na forma processual do desenvolvimento da pesquisa e se dão conforme os entornos que marcam as paisagens sócio-digitais dos feminismos. Por isso, uma metodologia prévia, não serve de manual devido aos caminhos próprios dos problemas que vão contornando o objeto de maneiras diferentes e não linear, num dinamismo vulnerável às “percepções, afetos e sensações” de quem desempenha a pesquisa. As redes sociais digitais se desenvolveram tornando-se móveis e articulando a uma gama de elementos heterogêneos, compondo assim, o que pôde ser visto como cartografias empíricas do presente, formada por dispositivos que funcionaram segundo a noção deleuziana de rizoma. Esta noção é perpassada por linhas que não definem a sua formação e sim suas conexões e convergências. Esta heterogeneidade das redes sociais cria lugares reais e desenhados pela própria dinâmica da sociedade localizada no cerne da cultura, em contexto de representações de posicionamentos contestáveis. Estas representações formam vistas como contestáveis, em suas matrizes ultraconservadoras, carregadas de violência ameaças e estigmas. Isso levou a tese a pensar sobre a ideia foucaultiana de “heterotopia” das redes sociais digitais em oposição a utopia, reconhecida na hipótese preliminar do projeto que originou esta tese, a qual se inspirava na projeção ilusória da quebra das estruturas normativas de gênero, a partir da proliferação de páginas ciberfeministas no espaço do Facebook (AGUIAR L. M, 2010 p. 04-07).

Portanto, as cartografias políticas do ciberfeminismo no Facebook, para além da utopia, diagnosticou a heterotopia da rede digital Facebook, como reflexo das relações humanas, onde continuam as articulações do poder em tensões e conflitos, explícitos nas temáticas que o ciberfeminismos no Facebook apontavam em seus posts. Neste sentido, sob os dados da violência mortífera contra as mulheres, será analisado adiante, o tema do feminicídio como a necropolítica de gênero.

2.3) Ciberfeminismo no Facebook e a Necropolítica de Gênero

No caminho entre a utopia e a heterotopia, o Facebook remetia ao primeiro conceito pelas manifestações (ciber) feministas nas redes e nas ruas, essas expressões, a princípio eram vistas como um fenômeno de transformação social, a partir do ambiente de comunicação. O primeiro estímulo para a reflexão estava na possível emancipação sobre a visão patriarcal, rumo aos outros pontos norteadores da política na questão de gênero. Ao aprofundar a análise, a pesquisa começa a desencantar-se com a potência da desta mídia mediante ao impacto da realidade, que diagnosticou ainda estarmos distantes desta emancipação sobre os dados apresentados. O contato com os dados que traziam as informações sobre a brutalidade dos feminicídios na América Latina trouxe a reflexão sobre a vulnerabilidade da vida da mulher. E, com o reforço da consciência, de que não são poucas as pautas das lutas das mulheres, esta presente tese, passou a acompanhar as páginas do Facebook, que denunciavam a dor das mães que perderam seus filhos pela política de segurança do Estado; os problemas que envolvem a raça e a classe; a página que mostrava os assassinatos brutais das travestis e mulheres trans; e a que enfatizava a alta estatística da morte de mulheres, por clínicas clandestinas ou procedimentos de interrupção da gravidez perigosos. Para além disso, ainda havia os comentários em caixas de diálogos no Facebook, que mediante às postagens de cunho feminista, minimizam a importância das expressões das lutas das mulheres. Em correspondência com as páginas citadas acima, as análises dos ciberfeminismos do Facebook, neste capítulo, se darão pelas informações oriundas das páginas “Geledes”, “Transfeminismo” e “Mães de Maio”, as quais chamaram a atenção, por trazerem dados, que repercutem a questão da morte na vida das mulheres e chamaram atenção sobre o alinhamento entre o patriarcado, a segurança pública e legislativa bem como suas consequências para as mulheres socialmente vulneráveis.

Segundo Isabel Gomes (2018, p. 11), através do patriarcado vinculado à necropolítica, podemos entender os feminicídios atendendo a formas atualizadas do patriarcado pelo “necropoder”. Este conceito se adequa para pensar a política direcionando a definição “de quem vai morrer”, e primeiramente, foi identificável através da letalidade da força de violência do estado. Ao entender os feminicídios, como uma necropolítica de gênero é possível verificar que isso se dá

pela “manutenção do *status quo*”, a partir dos mecanismos da força de dominação das mulheres “pelas regras patriarcais estabelecidas”, operados por grupos que se veem como detentores soberanos do direito da vida e da morte das mulheres.

O conceito de necropolítica começa a ser discutido nas Ciências Sociais por Achille Mbembe (2003, p.11-13) marcando na história do pós colonialismo, o colapso do ideal socialista, e a partir das experiências históricas implicando na perda da referência de um instrumento de análise. Este fato seguiu prejudicando a vitalidade dos questionamentos críticos sobre as “dependências econômicas, bem como os fenômenos sociais e políticos”. Em sua visão, tudo passa a estabelecer redes de representações, onde pouco se resiste ao caráter de contingência da violência das instituições capitalistas do estado e do mercado. Revigorando o ideal patriarcal de soberania, a necropolítica é a violência mais extrema das hierarquias das estruturas de dominação. O que segue impossibilitando aos considerados subjugados pelo sistema de conquistarem a autonomia e direito sobre a própria vida. De acordo com o autor (*ibidem*), em diversos pontos, esta estrutura de dominação típica do colonialismo, se aproxima do poder fálico com consequências implicantas nas relações de poder. Isso extrapola as subjetividades masculinas e femininas fazendo ligação direta entre a economia e a sexualidade, em torno do falo como estrutura de masculinidade e poder patriarcal.

Certos movimentos ciberfeministas, por suas expressões na rede social digital, acendem contra a “necropolítica” do estado e dos moralismos sociais, operantes fatalmente na violência de gênero. Como já mencionado anteriormente, serviram neste presente estudo, como amostras destes contextos, as páginas do Facebook: “Geledés”¹⁸, “Mães de Maio”¹⁹, “Transfeminismo”²⁰ e “Feminismo de Demagogia”²¹.

Geledés, no Facebook, representa a organização criada em mil novecentos e oitenta e oito

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/geledes/?fref=ts>. Acesso. 20. 09. 2019.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/maes.demaio/?fref=ts> Acesso. 20. 09. 2019.

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/?fref=ts> Acesso. 20. 09. 2019.

²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/posts/1108155789276409> Acesso. 20. 09. 2019.

com meta de lutar contra o racismo e o sexismo, promovendo a valorização das “mulheres negras e o debate sobre políticas públicas de inclusão”. Defende o “princípio de igualdade e oportunidades para todos”, e muitas vezes, as expressões de suas postagens deixam claro a revolta legítima contra a supremacia colonialista, branca e historicamente construtora de padrões nos modelos de beleza e categorização de mulheres: as que “servem” ao casamento, às relações sexuais, aos cuidados da casa, dos filhos e assim por diante. Dentro da categoria de análise entre os diferentes feminismos, pelo processo histórico do colonialismo, constata-se que, as mulheres negras historicamente saem com mais cicatrizes e dores em relação às brancas, em nossa sociedade. Como discorre Haraway (1993, p. 286) o princípio da diferença entre os feminismos pôde ser constatado em seu artigo intitulado, “O humano numa paisagem pós humanista”. No texto, ela diz que nos Estados Unidos do século XIX, as mulheres possuidoras da liberdade no sistema patriarcal branco eram bastante oprimidas, mas valiosas como progenitoras, “herdando os negros e negras como propriedade”. Enquanto as brancas, se enquadravam na “necessidade de descendência racialmente pura”, as negras eram a propriedade que tal descendência garantia. Tal fato, colocava as mulheres que desfrutavam de uma certa liberdade em espaços “simbólicos”, diferentes, das que não tinham liberdade nenhuma. Tornando essas “assimetrias, muitas vezes, incompatíveis”. Historicamente, estas relações perpetuam até a atualidade, principalmente quando se pensa que o sucesso de muitas mulheres brancas no mercado de trabalho, só se foi possível com o suporte pouco valorizado e reconhecido das mulheres negras, que quando atuam no trabalho doméstico substituem as mães que trabalham fora de casa. Muitas das mulheres da periferia que trabalham em casa de família seguem suas vidas, colocando em detrimento, os cuidados com seus próprios filhos e lares, muitas vezes, por não terem opções nem possibilidade de liberdade de escolha para outras profissões. Para agravar ainda mais esta relação social e de raça entre os ciberfeminismo, a Página Geledés no Facebook, destaca que, as mulheres negras, ainda representam as principais vítimas de violência e feminicídio em comparação às brancas.

Tal fato pôde se comprovado, segundo dados oriundos do I Seminário sobre Biopolíticas e Mulheres Negras²², realizado em vinte de julho de dois mil e dezessete na cidade de Salvador.

²² Disponível em: <http://muraldeeventos.com.br/eventos/i-seminario-biopoliticas-e-mulheres-salvador-2007>. Acesso. 20. 09. 2019.

Lá, os dados e informações apresentados, trataram de dizer que a promotoria do Ministério Público também se alinha a este diagnóstico e o atribui aos problemas associados à escravidão. Nos diagnósticos do Mapa da Violência²³, do ano de dois mil e quinze, constatava-se que homicídios de mulheres negras aumentaram cinquenta e quatro por cento, por outro lado, na mesma época, o número de homicídio de mulheres brancas caiu. Isso, segundo Isabel Gomes (2018, *ibidem*), repercute que a Necropolítica de gênero instrumentaliza os corpos das mulheres, construindo um regime de terror, de modo a seguir instaurando a pena de morte na extremidade dos casos para algumas delas, evidentes na perspectiva racial destes dados. Assim, a necropolítica de gênero se vincula a um contexto sociopolítico que torna a condição feminina vulnerável à morte, desdenhando das desigualdades de raça e gênero e dotando os corpos femininos de uma perspectiva utilitária. Tal fato, diz respeito a “descartabilidade política” das mulheres, pois segundo a autora há dispositivos sociais contribuindo para uma política voltada a morte das mulheres.

Além dos feminicídios, a necropolítica também se apresenta na questão do aborto. A morte da mulher em decorrência a esta prática clandestina, é outro ponto que delimita o trabalho de morte da biopolítica, primeiramente retratada por Foucault. Por privilegiar a ciência e não os fundamentalismos religiosos o ciberfeminismo se coloca a favor da legalização do aborto, e que ele seja seguro e gratuito. Nesta perspectiva, as ciberfeministas encontram-se na reivindicação sobre o direito ao próprio corpo e a própria vida, no sentido de escolha em prosseguir ou não a gravidez. As estatísticas sobre a morte da mulher pelo aborto ilegal, se faz exemplo, da consequência da moralidade ultraconservadora do Estado, exercendo a necropolítica, na política sobre os corpos femininos. Segundo o site Women on Waves²⁴ cerca de quarenta e sete mil mulheres morrem por ano no mundo, devido às complicações no útero, hemorragias ou pelos efeitos tóxicos de substâncias e métodos indutores do aborto. Aqui, a biopolítica, em nome da vida

²³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/homicidios-contra-mulheres-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-estudo>. Acesso 24.09.2019

²⁴ Disponível em <http://www.womenonwaves.org/pt/page/380/safe-abortion-saves-women-s-lives>. Acesso 24.09.2019. Cabe acrescentar à nota, que em dezembro de dois mil e dezenove, o site Intercept Brasil publicou que, assim como a Turquia, Irã, Arábia Saudita, Coreia do Sul e Turquia, o Brasil tirou o site womenonwave do ar. O site trazia informações de como proceder num aborto seguro, além dos dados sobre as mortes das mulheres no mundo pela prática de aborto clandestino, e foi bloqueado pelas provedoras de Internet, Claro-Net e Vivo como censura, repercutindo no Brasil um ultraconservadorismo equivalente aos dos regimes mais autoritários do mundo.

do embrião, pela lei gera a necropolítica sobre o corpo da mulher, quando ela não possui condições dignas à opção do aborto. A biopolítica, em nome da ordem normativa, que torna a mulher vulnerável a morte, não permite, a sua livre ocupação sobre próprio corpo, onde ser sujeito de si mesmo, torna-se um risco. É a fundamentação do necropoder sobre o ideal de direito, julgando quem vai merecer viver ou ser abandonado a morte. Seguindo a lógica descartável, torna-se supérflua a vida feminina. Graças à idealização social ultraconservadora, o ideal de mulher é consagrado pela sua capacidade procriadora, não permitindo que a mulher seja protagonista das escolhas e caminhos de suas próprias histórias.

Muitas reações a publicações que envolvem a questão do aborto, nas caixas de comentários, se referem às mulheres que defendem o direito ao aborto como “feminista abortista”. Quando se argumenta sobre os países em que o aborto é legalizado, as respostas seguem se referindo a estes países como “nações abortistas”. Em seus argumentos, culpam as vítimas mortas em clínicas clandestinas ou por práticas malsucedidas, defendendo a morte delas como castigo. Desse modo, isso determina certas situações em que o Estado, a sociedade e a política criam um trabalho administrativo baseado no “trabalho de morte”, legitimando “o estado de exceção” pela ação de deixar morrerem os corpos considerados desviantes da moral ultraconservadora, de maneira a usar do poder político institucional, para selecionar os que merecem ou não, o direito de viver legitimado socialmente. O estudo de Gomes (2018, p. 04-07), diz que entre as principais causas de morte materna, se encontram as mortes decorrentes da prática do aborto ilegal, e com o impedimento das mulheres aos seus próprios corpos, o Estado leva à demanda para abortos ilegais e inseguros, sendo de sua responsabilidade, os feminicídios acarretados por esta condição.

Em outro espectro da necropolítica, a morte na vida das mulheres tem a sua pior representação, muitas vezes, não no fim de sua própria vida, mas no fim da vida de seus filhos. A morte de filhos pode significar também, a morte da mãe, pois a dor pode matar subjetivamente a mãe. A depressão, o suicídio e a melancolia são sentimentos pertinentes às mulheres que sofrem com a perda de um filho. E isso fica muito claro pelas análises da Página “Mães de Maio” no Facebook. Embora a página não se auto declare explicitamente feminista, é uma página protagonizada pelo trabalho das mulheres mães que perderam seus filhos pela política de segurança do Estado, legitimando a contestação da necropolítica, operante na vida da mulher, vinculando o Estado, o

patriarcado e o necropoder. Este coletivo ativista, é uma iniciativa desempenhada pelas mães que perderam seus filhos, mortos pela política de segurança do estado em São Paulo, numa guerra social e racista, ainda executada brutalmente pela polícia militar brasileira e o exército no Rio de Janeiro. Tal ação, relaciona o que Mac Gregor (2013, p. 28) observa como o “entrelaçamento da violência e direito com exceção e soberania” na administração da lógica governamental da “política de controle, distribuição e regularização da vida”. Determinando desse modo, certas situações em que o Estado e a política criam um trabalho administrativo baseado no “trabalho de morte”. Assim, “legitimam o estado de exceção pelo direito de matar”, selecionando os que merecem ou não, o direito de viver.

Aos que não acessam os bons “estilos de vida” e não se encontram na conformidade da política de controle e conservação da vida, na biopolítica; o necropoder vinculado ao patriarcado passa a ter peso fatal em sua dimensão necropolítica. Destaca-se a proposta do já citado historiador e filósofo, Achille Mbembe (*ibid.*, p. 14) assinalando não só, o correlato entre a soberania e a exceção, mas no que diz respeito a vida por sua descartabilidade, numa curva histórica que se converte até a contemporaneidade, ou seja, os processos coloniais desembocando nos “fascismos atuais” (MAC GREGOR, 2013).

Aspectos como a questão do aborto, estupros, assassinados de mulheres, violência doméstica, lesbofobia e transfobia estão entre os assuntos que mais repercutem publicações nas Páginas que se alinham ao conceito ciborgue alinhado ao ciberfeminismo, analisadas por esta tese no Facebook. O acesso à tais dados, pôde iluminar o espectro letal da biopolítica, sob a necropolítica de gênero nas operações institucionais do Estado brasileiro sob as estruturas patriarcais.

No dia dois de julho de dois mil e dezesseis, ainda no início desta presente tese, a página do Facebook Transfeminismo²⁵ publicou um vídeo sobre o brutal assassinato da transexual Laura Vermont²⁶, e é possível assistir à cena onde sua mãe, chorando desesperadamente diante da presença dos assassinos no julgamento, reclamando indignada sobre os algozes alegarem que o crime que

²⁵Disponível em: <https://www.facebook.com/Transfem/?fref=ts>. Acesso. 20. 09. 2019.

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MwJQz3S2Qm4>. Acesso. 20. 09. 2019.

cometeram foi em nome da “família”. Desesperadamente, esta mãe perguntava às câmeras: “E a minha família”?

Em nome dos dispositivos normativos sobre o valor da vida no seio da família heterossexual, a soberania pelo poder de controlar e disciplinar os corpos desviantes chega a matar os corpos que fogem da forma normativa de ser e existir no mundo. Isso quer dizer, que as matrizes das raízes patriarcais e normativas, com seu ideal de soberania sobre o outro, muitas vezes não permitem a humanidade aos que se encontram fora das modulações programadas sobre a família tradicional hétero-normativas.

Reich (2004, p. 192) diz que as leis patriarcais oriundas da religião, na formação da cultura da família tradicional e do casamento desenvolvem-se predominantemente “contra a sexualidade”. Por isso, segundo ele, a humanidade forçosamente nega sua lei biológica e consequentemente, essa negação transforma-se numa segunda natureza: a anti-natureza, onde debate-se em exaltação irracional, na medida em que quer restaurar a sua função biológica básica. Como se esta negação, que foge do normativo (capaz inclusive de ativar dispositivos de prazeres eróticos destes sujeitos defensores do patriarcado) desse legitimidade para matar. Nesta mistura de ânimos entre o prazer e morte, estes tipos de defensores do patriarcado parecem que pensar que acabando com o que é capaz de seduzir sexualmente fora do normativo, estão aniquilando também, o que pra eles, representa uma afronta aos ideais normativos da sociedade.

A página “Feminismo Radical Didático²⁷, que depois mudou o nome para “Feminismo Radical para Iniciantes” denuncia as opressões de gênero, mas apenas as relacionadas à mulher do sexo feminino alinhadas ao seu gênero. A referência da Página é apoiada na resistência a qualquer dominação do homem, se apegando na condição dualista e dicotômica da noção de gênero. Verificou-se por esta Página no Facebook, que consideram a dominação do homem sobre a mulher como a primeira forma de opressão, e desconsidera como objetivo da causa feminista, abraçar a reivindicação sobre violência sofrida pelas mulheres transexuais. Para elas esta causa deveria estar entre as pautas LGBTQI+. Por não considerar travestis e transexuais “realmente” mulheres,

²⁷Disponível em: <https://www.facebook.com/feminismoradicaldidatico/?fref=ts> . Acesso. 20. 09. 2019.

acreditam que o feminismo deva estar relacionado com o fator biológico dos órgãos sexuais. Essa ideia fica evidente, quando dizem que a “opressão da mulher acontece porque ela nasce com vagina e útero”, deixando claro que é sobre esta dimensão do feminismo, que a página deseja debater e defender. Pensam a condição transexual como uma apropriação indevida do feminino “vulgar”, construído e explorado midiaticamente. Isso demonstra que existem segmentos feministas, que não se importam com a necropolítica de gênero, quando não identificam o gênero feminino vinculado ao sexo biológico. A homogeneização totalitária da modulação racionalidade hétero-normativa, também afeta a racionalidade crítica de algumas vertentes feministas. Segundo Marcuse (1977, p. 72), há sempre a “submissão à fatalidade competitiva”, aqui a visualizamos também entre os feminismos no Facebook. Neste caso, é possível pensar, sobre o mercado do casamento patriarcal, em que cabe ao homem, a escolha da mulher que viverá com ele o ideal de família normativa, e pelas leis da sociedade de mercado, estimula-se permanentemente a competição entre as mulheres. A subjetividade tomada pela totalidade competitiva, leva a pensar que a dignidade e aceitação social da identidade das mulheres transexuais trariam ao mercado de trabalho, outras profissionais na concorrência pela oferta de trabalho. Por outro lado, no mercado do casamento, as travestis e transexuais intensificam a ameaça sob esta instituição normativa, muitas vezes, pelo conhecimento do uso instrumentalizado da estética voluptuosa e do comportamento no erotismo. Isso remete ao pensamento de Marcuse, quando retrata a “sociedade da técnica”, completamente envolvida pela “uniformidade competitiva”, dentro de todas suas esferas de interesses. Marcuse (1999, p. 58) pode ainda ser útil, para visualizar tal fenômeno, quando alegou que o indivíduo eficiente na sociedade, é dado como aquele, que tem a ação individual apropriada conforme os requisitos do aparato social. Por isso, a liberdade fica confinada ao propósito do que é socialmente imposto.

Lembrando que o ambiente do mercado sexual é comumente fonte compulsória de expectativas de sobrevivência e prazer para as travestis e algumas mulheres trans, a vida sexual, acaba sendo um dispositivo ativo na construção da subjetividade das travestis e transexuais, mesmo que isso, muitas vezes, fatalmente valha as suas vidas.

Algumas expressões da página, então chamada “Feminismo Radical – Didático no Facebook”, (antes de mudar no nome para “Feminismo Radical para Iniciantes”) por seus posts, envolvem sua concepção de normatividade da dicotomia de gênero, binária, limitada entre

masculino e feminino, onde as proposições voltam a fazer parte da cultura estabelecida. Normalmente, seguem endossando críticas sobre o que não segue às tais modulações construídas tradicionalmente, em torno das genitálias, situações indignas de humanidade das bandeiras feministas.

“As feministas da segunda onda (feministas radicais) não se chamavam assim, esse termo surgiu para diferenciar o feminismo de raiz (radical) das novas reformulações do feminismo. Estas, em vez de ter caráter revolucionário, são na verdade reformistas, portanto, o feminismo radical é o feminismo não adaptado. Feministas radicais são críticas a ideologia de gênero queer ou transativista, bem como ao capitalismo e o sistema racista (ressalto que também são contra opressões relacionadas a esses sistemas). O feminismo radical se opõe, também, a pós-modernidade acadêmica, que cada vez mais se infiltra no feminismo”.

Feminismo Radical Didático, em 16. jun. 2016

Mesmo contrapondo-se ao sistema econômico e racista, desconsideram as mortes brutais de travestis e transexuais que tornam o Brasil, o país campeão de crimes de homofobia²⁸; fato que pôde resultar em mais um espectro da necropolítica sob a tutela do estado, na biopolítica fascista sobre os corpos desviantes. Isso levou a pensar sobre a essência patriarcal entre a dicotomia de gênero e a noção binária fundamentando o feminismo radical. E por este seguimento não apresentar as premissas do ciberfeminismo baseadas no ciborgue de Haraway, esta tese não a considera ciberfeminista. Vale ressaltar, que a preferência da identidade feminina no corpo masculino confronta e afronta as técnicas normativas dos modelos normativos de vida, estruturados na base patriarcal, uma vez que o patriarcado consagra o homem e seu poder.

A Página, NuSex²⁹ (Núcleo de estudos em corpos, gêneros e sexualidades dissidentes) ressalta num post³⁰, a importância da educação sobre gênero nas escolas contra o machismo, a

²⁸ Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/homofobia-discussao-evoluiu-mas-brasil-e-campeao-em-crimes,8310ccc080c5b410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso. 12. 02.2019.

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/nucleocgsdissidentes/?fref=ts>. Acesso. 12. 02.2019.

³⁰ Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/entrevista/306608-sem-educacao-genero-escolas-sociedade-vai-retroceder-afirma-defensora-publica.html> . Acesso. 13. 06. 2016.

cultura do estupro, a transfobia entre outras patologias sociais do sistema de dominação patriarcal. Porém, em âmbito brasileiro, projetos fruto de vertentes ultraconservadoras ainda tramitam para que os debates sobre sexualidade e política sejam aniquilados da Educação, de modo que ela se defina ainda mais, como parte da engrenagem mecânica de um sistema que canaliza a potência de existência na contingência da necropolítica: quando não visa humanizar, aceitar e respeitar as diversas formas de ser, e se reconhecer no mundo. Uma educação que reproduz a “uniformidade do interesse pessoal e competitivo”, é segundo Marcuse (*ibid.*, p. 72), facilmente manipulada como massa, dissolvendo as formas de “contrato social”. Mas de outro modo, segundo o próprio autor, o processo tecnológico pode impulsionar a conversão numa nova forma de desenvolvimento humano, na “abolição dos objetivos competitivos”.

Concebe-se então, que a cultura da dominação, da força, e da morte tão presentes no colonialismo, desdobra-se no cenário político brasileiro, deixando seus espectros operarem na vida da mulher de modo nefasto. Percorrendo a página Feminismo sem Demagogia³¹, a publicação coletada na Página como fonte de dados (ainda no início do desenvolvimento desta tese, em treze de setembro de dois mil e dezesseis), apresenta informações que ainda sustentam a necropolítica como operante da vulnerabilidade na condição social feminina. Pois, segundo a pesquisa publicada pela Página “Feminismo sem Demagogia”, e realizada pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal, a cada doze minutos, uma mulher é violentada no Brasil. Pela exibição do Mapa da Violência também nesta página, a cada dez minutos, uma mulher é estuprada. E através do post com informações do IPEA, demonstrou-se que a cada noventa minutos, uma mulher é assassinada no país. Sem contar os dados de outras mortes, já abordadas aqui, como referentes as condições precárias de aborto, transfobia e lesbofobia.

Parafraseando Mac Gregor (2013, p. 23) e sua leitura de Mbembe, o estado de soberania e exceção e a conformação sobre a “descartabilidade da vida, selam um acordo muito mais

³¹Disponível em:

<https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/posts/1108155789276409>. Acesso. 12. 02.2019.

profundo” que com os “fascistas do séc. XX, e mesmo aos dos processos de colonização” - por sua estrutura contemporânea estar sempre fortificando intensamente o Império e suas redes de poderes. Nota-se pelo ciberfeminismo online, a possibilidade de conexão ser capaz de fazer elucidar, pensar e contestar sobre a política contemporânea e os valores da sociedade que contemplam a lógica de administração da morte. O que leva a compreensão sobre os fascismos não estarem localizados na história do passado, pelo contrário, em online e off-line continuam operando (durante a escrita da tese) na base das altas instâncias do poder político brasileiro.

Cabe acrescentar, que estes dados da necropolítica não são desconsiderados pelo ciberfeminismo político-institucional no Facebook e conforme poderá ser visto adiante, há uma multidão que se apropriou da tecnologia nas ações redes e ruas para se levantarem contra os horrores dos feminicídios e demais violências de gênero. Será possível observar que a história recente marca as multidões de mulheres que se aglomeraram nas ruas das capitais do Brasil e do mundo para contestar a violência dos padrões hétero-normativos, no que tange ao controle dos corpos e do comportamento das mulheres e de outras minorias sociológicas de gênero.

Capítulo III –A Multidão Ciborgue

3.1) Multidão Ciborgue contra Império Patriarcal

Este capítulo, em sua primeira parte, trata do fenômeno da política digital que relaciona rede, ruas, política e ciberfenismo. Adaptando os conceitos elaborados sobre a Multidão e Império, pensará na Multidão Ciborgue como frente contra a estrutura hétero-patriarcal sustentada por seu potencial de letalidade às mulheres, denunciado nas redes e nas ruas. Para isso, realizou um trabalho etnográfico online visando a coleta de dados e informações sobre eventos das marchas (ciber) feministas, desde dois mil e quinze, com o intuito de mapear o que a pesquisa nomeia de Multidão Ciborgue. Utiliza-se de referências teóricas que tratam das mobilizações sociais em nome do bem comum, da literatura ficcional e política, presentes na construção do conceito ciborgue, no sentido da potência política que emerge na sinergia entre mulher e tecnologia.

Nesta esfera, a pesquisa focou na política digital feminista para reconsiderar a potência da Multidão Ciborgue nas redes, ruas e política institucional, assim como os efeitos negativos e inesperados das revoluções que se deram em conjunto ao uso das tecnologias de comunicação em mídias digitais. A partir disso, tratou sobre a ambivalência das redes sociais, a internet como espaço que se desenvolveu sob as perspectivas de reforço da democracia, e pelas mídias sociais, mas se tornou lugar de estratégias antiéticas que utiliza de procedimentos artificiais para fabricar consensos e formar a opinião pública.

A presente análise parte processo etnográfico que se inicia no ambiente digital através do monitoramento das Páginas Feministas do Facebook: Feminismo sem Demagogia ³² ,

³² Segundo a página Feminismo sem Demagogia, possui 1.073921 seguidoras até o momento dessa pesquisa, e sua proposta é: A página Feminismo Sem Demagogia - Original pertence a vertente do Feminismo Marxista. Na luta por um feminismo de Gênero, Raça e Classe”. Disponível em: https://web.facebook.com/pg/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/about/?ref=page_internal. Acesso. 30.set.2019.

Transfeminismo³³, Não me Kahlo³⁴ e Think Olga³⁵ onde coletou dados, informações e se atualizações das agendas feministas. Em contato com os eventos, a pesquisa, se transpôs aos espaços físicos, onde se aglomerava multidão feminista como na Avenida Paulista e Largo da Batata. E neste contexto, procurou unir um repertório teórico que envolve a mobilização social, que marcha pela libertação das diversas formas de violência contra mulher, se apropriando do conceito ciborgue como uma inspiração político-ficcional como resistência a estrutura heteropatriarcal. Nesta perspectiva, se reconheceu as ações de resistência contra as estruturas sociais de matrizes ultraconservadoras presentes a política institucional e nas redes.

As análises se deram no ambiente da mídia social Facebook, concentraram-se nas já citadas páginas feministas, monitorando-as para atualização dos dados sobre a condição da mulher, em suas variadas categorias sociais. Estas Páginas foram selecionadas pelo posicionamento de suas postagens distanciando-se das noções binárias, neste caso, seguiram em convergência ideológica com o mito ciborgue de Haraway (2000). Tal analogia se deu com base no manifesto que foi inspirador da arte ciberfeminista dos anos noventa, principalmente, no quesito de implosão das categorias dicotômicas de gênero, em referência ao feminismo interseccional. Na medida em que não se apega às categorias binárias de gênero, reconhecendo e abraçando a causa de quem se reconhece como mulher, gênero neutro ou outra categoria não normativa, independente do sexo biológico.

Ao acompanhar as páginas feministas no Facebook e ter acesso aos eventos das marchas feministas organizadas na Avenida Paulista e no Largo da Batata (no ato “Ele Não!”), a pesquisa sai do processo etnográfico online para seguir presencialmente as marchas que se pautam em temas

³³ Segundo a página Transfeminismo, possui 26.226 seguidoras até o momento desta pesquisa, e sua proposta é: “Feminismo Socialista Interseccional aplicado às questões trans. Coletivo que busca empoderar e dar visibilidade à causa trans. <http://transfeminismo.com/>”. Disponível em: https://web.facebook.com/pg/Transfem/about/?ref=page_internal. Acesso. 30.set.2019.

³⁴ Com o propósito de usar a informação como instrumento de emancipação feminina, a Página Não Me Kahlo, tem 1,3 milhões de curtidas. Disponível em: <http://web.facebook.com/NaoKahlo/> Acesso. 30.set.2019.

³⁵ A página Think Olga, durante esta escrita, tem 174.703 pessoas curtindo, o objetivo da página é criar um positivo impacto na vida das mulheres e catalisar transformações culturais via a comunicação.

como, contra a cultura do estupro e o ideal de “bela, recatada e do lar”, atributos dispensados pela imprensa jornalística à então primeira dama, Marcela, mulher do ex presidente Michel Temer. A divulgação das mídias online e offline, sobre tais atributos da esposa do presidente que se instaurou por um golpe, impulsionaram gritos da marcha que aconteceu em primeiro de junho de dois mil e dezesseis. Na marcha, entre as pautas feministas, também estavam as expressões que se colocavam politicamente contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Mais tarde, em data próxima às eleições para presidente no Brasil, em vinte e nove de setembro de dois mil e dezoito, a multidão “#Ele Não” saiu no Largo da Bata em São Paulo, assim como, em outras capitais brasileiras contra a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Na perspectiva do deslocamento da etnografia online para o campo das multidões feministas, se constatou um público majoritariamente jovem e não só formado por mulheres. Como um fenômeno, claro pela obviedade, o uso das câmeras de telefone era massivo em todas as manifestações em que a tese presenciou.

Localizando as ações feministas nas redes sociais digitais, disponíveis nas opiniões e posicionamentos projetados nas páginas feministas online, e as propostas das marchas feministas, torna-se possível encontrar a ontologia ciborgue que Haraway (2009, p. 37) coloca como a determinação política. Nesta perspectiva, se enfatiza a articulação entre redes/ ruas como o combustível da Multidão Ciborgue. A referência desta análise está na proposta da política ciborgue em torno da atuação social pela tecnologia - em alusão à possibilidade de deserção ao sistema normativo localizado sob a estrutura do hétero-patriarcado. É a apropriação da tecnologia comunicacional viabilizada para subversão aos ideais controladores, operantes das subjetividades com novas dinâmicas para se pensar, questionar e resistir contra as estruturas sólidas do Império patriarcal e suas redes soberanas de poder. Ressalta-se então, a condição ciborgue, metaforizada, na competência de estimular o imaginário, num caminho de resistência que a autora lava a entender, a partir da tecno-biopolítica contra a pretensão totalizante na dominação da vida e dos desejos, que o Império hétero-patriarcal abarca.

É na dimensão do conceito de multidão, onde se deu o paradigma da passagem de sociedade disciplinar para sociedade de controle, pela terminologia, Hardt e Negri (2005) o reelaboraram para pensar o conceito da biopolítica, quando trataram das resistência às articulações

das redes de poderes, pela transfiguração do sentido de biopoder. Nesta redefinição, a biopotência é o que ativa as resistências e os ativismos, típicos do conceito que tais autores elaboraram. E, é na combinação entre tal terminologia, com mito o ciborgue de Donna Haraway (2009), onde esta presente tese busca pensar as reconfigurações dos ativismos feministas na “multidão”. Partindo das tecnologias de comunicação, como elo dos ativismos que unem em multidão mulheres e demais minorias sociais de gênero, erguendo as vozes sobre o direito ao próprio corpo, à não violação dos corpos femininos e dizendo não à morte das mulheres e outras minorias sociológicas de gênero. O entrelaçamento destes conceitos, envolve entender as formas alternativas de libertações, que fazem frente a um projeto que impera para manter e reforçar as estruturas normativas da sociedade.

O conceito ciborgue, inspira um sentido que remete aos filmes de ficção norte americanos do século passado, assim como, associa a sinergia entre a tecnologia e o corpo humano. Se pensarmos que o telefone móvel com todas as mídias sociais em contato direto e constante com o corpo, como um fenômeno global, o fato já configuraria a afirmação de sermos todos ciborgues. Porém as contribuições da ficção ciborgue de Haraway (*ibidem*) para esta reflexão, está na essência política que pode vir a emergir entre mulheres e tecnologia.

A “multidão ciborgue” é a junção de dois conceitos, e foi inicialmente inspirado pela leitura de Preciado (2003, p. 03) em seu artigo intitulado, “Multidões Queer”. Neste caso, seu texto reconhece como potencialidades políticas, os corpos e performances que resistem ao padrão de normatividade, desenvolvendo-se no que Negri e Hardt (2000) chamaram de “Imperio”, para o “Império Sexual”. Preciado lembra em tal obra, que “gênero” é um conceito que faz parte do contexto “sexopolítico”, e posteriormente, foi apropriado pelo feminismo americano como fundamentação teórica e instrumento imprescindível para contextualizar a construção histórico-cultural das diferenças sexuais. Em sua observação, a “sexopolítica” tem muitos espectros, ela cria modelos, impõem normas e como nos casos de violência doméstica e feminicídio, ela também pode ser letal. Por outro lado, a sexopolítica extrapola as relações de poder, e cria potência em espaços de uniões onde minorias sociológicas de gênero podem se identificar em uma unidade de diferenças.

O emprego do mito ciborgue de Haraway (2009) para pensar estas multidões trouxe a presente tese, um ideal de implosões das concepções normativas de gênero e a apropriação das tecnologias para disseminar as libertações das articulações políticas fundamentadas em políticas, fundadas nas matrizes hétero-patriarcais da sociedade. Mas é na potência de subversão à este sentido, que a metáfora “Multidão Ciborgue” foi a incorporada, a considerar o sentido de deserção a este “Império”, aqui entendido sob a estrutura patriarcal. Tanto que, um dos lemas das marchas feministas concentradas no vão do MASP, em dois mil e quinze, que a reflexão da tese enquadrrou na multidão ciborgue era: “Mexeu com uma mexeu com todas!”. E “eu beijo homem, beijo mulher, eu beijo quem eu quiser! Os atores sociais/digitais que compõem a Multidão Ciborgue, apesar de serem nativos de uma sociedade dominada pelos referenciais patriarcais e individualistas, se aglomeram para deserdar estes valores, em uma perspectiva de bem comum.

Teoricamente, o conceito de “multidão” se diferencia das “massas” e sua condução irracional, diagnosticada a partir da Segunda Guerra Mundial, com seus totalitarismos. Igualmente, se distingue do “povo”, pois este, segundo Hardt e Negri (2006, p. 12) corresponde a unidade, sempre sujeita a soberania do Estado e do capital, em suas relações subordinadas às condições hierárquicas. Segundo o próprio Negri, (2004, p. 15) a teoria da “Multidão”, demanda que seus sujeitos expressem por si mesmos e em suas singularidades sem lideranças representadas. Se pode dizer, que a expressão da potência ciborgue vai transformando suas práticas políticas. Assim, a resistência vai acumulando capacidades contra a “exploração que subjetiviza pela tomada de consciência”. O ciborgue e a multidão formam o símbolo do êxito da deserção, onde difundem “comportamentos singulares extensivos, fugindo das grades”, reclamando “ferozmente da miséria e do comando”. Analisando a extensão do conceito de “multidão” de Negri e Hardt (Ibid, 2006) ao advento das tecnologias de comunicação como acesso à metáfora ciborgue de Haraway, se buscou evidenciar na Multidão Ciborgue, a dupla capacidade de potência nesta junção de concepções. Desse modo, aparecem como força da biopolítica, que inverte os signos dos parâmetros da sociedade voltada apenas à acumulação, consumo e poder, conduzindo assim, às inovações revolucionárias nos planos subjetivos das estruturas sociais. Ou seja, a Multidão Ciborgue contra o Império Patriarcal almeja outras formas de existência, vociferadas, a partir das tecnologias de comunicação. A potência desta junção, denota um conjunto, que assim como proposto no conceito teórico da Multidão, “mescla, hibridiza” e tenta transformar.

Na localidade teórica e histórica sobre a tecnologia incorporada como instrumento de ação política feminista, elaborou-se um estudo sobre as Ciberfeministas ao final do séc. XX e a grande influência do “Manifesto Ciborgue” de Haraway (2009, p. 39, 40) dando sustentação aos princípios destes movimentos que se iniciaram ativos nas artes visuais. De maneira metafórica, e utópico-revolucionária, a proposta do ciborgue de Haraway (*ibidem*) reivindica atuação política pela tecnologia, correspondente ao aspecto de deserção às normatividades do sistema. Propondo mesmo que de modo ficcional, dinâmicas alternativas ao corpo, a família, a sociedade e a propriedade. As perspectivas entre a multidão e os feminismos, se faz sob o olhar da política ciborgue sem almejar o “sonho de uma comunidade” dentro da estrutura de “modelo de família orgânica”, considerando desse modo, a decadência dos espectros do patriarcado. Neste aspecto, quando o conceito ciborgue de Haraway coloca as “esperanças” longe do encontro do “pai para salvação”, dispensando assim, a “fabricação de um parceiro heterossexual” como suplemento da totalidade na vida da mulher, conscientizando-se da precariedade do ideal de um homem para “salvar” a mulher pelo casamento. Quando muitas vezes a atuação masculina pode ofuscar ou afundar as capacidades da mulher, mediante relacionamentos abusivos. Na perspectiva ciborgue, a sinergia entre as respectivas partes, humanas e tecnológicas constituem na fundamentação na a dissolução da noção dicotômica entre “natureza e a cultura. Para ela, a natureza não deve ser mais objeto de apropriação da cultura, de modo a levantar a necessidade dos questionamentos críticos constantes sobre as “polaridades e hierarquias”. Ciborgues, correlacionado à multidão feminista que sai às ruas, podem ser reconhecidos, seguindo o referencial da autora, como os filhos ilegítimos do capitalismo patriarcal, e intensamente, “infiéis às suas origens”, dispensando a hierarquia da posição do pai.

Não é que à toa, que a multidão ciborgue também não deposita fé em um pai para salvar e levar ao paraíso. Constata-se, no Brasil, que arranjo monoparental feminino, onde a mulher é única responsável pelos filhos, teve aumento de cento e cinco por cento em relação a dois mil e um e dois mil e quinze, segundo o estudo de Cavenaghi e Diniz (2018, p. 41). Isso significa que muitos dos que fazem parte da multidão ciborgue são filhas e filhos do crescimento desta geração de mãe solo, e o próprio histórico da vida, os coloca para longe, as esperanças do pai salvador. Numa esfera objetiva pela vivência em família, na maioria das vezes, o pai abandona ou nem registra os filhos, o que faz a multidão ciborgue se subjetivar na rejeição do patriarcado. Ou seja, a multidão ciborgue,

desistiu de acreditar no pai como ator social que fundamenta as estruturas sociais, e dessa maneira, se distancia da hierarquia, que o sistema de relações patriarcais criara a partir das instituições tradicionais.

Segundo Negri (2004, p. 22), “o dispositivo materialista da multidão”, apenas permitirá especialmente, ter como princípio o corpo e sua a batalha contra a exploração. Desse modo, ele expressa a potência que se dá, a partir da “metamorfose dos corpos” tanto em seu “conjunto”, quanto em sua “singularidade”. A “metamorfose dos tempos” implica, então na “metamorfose dos corpos”, e aqui se destacou o sentido da dupla capacidade de potência compondo a essência da “multidão ciborgue”.

A Multidão Ciborgue sente na vida, os efeitos a biopolítica que Preciado (2003, s/n) chamou de sexopolítica, e reage na potência de estar junto e ocupar as redes e as ruas. Isso remete pensar sobre o prefácio da edição americana de “O Anti-Édipo Capitalismo e Esquizofrenia”, de Deleuze e Guattari (1977), escrito por Michel Foucault na “introdução à uma vida não fascista”, quando traz a possibilidade, do desejo poder desdobrar suas forças na esfera do político, fortalecendo a reversão das estruturas conservadoras.

A condição ciborgue metaforiza a competência de estimular o imaginário, em possíveis caminhos à militância feminista. A atuação da Multidão Ciborgue desestabiliza o referencial patriarcal historicamente, colonizador e totalizador, que carrega as estruturas de dominação e controle em diversas esferas da vida, ativando as subjetividades ao redor dos sistemas de dominação, poder e hierarquia dadas como ordem estabelecida.

Tanto como utopia ou como projeto concreto ativo, a condição ciborgue na multidão social/digital é encarada como defesa ao incômodo gerado por uma crise global da democracia e seus sistemas políticos condutores das desigualdades, que derivam e se alastram, a partir da herança deixada pelo modelo patriarcal, colonizador dos corpos, da cultura e dos espaços geográficos.

O que a tese reconheceu como Multidão Ciborgue serviu de contraponto e corte sobre tais máquinas ideológicas normativas. São os feminismos potencializados pela apropriação da tecnologia para reivindicar e existir num lugar, que mesmo a princípio sendo online, serviu de grande alcance e ampla dimensão na rede digital. Em benefício da ação política, e na reivindicação de direitos, atingindo seu status político de movimento social.

Os movimentos feministas desdobrados nos ciberfeminismos em rede social online podem reforçar a resistência, a histórica estrutura de poderes patriarcais; alimentando os dispositivos de subjetividades com a potência de transmutação e transformação sobre valores das bases do Império patriarcal. Como representação deste movimento dos dispositivos, a máquina em conexão em rede social online pode ser vista como um campo fruto do ideal colonizador. Mas pode ser observada também, como um campo que proporciona elementos para a reinvenção das subjetividades. Metaforizando Haraway (2009) em seu ciborgue insurrecional, e a Multidão que se organiza e se comunica digitalmente, na tentativa de subverter as tecnologias patriarcais, desempenhando um rompimento com o padrão tradicional das estruturas sociais.

A Multidão Ciborgue pôde ser reconhecida como a linha de frente contra as estratégias político-digitais ultraconservadoras que utilizam-se das redes para gerar o que Treré (2016, p. 132 tradução livre) observou como o “tecno autoritarismo” na criação de um universo falso de seguidores a partir do uso de robôs software (bots) automaticamente gerando reações no Facebook, e re-tweets na mídia social Twitter. Não obstante a isso, os bots constroem uma atmosfera de ilusão nas redes sociais, através das controvérsias que demonstraram como a política digital virou um espaço de poder, onde é comum a falta de ética destas estratégias em manipular a percepção dos usuários das redes sociais.

Preciado (2003) leva a compreender o valor da “multidão” na concentração de indivíduos em status de soberania e igualdade e com noção de propriedade sob seus próprios corpos. Neste sentido, a Marcha das Vadias que surgiu em dois mil e onze em Toronto no Canadá e se desdobrou internacionalmente, contra a ideia das mulheres serem culpadas por seus estupros pela maneira que se vestem ou se comportam; ou mesmo a Marcha da Maconha e a Parada LGBTTS foram eventos

que podem convergir, no que esta pesquisa entende e delimita, como Multidão Ciborgue. O qual a Marcha das Margaridas, que em quatorze de agosto de dois mil e dezenove, marchou em Brasília sob as pautas da preservação do meio ambiente, contra a homofobia, racismo, fundamentalismos cristãos, e as violências em termos de gênero; também fazem parte. As marchas globais, com a proposta de greve no dia das mulheres, e as performances transnacionais, que podem se alastrar em diversos continentes, foram outros exemplos do que pôde ser reconhecido com multidão ciborgue.

A multidão ciborgue, também absorve os povos originários. Pelas imagens do protesto das mulheres indígenas, em treze de agosto de dois mil e dezenove, se via pelas publicações da marcha por diversas mídias digitais, a forte presença das tecnologias de comunicação pelo uso dos aparelhos celulares presentes principalmente pelos agregados (não indígenas) ao protesto. A manifestação que reuniu cerca de três mil mulheres indígenas, de cento e vinte povos que reivindicavam sobre seus direitos e a preservação de suas terras obteve a atenção mundial sobre a condição das mulheres entre os povos originários, a partir da divulgação viabilizada pelas redes sociais. Nesta perspectiva de lutas, as Multidões agem contra o patriarcado eurocêntrico e global, assim como, contra seus desdobramentos políticos, se opondo e se unindo contra um sistema de política masculinista, disciplinador e/o violador dos corpos e da terra. Reivindicam a soberania sobre a própria vida, instrumentalizando o aparato das tecnologias de comunicação online para mobilização da união em torno de suas causas.

O exemplo mais recente da Multidão Ciborgue esteve na manifestação nas ruas do Chile, em novembro de dois mil e dezenove, contra as políticas de austeridade do presidente Sebastian Piñera e por uma nova constituição, pois a que ainda vale naquele país, foi formulada na época da ditadura do general Pinochet. Diante de uma manifestação lúdica e repleta de arte, a devolutiva do estado foi violência e morte. Houve caso de estupro e assassinato, como o de La Mimo, nome artístico de Daniela Carrasco, artista de rua chilena; houve também o assassinato e roubo das imagens da manifestação chilena de Albertina Martinez Burgos, repórter fotográfica que cobria as marchas no Chile. Muitos manifestantes ficaram cegos pelas balas de borracha miradas pela “segurança pública” em seus olhos. E diante das emocionantes e dolorosas cenas compartilhadas nas redes, um vídeo com mais de dois milhões e meio de visualizações em um só dia, tornou-se viral e transnacional. Neste vídeo, a intervenção feminista iniciou com a adesão de mais de duzentas

mulheres, e posteriormente, voltou ao Chile com adesão de milhares delas com os olhos vendados que entoavam juntas, um canto coreografado sob uma batida eletrônica, que dizia:

“ El patriarcado es un juez que nos juzga por
nacer.
Y nuestro castigo es la violencia que ya ves.
Es feminicidio.
Impunidad para mi asesino.
Es la desaparición.
Es la violación.
I la culpa no era mía:
Ni donde estaba
Ni como vestía
El violador eras tú
El violador eras tú
Es mi marido
Es mi ex
Es el obispo
Es la policía
Es el congreso
El Estado,
O presidente!
El Estado opresor es un macho violador!
Duerme tranquila niña inocente
Junto a tu madre peharemos
Ve por tu sueños, sé libre e fuerte
Al patriarcado quemaremos
Desde Tijuana a la Patagonia
Duerme tranquila niña inocente
Que la paz por las mujeres,
Por nuestros sueños, dulce e Valente,
Velamos todas en el continente.”

*Diponível na Página Colectiva La Alhuata Feminista
do Facebook em 27. Nov. 2019*

As palavras da intervenção feminista no Chile recitadas ao som da batida eletrônica no fundo se manifestaram em diversas regiões de Santiago, chamando atenção para o “Dia Internacional de Eliminação da Violência de Gênero”, tornando-se viral nas diversas redes sociais. De lá, em outras regiões do mundo, milhares de mulheres reproduziram a coreografia e alterando alguns detalhes das falas na França, México, Estados Unidos, Colômbia, Peru, Espanha, Austrália e Alemanha. Na semana seguinte houve no Brasil, em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Bahia (com versão ao som dos tambores) e Manaus. Logo depois, a performance aconteceu na

Índia, África e na Turquia, onde em Istambul, país que também está sendo governado pela extrema direita, teve a performance foi paralisada pela polícia, impedindo sua finalização. No entanto, em seguida, as deputadas turcas reproduziram a performance de LasTesis, apresentando as imagens das mulheres assassinadas naquele país, avançando o protesto, perante o não reconhecimento a lei do feminicídio na Turquia.

Em menos de três dias a reprodução da performance, segundo reportagem de Francisco Aguirre (2019) para o site La Tercera, foi se alastrando num movimento transnacional. A ação feminista intitulada como “*Un violador en tu camino*”, elaborada pelo coletivo “Lastesis” é um projeto multicultural que existe desde dois mil e dezoito, envolvendo teatro pelas performances de Daffine Vargas e Sibila Sotomayor Van Rysseghem; e a música por Paula Cometa Stange e Léa Cáceres Diaz. O intuito do coletivo é retratar a realidade da mulher na sociedade latino americana. Paula Cometa diz que a investigação realizada antes da composição da performance diagnosticou que no Chile há a condenação em apenas oito por cento dos casos de violência contra a mulher, e que as políticas públicas, as instituições e as mídias de comunicação constantemente culpam a vítimas. A ação do coletivo agregou no dia cinco de dezembro de dois mil e dezenove, cerca de dez mil mulheres juntas na performance “Um violador em seu caminho” no Estádio Nacional do Chile, espaço aonde funcionou um centro de tortura e detenção na época da ditadura chilena. O intuito era chamar a atenção sobre o caráter patriarcal da polícia, da justiça e do Estado pela visibilidade dos altos números sobre a violência de gênero.

O início da performance, se deu nas marchas chilenas, onde o coletivo fez uma chamada através do Instagram, e por esta rede divulgaram a letra. A performance já havia sido executada antes e divulgada a partir do YouTube, a coreografia foi apresentada com os olhos das participantes vendados. Assim, o coletivo organizou a saída às ruas e as mulheres poderiam livremente se juntarem à intervenção.

A base feminista teórica da letra da performance, que interagiu nas ruas de Santiago se deu a partir das redes sociais, e foi pautada no trabalho de Rita Segato (2010, p. 29 – 33) sobre a violação. O trabalho da autora argentina, um dos mais reconhecidos sobre as estruturas da violência na América Latina, vincula a violação do corpo da mulher pela força estabelecendo um sentido de

“status”. É pela violação, onde Segato vê a infração como demonstração da “fragilidade e da superficialidade” da relação entre os gêneros, onde a ruptura do contrato, se dá como a revelação das estruturas de hierarquias na sociedade. As estruturas hétero-normativas de gênero, ainda correspondem a relações arcaicas, num processo de desenvolvimento extremamente vagaroso e ineficaz ao controle do abuso de um gênero sob outro, na medida em que, a subjetividade é dada pela noção de status regida pela hierarquia. Desta maneira, esta ruptura do contrato de respeito e igualdade é atravessado por estruturas pré-modernas, onde a apropriação do corpo feminino não era considerada um delito. Diante disso, o contrato entre o respeito mútuo e a não agressão, era afirmado em relações entre os patriarcas. Segato (*ibidem*), ainda destaca em sua pesquisa, que a violação ao corpo da mulher, na concepção do violador é um ato moralizador em ele alega o merecimento desta violação para ativar o controle sobre ela. Fato que, com o desenvolvimento da modernidade e a autonomia financeira e intelectual das mulheres, esta relação de tensão se intensifica. Infelizmente, tão comum entre as violações de um homem sobre a mulher, é a violação grupal à uma mulher, em que, segundo a autora, se dá para a exibição da capacidade viril e violenta entre os integrantes do grupo, (de uns aos outros) é maior que a satisfação sexual.

No Brasil, várias mídias online apresentaram os dados do Anuário de Segurança Pública (2019) em que se registrou o aumento dos casos de estupros, diagnosticando que a cada quatro horas, uma menina é estuprada por seu pai, padrasto, tio, primo ou vizinho. Só pela apresentação dos dados, já haveria justificativa para a reativação da mobilização das marchas das mulheres no Brasil, principalmente, porque desde os desaparecimentos das mobilizações ciberfeministas os dados das violações e feminicídios não estão diminuindo, pelo contrário. No entanto, notou-se a passividade de reação do Brasil, em comparação às multidões ciborgues na América Latina, que saíram massivamente às ruas, contra as políticas de austeridade do governo no Chile, na Colômbia e na Bolívia. Ou seja, as indignações no Brasil no momento de escrita desta tese, não reagem em marcha, ao contexto político vigente. Mesmo porque houve a ameaça do governo federal em usar a força letal da Segurança Pública para conter as manifestações em nome da “garantia de lei da ordem”, caso a população brasileira se inspire nas marchas do Chile e outros países da América Latina. A violência ameaçadora do Estado, na quebra do contrato de respeito para privilegiar a hierarquia, o controle, e as políticas de morte, também convergem ao cântico da intervenção

ciberfeminista em Santiago e nas grandes capitais do mundo: “*El Estado opresor es tu macho violador!*”.

Por outro lado, cabe lembrar, que as marchas feministas no Brasil tiveram seu marco no ano de dois mil e quinze, e como veremos adiante, essas marchas tiveram impactos na questão sócio-comportamental nas redes e na política institucional. Iniciadas em dois mil e onze, estas marchas acenderam as relações entre o ciberfeminismo e a multidão ciborgue, e se interseccionaram de modo a levar o ciberfeminismo a atingir espaços do poder institucional.

3.2.1) A Primavera (Ciber) Feminista

O começo da segunda década do século XX marca o engajamento político dos cidadãos pelas tecnologias das mídias digitais. A política digital se alastrava e as possibilidades de trocas de mensagens passavam a estimular a esperança da participação social. As mobilizações políticas de grupos em nome do engajamento da sociedade, em questões políticas, e a favor das redes digitais como espaço de transparência e debate, pareciam atuar para reforçar a democracia através do diálogo online e sua viabilidade para marcar eventos.

É na segunda década do século XX onde a política começou a ser intimamente relacionada com a cultura digital e o caráter otimista de reforço da democracia foi se minando. Treré (2016, p. 131 tradução livre), lembra que em dois mil e treze, as tecnologias de comunicação online passaram a fazer parte do *modus operandi* da cultura política. Neste contexto, as vozes dissonantes dos referenciais ultraconservadores nas mídias sociais, começaram a receber ataques orquestrados e perigosos, os quais mereceram atenção, na medida em que, a tecnologia de comunicação digital pôde construir artificialmente uma noção de consenso.

Diante do cenário de desencanto devido a manipulação e controle do recurso das tecnologias de comunicação digital para ideais, que colocam a democracia em estado vulnerabilidade, esta pesquisa fez um trajeto histórico da atuação feminista em redes digitais para demonstrar os desdobramentos do fenômeno da política digital e as ruas, quando atrelado às causas

dos feminismos. Para isso, foi importante voltar a outros marcos da manifestação social vinculada a política digital, que fertilizaram o terreno para os ciberfeminismos políticos correlacionando as redes e as ruas.

Mesmo antes, da chamada “Primavera Feminista”, o ano de dois mil o onze se tornou-se emblemático pela efervescência das contestações, com destaque ao movimento norte americano Occupy que ocupava as ruas de Wall Street em Nova Iorque contra as desigualdades econômicas. Este foi o ano em que houve a Marcha das Vadias no dia quatro de junho, com grupos de mulheres atuando contra o cenário da violência nos espaços sociais, mobilizando-se por liberdade de ser o que quiser sem padrões conservadores de comportamento feminino. A performance da “Marcha das Vadias” era um modo de questionando da culpa das vítimas em casos de assédios e estupros. Cabe aqui lembrar, que também neste ano, a marcha da Maconha ganha força após sofrer violentas represarias da polícia militar, e retornando como Marcha da Liberdade, pelo direito de expressão em defesa dos usos recreativos e medicinais da cannabis. Neste ano, a marcha LGBTTS de São Paulo começava a se tornar uma das maiores do mundo; e a preocupação com o meio ambiente estava presente, na marcha que se concentrava em dezembro de dois mil e onze no MASP, contra a construção da hidroeétrica Belomonte nas margens do Rio Xingu.

As marchas das mulheres (ciber) feministas foram também, espectros da Multidão Ciborgue. E diante o contexto de eclosão das manifestações no mundo, estas marchas feministas foram denominadas pelas mídias, como a “Primavera Feminista” em alusão à “Primavera Árabe”. Para dar sequência, a tese recordou o sucesso das campanhas feministas por #hashtags, que marcaram as redes sociais durante a metade da segunda década do século XX, fertilizando o terreno para os levantes feministas nas ruas. Ao reconhecer as expressões ciberfeministas em sua origem, como movimentos da arte digital, que questionavam as estruturas normativas de gênero, em meados da década de noventa, se resgata as raízes do conceito ciberfeminista como base para observar a atuação do (ciber) feminismo (feminismos interseccional nas redes sociais digitais) e sua relação rede, rua e política institucional. Desse modo, notou-se que pelo fato da construção teórica dos Ciberfeminismos ainda estar em desenvolvimento, se permitiu desempenhar associações que repercutiram na construção de um projeto político (ciber) feminista.

Haraway (2009, p. 36), quando destaca seu conceito ciborgue como híbrido de máquina e organismo”, associa-o como uma criatura dotada de “realidade social” no sentido de vivificar a realidade social como construção política, capaz por intermédio da ficção, de “mudar o mundo” patriarcal. Chamando atenção ao fato dos movimentos de mulheres se pautarem nas experiências de mulheres, as quais são crucialmente políticas, revelou-se nesta tese, no caráter literário propositivo ao conteúdo político do manifesto, para inspirar a reflexão sobre a chamada Primavera (Ciber) Feminista dentro da perspectiva do que se chamou aqui de Multidão Ciborgue

Os episódios feministas que se desdobraram desta época, em dois mil e quinze foram nomeados pelas mídias jornalísticas de “Primavera Feminista”, e associados à revolta das mulheres com o patriarcado e suas estruturas, ultraconservadoras, com as manifestações árabes, que aconteceram nas ruas do Oriente Médio, entre dois mil e dez e dois mil e onze, que ficou conhecida como a Primavera Árabe. A nomenclatura fez alusão a superestimação das redes e das ruas como meios de transformações políticas e o início da política digital. O que estes movimentos mais possuem, em comum, é o otimismo das mídias sociais Facebook e Twitter como mobilizadores das multidões. Porém em termos políticos, a Primavera Árabe desencadeou uma série de desdobramentos bélicos e tomada de poder, que levaram a pensar sobre as consequências imprevisíveis das recentes revoluções, via política pelas tecnologias online. Da Primavera Árabe até as Jornadas de Dois Mil e Treze se deu uma supervalorização ao impacto das mídias móveis, para agregar multidões. Por outro lado, este fenômeno demonstra a imprevisibilidade das reações políticas e sociais, como o efeito dos aglomerados sociais que se multiplicaram.

Isso fica claro, no que se refere às aglomerações pós Jornadas de Dois Mil e Treze, como as manifestações pró impeachment de Dilma Rousseff, que se sucederam em diversas regiões do país e contaram com o apoio da grande mídias, que incentivava grupos numerosos de pessoas a tomarem as ruas como bloquinhos de carnaval com camisas da seleção brasileira de futebol, em nome do viria a ser mais adiante, o esfacelamento dos valores democráticos a partir de um golpe.

Mesmo notando que as Primaveras (Ciber) Feministas tem complexidades e peculiaridades muito diferentes, quando comparadas às Primaveras Árabes, inclusive em termos

geográficos, a alusão ao termo demonstra a similaridade para pensar as redes como brechas para a exposição de opiniões e chamamentos contra o sistema de opressões ganhando apoio nas ruas.

Ainda em dois mil e treze, antes da eclosão das marchas feministas, se teve p início o sucesso das campanhas de #hashtag, em favor das causas das mulheres. O que gerou um chamado para atenção das pautas feministas nas redes sociais. Uma das mais marcantes ações se deu em parceria com a Defensoria Pública, onde o coletivo Think Olga lançou a campanha “#Chega de Fiu-Fiu com o intuito de combater o assédio sexual nas vias públicas. Ao considerar que, quase noventa por cento das mulheres já sofreram algum tipo de assédio, os desabafos e denúncias online sobre as experiências vividas, levaram a entender a cultura patriarcal como violadora, onde em diferentes circunstâncias, os corpos de mulheres são vulneráveis como objetos de usufruto masculino, muitas vezes sem concessão das mesmas.

A apropriação das tecnologias pelas causas das mulheres, no ano de dois mil e treze, levou este a tese a ler os desdobramentos que se deram do feminismo interseccional nas redes e nas ruas como Ciberfeminismo. O prefixo ciber se fez significativo pela aspiração de mudanças que viriam do hibridismo entre mulheres e tecnologias. Como um rastro empírico do ciborguismo e Haraway (2009), se considerou o otimismo que emergiu nesta condição, devido ao sucesso das ações feministas por #hashtags. Ao reconhecer as ações por hashatags como um dispositivo ciberfeminista, o processo histórico dimensionava positivamente o valor destas práticas, principalmente, quando os postos de poder declinam devido a repercussão das acusações via redes sociais. Como no caso que se destacou em outubro de dois mil e dezessete, quando o poderoso produtor da indústria cinematográfica de Hollywood, Harvey Weinstein veio a ser expulso das corporações cinematográficas, acusado de assediar famosas atrizes por mais de trinta anos. Tal fato, comprovou o desenvolvimento das #hashtags pelas causas das mulheres e seu efeito político. Sob a campanha de hashtag, #Me too, se conseguiu interferir e criar fissuras no perverso poder da cultura cultural patriarcal. Tal fato, remete a Stofenmacher (2013, p. 03), quando ela lembra da arte ciberfeminista dos anos noventa, para se dar conta da condição colonizada do corpo da mulher pela fantasia masculina, o que faz considerar as ações ciberfeministas em sua potência de rompimento da sexopolítica masculina (Preciado, 2003).

No ano de dois mil e quinze, os eventos feministas nas ruas extrapolaram em São Paulo e atingiram outras grandes capitais do país configurando as ligações entre feminismos, redes e ruas. Foi o ano em que emergiram nas redes sociais, outras campanhas pelas #hashtags de com grande impacto de atuação das mulheres nas mídias sociais. Como por exemplo, as campanhas #Primeiro Assédio, criado pelo Coletivo Think Olga no Twitter, onde mulheres relatavam a primeira experiência de assédio em suas vidas. Por intermédio desta campanha, se descobriu que a idade média das meninas que sofreram o primeiro assédio, estava entre nove e dez anos. Houve também a campanha #MeuAmigoSecreto, criada no Twitter pela Página Feminista, Não Me Kahlo, o movimento fazia referência à brincadeira típica de final de ano, “amigo secreto ou oculto” para a partir dos desabafos e denúncias, oriundas histórias pessoais, as mulheres alertassem sobre os machismos que passam sem a devida percepção do senso comum. A #hashtag sofreu revanche, e foi criada outra campanha com o propósito de difamação das feministas, chamada #MinhaAmigaSecreta que atingiu na época o Trending Topics do Twitter no Brasil. Neste mesmo ano aconteceu a Marcha das Margaridas, onde mulheres caminham de seis em seis anos na Esplanada dos Ministérios em Brasília contra o patriarcado e a favor do meio ambiente, e a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência, que aconteceu em diversos estados e regiões do Brasil.

Em concomitância ao início deste presente estudo, o ano que dois mil e quinze se fez um marco das marchas feministas no Brasil e América Latina. A pesquisa acompanhou presencialmente a multidão ciberfeminista com cerca de quinze mil mulheres agregando-se na Avenida Paulista para manifestarem contra o projeto de lei, PL 5069. A marcha foi motivada contra a política patriarcal vigente, onde mulheres saíram contra o projeto de lei elaborado em dois mil e treze pelos então deputados: Eduardo Cunha - PMDB/RJ; Isaias Silvestre - PSB/MG; João Dado - PDT/SP; André Moura - PSC/SE, Aroldo de Oliveira – PSD/RJ; Padre Ton - PT/RO; Arnaldo Faria de Sá –PTB/SP; Áureo – PRTB/RJ; Lincon Portela-PR/MG; João Campos – PSDB/GO; Roberto de Lucena – PV/SP; Marcos Rogério – PDT/RO e José Linhares – PP/CE, segundo consta no site

da câmara dos deputados ³⁶. Tal projeto, elaborado sem a presença de mulheres, restringia a pílula anticoncepcional e o aborto em caso estupro. Neste caso, o grito contra a falta de autonomia da mulher sobre o próprio corpo, compactuava com o pensamento de Preciado (2003), quando ele levou a refletir ao fato, de que o corpo não é dotado das passividades, as quais atuam o biopoder, desse modo, os levantes dos movimentos feministas, homossexuais entre outros se tornam multidões. A presença da diversidade de gênero nas marchas feministas remete a Hardt e Negri (2006, p. 139) quando colocam que a multiplicidade da multidão não está apenas sob a questão de ser diferente, pois há contrastes entre as singularidades plurais da multidão, assim como a “unidade de indiferentes na sociedade”.

Um ano depois, a indignação feminista volta na América do Sul, quando, em dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, o grupo Ni Un a Menos da Argentina convoca uma greve geral e toma as ruas, não só na Argentina, mas sim, outros países que se engajam em manifestações. Assim, elas aconteceram simultaneamente, no Uruguai, México, Bolívia, Chile, Nicarágua, Honduras, Porto Rico e Paris, a fim de atentar contra o feminicídio. A convocação, se deu a partir do feminicídio da adolescente argentina, Lúcia Perez – que foi drogada, estuprada e empalada, por seus algozes assassinos, ela morreu em decorrência das dores pelo empalamento. Os assassinos eram dois homens, um de vinte e três anos e outro de quarenta e um, na época do crime. A multidão seguia levando o grito: “Não mais assassinadas pelo patriarcado, heteronormatividade e o capitalismo!”. Cabe lembrar que a América Latina é um dos lugares mais perigosos para a mulher, quando fora da zona de guerra, segundo relatório da ONU Mulheres³⁷, onde a Colômbia e o México até a data desta pesquisa não contabilizam os feminicídios encarando-os como homicídios, tornando-os ainda mais difícil na precisão dos dados, segundo estudo trazido pelo jornal online El

³⁶ Disponível em

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_autores?jsessionid=2DABC4E8440979DD92B3D2514834C2B9.pr oposicoesWebExterno1?idProposicao=565882. Acesso. 15.08.2019

³⁷ Pelo relatório apresentado em 22 de novembro de 2017 pela ONU-Mulheres, a América Latina e Caribe possuem as mais altas taxas de violência contra a mulher fora do casamento e a segunda mais alta dentro dele, segundo dados do Observatório sobre Igualdade de Gênero na América Latina e no Caribe, citado no relatório. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/regiao-da-america-latina-e-do-caribe-e-a-mais-violenta-do-mundo-para-as-mulheres-diz-onu/>. Acesso. 30. Set. 2019.

País³⁸. Dois anos depois, a visibilidade do grupo Ni Una A Menos, impulsionou na Argentina a denúncia de 86.700 mulheres, sobre casos de violência física ou psicológica, realizados por maridos ou namorados; que em alguns casos, foram prosseguidos por mais de dez anos. O grupo se mantém de forma autônoma em diversos grupos na América Latina e Caribe.

Foi em dois mil e dezesseis, a já citada marcha de mulheres que a pesquisa acompanhou no dia primeiro de julho Avenida Paulista em São Paulo, que também se formou para lutar contra a cultura do estupro. Como reação ao estupro coletivo, de uma adolescente carioca na favela do Rio de Janeiro, e a divulgação do ato pelas redes sociais. Na manifestação, expressões se davam na reivindicação contra a cultura do estupro e também marcharem pela autonomia ao corpo.

A chamada “Primavera (Ciber) Feminista” no Brasil, e a mobilização do grupo Ni Una A Menos cabem ao conceito de multidão, na explicação de um dos teóricos de tal conceito, Antônio Negri. Em entrevista a Homero Santiago (2018, online) ele comenta o conceito, baseando-se na condição “fabrística” da classe trabalhadora, é redimensionado à outras causas, indo além, da classe trabalhadora, neste caso, abre-se as pautas das mulheres e das explorações raciais. Ele acrescenta que por estas recentes características sociais, a multidão se define pelo “conjunto das singularidades” reforçando o sentido de conjunto pelo “sujeito múltiplo sujeito às dinâmicas de exploração”. Sublima-se então que os sujeitos correspondentes à classe, gênero e raça podem ser unificados nas multidões por meio de suas múltiplas lutas. A escolha da multidão está em pertencer a uma classe de singularidades livres, “potência de liberação e portanto, de felicidade”. Esta é a luta da multidão para reconstrução do comum liberando assim, as mulheres e raças em suas singularidades, de modo a sair da condição de dominação e violência.

As demandas por justiça social, entram nas pautas (ciber) feministas e eventos como Woman’s March, que no dia vinte e um de janeiro de dois mil e dezessete agregou milhões de pessoas nas ruas dos Estados Unidos, entre artistas, celebridades e ativistas famosos que

³⁸ Centera, Mar; Torrado, Santiago; Jucá, Beatriz: “América Latina é a Região Mais Letal para Mulheres”. *Jornal El País*. Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá e São Paulo, 24.11.2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. Acesso, 15.08.2019.

discursaram na manifestação. As palavras de Angela Davis³⁹ marcaram o evento discursando sobre a unidade de diferenças que reunia mulheres, transgêneros, homens e jovens para impedir o levante da cultura racista do hétero-patriarcado. Ela considera em seu discurso, os povos originários que resistem e não desistem de suas terras, destacando a importância das vidas negras e criticando a âncora cultural do país calcada na escravidão e no colonialismo. Discursava por um feminismo inclusivo e interseccional contra o racismo, islamofobia e meio ambiente.

Nota-se no Brasil, que a partir da Primavera Feminista, sob as pautas contra a cultura do estupro e a favor do direito ao aborto, mulheres declaradamente feministas se destacam e acendem no cenário do poder político institucional. A partir das eleições de dois mil e dezesseis, representantes feministas que estavam nas marchas feministas vencem as eleições como vereadoras em diversas regiões do Brasil. Estas mulheres estavam presentes nas atuações políticas movimentando feminismos, redes sociais online e nas ruas. Entre elas destacam-se Áurea Carolina (Belo Horizonte), Cida Falabela (Belo Horizonte), Fernanda Melchionna (Porto Alegre), Marinor Brito (Belém), Talíria Petroni (Niterói) Marielle Franco (vereadora mais votada no Rio de Janeiro) e Sâmia Bonfim (a mais nova vereadora de São Paulo). Estas compuseram bancada feminista do PSOL no Brasil; e nas últimas eleições de dois mil e dezoito, venceram para deputadas federais com exceção de Cida Falabela que não se candidatou a deputada, optando por continuar seu mandato como vereadora e Marielle Franco que foi assassinada politicamente.

A partir do momento em que estas representações feministas vencem as eleições de municipais de dois mil e dezesseis e acendem no cenário da política institucional, a tese passou a acompanhar suas páginas no Facebook, e percebeu que o canal de comunicação mais usado para relação direta com seus seguidores e eleitores era o recurso de vídeo streaming no Facebook. Deste modo, como não caberia acompanhar todas as mulheres feministas que encabeçam a política institucional, a tese selecionou as páginas de Marielle Franco, Talíria Petrone, Fernanda Melchionna e Sâmia Bonfim. Para então, monitorar e analisar seus os vídeos publicados, durante

³⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-discurso-de-angela-davis-na-womens-march-traducao/>. Acesso 01. set. 2019.

os dois últimos anos do percurso de desenvolvimento desta presente pesquisa, conforme adiante será tratado adiante no próximo capítulo.

Porém, antes de discorrer sobre o uso político dos recursos em vídeos online pelas ciberfeministas, o próximo capítulo se inicia explicando como houve um projeto para que as novas lideranças feministas comessem acender na política institucional, o qual foi desempenhado pelas redes sociais, articulando uma proposta feminista para a política em todo o Brasil. Este próximo capítulo, pretende também refletir o quanto o país está atrasado no sentido de emergência de representações femininas na política, demonstrando desse modo, a importância desta articulação feminista na política como garantia de representatividade da mulher nesta seara, historicamente liderada por homens.

Capítulo IV) - As Representações Ciberfeministas na Política Institucional

4.1) Ciberfeminismo no Poder Político Institucional

Os eventos ciberfeministas que articularam as redes e as ruas, desde o começo da segunda década do ano dois mil geraram um progresso no debate público, sobre a representação feminina na política institucional. Depois de temas que tratam dos problemas relacionados aos assédios, interrupção da gravidez, violência doméstica, feminicídio, maternidade e vida profissional, a luta das mulheres passa também ao campo político (institucional) brasileiro.

Historicamente, é possível constatar a luta para que a mulher pudesse votar e ser eleita, mas no quesito de representação política, a mulher brasileira ainda não está nas altas estâncias institucionais do poder, neste aspecto, ainda tem largos passos a caminhar e está muito aquém do esperado. Em ambientes como da Política são comuns percalços, para que a voz da mulher seja ouvida e considerada nas tomadas de decisões políticas. O site Politize⁴⁰ destaca a atual baixa representatividade das mulheres nos governos brasileiros, onde o Brasil se coloca no terceiro lugar em baixa representatividade da mulher na política da América Latina. Nossa taxa é de apenas dez pontos percentuais, comparados com a média da representação da mulher no mundo e se mantém estável neste nível desde os anos quarenta. Tal fato, demonstra a falta de avanço nesta área nos últimos tempos, principalmente, quando consideramos que 51% dos eleitores são mulheres. Embora haja o sistema de cotas eleitorais, que assegura uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% de outro gênero determinado, o sistema ainda é passível de fraudes, como se nota os casos de candidatas “laranjas”, sem interesse político, apenas por atuação em torno da legalidade eleitoral. Além disso, constatou-se que algumas destas “laranjas”, não se desempenham nas campanhas. Diante disso, pouco se vê ações para a melhora deste cenário, pois a grande maioria dos partidos não se demonstra interessada em promover esta causa.

Após a “Primavera (Ciber) Feminista”, se desenvolve um projeto de inserção do feminismo interseccional, na esfera da política institucional, o qual, esta tese visualizou como o

⁴⁰ Disponível em: <https://www.politize.com.br/mulheres-na-politica/> Acesso. 15. Nov. 2019

ciberfeminismo no poder político institucional. O texto de Márcia Tiburi (2016) ao blog “#Agora que são elas”⁴¹ menciona o movimento político denominado de #partidA que nasceu em dois mil e quinze. O movimento se deu pela discussão, a nível municipal e nacional, sobre a viabilidade de um partido feminista no Brasil. Na organização regional, do norte ao sul, articularam-se grupos feministas em Porto Alegre, Curitiba, Belém, Salvador, Recife, Goiânia, São Paulo, Florianópolis, Belo Horizonte, Brasília, entre outras cidades, que se relacionavam, segundo a autora, em rede, sem líderes e contra “os padrões verticais do patriarcado”. O intuito dos grupos era trazer a Democracia, dando conta das questões de “raça, classe e ideológicas”. Através do feminismo interseccional e dialógico, se consagrava a politização das mulheres para o protagonismo político. Pelo processo de comunicação entre as feministas, que já estiveram em contato com o poder político institucional, e com os movimentos e coletivos feministas, começou a se pensar num feminismo “ético-político”, na luta a favor dos direitos fundamentais, bem como, numa sociedade livre da violência, e consciente tanto socialmente como ecologicamente.

Ainda segundo o blog, dois mil e quinze foi o ano em que se incentivou as mulheres a candidatarem-se e filiares-se a cargos políticos. Devido a ação, mais de vinte mil se ligaram à proposta. No Rio de Janeiro, das quatro candidatas feministas, Marielle Franco se elegeu como vereadora. Em Belo Horizonte, a então candidata a vereadora, Áurea Carolina foi a mais bem-sucedida nos votos. Em Porto Alegre, Curitiba, Aracajú e São Paulo representantes feministas também se elegeram e se comprometeram em fortalecer os laços de colaboração, como o diferencial ao desempenho de uma política feminista.

Como as bases teóricas que sustentam os ciberfeminismos ainda estão em construção, pode se dizer que os ciberfeminismos se desdobram, a partir das diferentes realidades emergentes. Foi pelas redes sociais, onde esta proposta feminista começou a ganhar força, na medida em que, a proposta feminista ganha espaço para alcançar a política institucional. Historicamente, o ciberfeminismo alcançou os meios intelectuais e das artes digitais, porém através das mídias sociais, o movimento começou a alcançar o espaço institucional da política com as preocupações

⁴¹ Disponível em: <http://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/10/03/candidatas-eleitoras-e-eleicoes-pensar-a-partida-rumo-a-2018/?cmpid=compfb>. Acesso: 20. jun. 2018.

de uma agenda que reconheça e desempenhe esforços, contra as injustiças de raça, classe e gênero em sua diversidade.

Stofenmacher (2013, p. tradução livre) diz que os ciberfeminismos perpassam as redes da internet criando relações entre as mulheres, intercâmbio de ideias e vivências, constituindo uma rede de comunicação consciente das desigualdades e problemas de gênero. Mediante a propagação das pautas feministas socialmente via redes sociais, abriu-se campo para expansão das ideias feministas como um fenômeno social.

Não são poucos os obstáculos que as mulheres enfrentam na política em âmbito informal, segundo Gomes L. P (2016, p. 43), um dos problemas que as mulheres enfrentam em âmbito político-institucional é a falta de habilidade para falar em público, muitas vezes pela reclusão ao lar pelos cuidados dos filhos e da casa e pelo seu desenvolvimento numa sociedade que privilegia a voz masculina com entonação forte, considerando a comunicação das mulheres como delicada e sujeitada à voz do homem. Para além do problema de oratória da mulher na política, ainda existe, o desrespeito encontrado nas “conversas paralelas, interrupções e reprodução de suas falas por colegas homens”.

As performances ciberfeministas na política institucional, quebra diretamente esta falta de habilidade com a oratória e pode ser comprovada pela atuação registrada nos vídeos *live streaming*, dessas mulheres, seja nas ruas e/ou nos espaços da política. As vozes de Marielle Franco, Fernanda Melchionna, Talíria Petroni e Sâmia Bonfim servem de inspiração às novas gerações, por serem comunicadoras enfáticas, claras e didáticas pontuando os problemas sociais e políticos. Isso pode ser observado pela publicação de seus vídeos em suas plataformas no Facebook. Ao se destacarem nas eleições como vereadoras e posteriormente deputadas federais (exceto Marielle), a visibilidade das pautas políticas ciberfeministas, pelas mídias online, passa a ser analisada como elo de comunicação que segue o fortalecimento dos princípios democráticos, numa relação direta entre estas representantes políticas e seu eleitorado. Por outro lado, esta viabilidade que garantiria a comunicação sadia entre os atores políticos leva em seu bojo a ambiguidade. Quando a visibilidade destas narrativas políticas ameaça o poder patriarcal hétero-

normativo constantemente ativam reações violentas, que visam manter as escalas culturais de matrizes tradicionais propagando explorações e injustiças nas relações de gênero, raça e classe.

Na linha dos embates ideológicos de matrizes ultraconservadoras, a imersão dos ciberfeminismos na pós democracia traça uma batalha, que como já vimos, repercute na condição de necropolítica de gênero evidente no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco. A pesquisa acompanhou o percurso das então vereadoras que passaram para deputadas federais: Sâmia Bonfin, Fernanda Melchionna e Talíria Petroni. O projeto de pesquisa tinha como meta, acompanhar a carreira política de Marielle Franco, a tese acompanhou postumamente a Página, até a parte de produção escrita da pesquisa; porém focou-se nos comentários póstumos que eclodiram na Página da vereadora após seu assassinato.

Adiante, os subcapítulos seguintes analisam as performances políticas destas feministas no poder com os usos das redes sociais digitais, como um instrumento, que permitiu a viabilidade da ascendência destas mulheres na política institucional. Neste sentido, as capacidades de comunicação das mesmas, é inquestionável (com destaque maior, a comunicação enfática, forte e clara de Marielle) e pode ser comprovada, mediante às análises dos vídeos, que elas postaram e costumam postar em suas páginas no Facebook. Como o ciberfeminismo foca nos meios digitais, para promover assuntos que tratam da questão dos problemas sociais e de gênero, se considera por esta presente tese, como campo de análise, as atuações políticas que fazem o uso do *live streaming*, e cuja as performances, se pautam nas questões que envolvem a raça, classe e gênero, bem como, as reações e comentários que são dispensados em suas publicações políticas.

Se por um lado, a violência das ações ultraconservadoras nas redes é leviana e desrespeitosas, por outro, as redes sociais online foram canais imprescindíveis para o caminho destas ciberfeministas ao poder político institucional.

4.2) O Ciberfeminismo Político via *live streaming*

As atuações contemporâneas das feministas, que vieram das marchas feministas, alcançando o poder político institucional, constituem um exemplo do uso das tecnologias como viés à política institucional. Se pôde constatar, que a partir das redes sociais e suas mídias conjugadas estas representações políticas marcaram encontros, fizerram denúncias e se comunicam diretamente com seus eleitores e seguidores. A partir disso, esta presente tese desenvolveu reflexões sobre as relações entre redes, ruas e alcance do poder institucional das políticas feministas pelo emprego de recentes bibliografias metodológicas de análise em vídeos online. Neste contexto, estudou as atuações das vereadoras ciberfeministas, pela comunicação direta mediada pela tecnologia online de vídeo ao vivo ou editados, disponíveis no Facebook.

Para validação destas análises, a pesquisa se apresentou trabalhos em eventos que trataram da metodologia em novas mídias, sem desprezar os conceitos etnográficos, que as teorias clássicas enfatizaram a construção da criticidade das estruturas hegemônicas de poder como premissa da base das pesquisas qualitativas. O critério de seleção do objeto de análise, se deu pela escolha das então vereadoras feministas, que seguem atuando no poder político, muitas delas, no momento da escrita desta tese como deputadas federais. Para desse modo, analisar o uso político, das tecnologias de comunicação, mais especificamente o vídeo ao vivo ou *live streaming*, postados por estas ciberfeministas no poder, como espaço onde apresentam os conflitos e as perspectivas políticas de seus mandatos.

O recurso das câmeras dos recentes telefones de mídias móveis é observado aqui, como instrumento de desempenho político institucional pelas representações destas jovens feministas no exercício poder. Das redes e ruas diretamente para esfera pública, via mídias sociais, as informações, ações e indignações, que antes ficariam submissas ao cobrimento e desenvolvimento de conteúdo das antigas mídias, ou a jornais independentes, se disponibilizam mediante as recentes tecnologias de comunicação. Ao acompanhar estas atuações políticas via streaming – vídeos ao vivo vinculados nas páginas do Facebook, das então vereadoras do partido PSOL Sâmia Bonfin, Fernanda Melchionna, Talíria Petroni (agora, deputadas federais), e Marielle Franco do Rio de Janeiro; notava-se que estas representações desempenham (e desempenharam no caso de Marielle)

um trabalho ativo de ativismo, informação, denúncias de abuso do poder do estado, e eventos dos movimentos sociais feministas, disseminados por vídeos ao vivo e viabilizados por publicações no Facebook. Uso do *live streaming* ainda é constantemente empregado, por estas políticas, em plenárias nas câmaras de vereadores e/ou deputados; em manifestações e/ou eventos. O acesso de seus seguidores em tempo real é tratado neste estudo, como elementos que neste caso, direcionam politicamente o fenômeno da copresença online, permitindo uma comunicação direta.

Em tal aspecto, Pink e Horjth (2015, p. 27) inspiram a metodologia do estudo, na medida em que, apontam a copresença gerada por vídeos ao vivo, como fenômeno cultural, o qual, se constrói oriundo da prática cotidiana da comunicação em mídias móveis por câmeras em conexão online. Tal contexto, para estas autoras, oferece um vasto campo de acesso para a elaboração de cartografias “criativas”, em particular, ao considerar o que estas autoras chamam de interpretações da “visibilidade emparelhada”. Nesta perspectiva, se teve o objetivo de conceituar o papel que as câmeras desempenham na adaptação do sentido das espacialidades e do movimento; diferenciados após a ascendência da comunicação online em mídias móveis. Cabe acrescentar, que a tecnologia *live streaming* pode enviar informações multimídias ao transferir dados em redes de conexão online. Atualmente, se reconhece como mais populares, o *live streaming* do site YouTube, Instagram e do Facebook, ambos permitem filmar e transmitir em streaming / tempo real, e depois, disponibilizar as produções na rede. O recurso possibilita ao usuário da rede assistir aos vídeos transmitidos, muitas vezes, sem as construções das técnicas de produção, edições, preparo e ensaio, como em programas gravados nas mídias televisivas.

O estudo dos vídeos das ciberfeministas no poder político institucional, derivou da observação sobre as atuações políticas de Marielle Franco e Sâmia Bonfim, desde antes de acenderam na política institucional, pois era comum à estas, a publicação dos vídeos nas marchas feministas ou em eventos dos movimentos sociais. Posteriormente à morte da vereadora Marielle Franco, a observação, se concentrou na nos vídeos que demonstravam reverberação social que, pelas marchas em sua homenagem, a tornou-a um símbolo global de suas causas. Ela, junto com deputadas federais Sâmia Bonfim, Talíria Petroni e Fernanda Melchionna, são representantes que se assumiram feministas, e entram na cena política institucional das maiores capitais brasileira. Neste papel, se apresentam pelo recurso de comunicação das câmeras de vídeo do telefone. Estas

mulheres feministas na política institucional, estavam entre as que se elegeram primeiramente para vereadoras nas eleições de dois mil e dezesseis, logo após a Primavera Feminista.

Este fato levou a pensar, que tal recurso foi e é um grande aliado das ciberfeministas atuantes no poder político institucional de maneira ética e cidadã, diferentemente das correntes política da extrema direita e o seu uso instrumentalizado das redes sociais para o protagonismo da desinformação.

4.2.1) Marielle Franco – A rosa que nasceu no asfalto e nas redes sociais

Em sua última atuação discursiva na câmara da ALERJ, no Dia das Mulheres de dois mil e dezoito, nos primeiros momentos do vídeo, a vereadora discursava sobre uma outra forma de se fazer política pelas mulheres, expondo a dificuldade das mães de baixa renda em deixar seus filhos nas creches e a vulnerabilidade das crianças das favelas, naquele período de intervenção militar no Rio de Janeiro, quando foi interrompida para o recebimento de uma rosa e falou:

“As rosas da resistência nascem do asfalto, a gente recebe rosa, mas vai estar com o punho cerrado também, falando que nosso lugar, é na vida de resistência contra os mandos e desmandos que afetam as nossas vidas...”

Disponível em:

<https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/>.

Acesso: 27. Set. 2019.

A inspiração que se remete às rosas nasceu também pela figura de Marielle estar paralela a Rosa Luxemburgo em diferentes épocas: ambas eram antimilitaristas, criticavam o autoritarismo e associavam o Socialismo não ao exército, mas à Democracia. Ambas, mesmo rodeadas de forças contrárias, nunca perderam a segurança em seus posicionamentos políticos, assim como, em suas performances políticas. Lutar pela voz das mulheres era um projeto, que, conforme o histórico de vídeos em sua página no Facebook demonstra, fazia parte da campanha de Marielle Franco. Que assim como Rosa, representava a espada da revolução política, principalmente, nas questões que envolveram os problemas de gênero, classe e raça. Por pontuar sua origem, da favela de um país subdesenvolvido economicamente, Marielle Franco tendia a marcar a História como uma das mais

grandiosas políticas das causas sociais pela perspectiva ciberfeminista. As palavras de Clara Zektin⁴² (1919, online) direcionadas á Rosa, puderam servir também á Marielle, quando Clara observou em Rosa, que, a presença do brilho e do seu do estilo permitiam o realce das suas ideias.

O brilho e estilo desta ciberfeminista no poder político estava evidenter entre os conjuntos de vídeos observados na Página institucional da então vereadora Marielle no Facebook. A observação vídeo-etnográfica se concentrou no último discurso de Marielle Franco na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, pois a sua fala, neste Dia das Mulheres, levantou importantes questões políticas como, a questão dos lesbocídios⁴³ entre os feminicídios e outros problemas relevante às distintas lutas das mulheres. Foi neste dia, quando a vereadora e política em ascensão, criticou em seu discurso, a abstenção do prefeito em relação as enchentes que causaram falta de luz nos bairros de baixa renda do Rio de Janeiro; defendeu a capacidade dos feminismos em visualizar os problemas sociais antes que aconteçam, destacou a necessidade de instrumentalização das redes sociais pelas mulheres para ações responsáveis, e não em busca de “likes”; falou sobre a fragilidade das bases democráticas do parlamento; sobre a falta de representações políticas femininas na política institucional; e citou o dados que atestam que de oitenta e três países, o Brasil é o sétimo mais violento para as mulheres segundo a Organização Mundial da Saúde. Enquanto dizia que o Rio de Janeiro tinha uma média de trezes estupros por dia (grande parte dos estupros não são contabilizados por não serem denunciados), ela foi interrompida por uma voz que gritava o nome de um militar torturador durante o período da ditadura militar no Brasil. Um corte em sua fala, por um grito que consagra a violência e a morte como procedimentos da política. Um corte feito, não só para silencia-la, mas para silenciar a realidade da vulnerabilidade das mulheres e demais minorias sociológicas de gênero, que a então vereadora dava voz; e consagrar a morte pela necropolítica conceito que a presente pesquisa já abordou nos capítulos anteriores.

⁴² Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/01/rosa-luxemburgo-por-clara-zetkin/>. Acesso: 27. Set. 2019.

⁴³ “Marielle fala sobre o dia das Mulheres no Plenário ao vivo.” Disponível em: <https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/543776616007935>. Acesso. 22. Set.2019.

O vídeo demonstrou, que ao ser interrompida, por uma voz, que exclamava o nome de um torturador da ditadura, a vereadora reagiu dizendo que não tolera ser interrompida, “não aturará ser interrompida” pela tribuna, e que terão de “ouvir uma mulher eleita”. E prossegue, retratando a violência do Estado em sua atuação bélica na zona de pobreza dos morros cariocas, dificultando o acesso das mulheres à cidade. Entre os assuntos expostos, sua fala denunciava o assédio às mulheres negras e a necessidade da abertura do espaço democrático para elas, às lésbicas e índias na esfera pública da política. E o armamento da população, alegando que o desarmamento é um princípio democrático. A vereadora citou Audre Lord, escritora, poeta e intelectual caribenha/americana que era negra, lésbica e ativista dos direitos civis:

“Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso, vamos juntas lutar contra toda forma de opressão!”

Disponível em:

<https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/543776616007935/>. Acesso. 21. 12. 2019.

Cabe ressaltar que, o foco no discurso neste vídeo de Marielle permitiu pensar as diretrizes de uma política feminista, que pela via institucional buscou atender as múltiplas questões sociais de raça e gênero. Em menos de uma semana, após ter a fala interrompida pelo defensor de um agente da tortura e morte como política, a vereadora Marielle Franco foi assassinada. Todo contexto do assassinato, permitiu refletir sobre o brutal assassinato também do feminismo negro, periférico e lésbico personificados por sua representação no poder da política institucional. A presença da vereadora na política era a representação da Democracia, direcionada ao que Mouffe (2005) chamou de uma “democracia plural”, modelo prescrito para uma democracia saudável. Sobre este aspecto, a pluralidade na política estava representada desde o discurso da vereadora até a formação de seu gabinete, composto por funcionários em suas diversidades de gênero e raça.

A política feminista das redes e ruas de dois mil e quinze, e o ano de dois mil e dezesseis se fizeram notórios pela vitória de Marielle Franco, eleita com mais de quarenta e seis mil votos, ela acendeu a possibilidade de uma nova prática política de viés feminista e socialista vinculados à Democracia. Em seus vídeos gravados em *live streaming* representava a vanguarda do ciberfeminismo brasileiro no poder político institucional; por ser mãe, negra, lésbica, socióloga, pós

graduada (dissertação de mestrado sobre a polícia Pacificadora no Rio de Janeiro) e criada na periferia carioca (Favela da Maré).

Ainda neste citado vídeo d vereadora Marielle Franco⁴⁴, ela aborda diferentes esferas temáticas, que trazem um panorama da atuação ciberfeminista no desempenho do poder político. Ela denunciava a ausência do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, quando o problema de enchente dos bairros da Zona Oeste ficaram sem energia elétrica, o que aumenta o nível da vulnerabilidade feminina em zonas de bolsão de pobreza, de modo a demonstrar, como a política atinge diretamente a vida da mulher, principalmente a de baixa renda. Citava a fragilidade das bases democráticas do parlamento, assim como, as dificuldades das mulheres em se imporem aos cargos políticos institucionais.

As palavras da vereadora, pontuaram a necessidade de lutas das mulheres no que se repercute a cultura, empreendedorismo, legalização do aborto, nas fraternidades, por mais maternidades e creches em tempo integral. Dia quatorze de março, menos de uma semana depois deste vídeo, o assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes demonstram a vulnerabilidade das mulheres com propostas políticas democráticas. A partir das reações de difamações vias redes sociais contra a vereadora, a tese começou a refletir sobre a barbaridade do ultraconservadorismo, alimentando a necropolítica, quando a política de morte é aplicada às que enfrentam as estruturas patriarcais e de gênero pela política institucional, explícito com o assassinato político da vereadora, e nas ameaças à deputada federal Talíria Petrone, conforme mais adiante, esta presente pesquisa abordará.

Com a emoção gerada por sua morte, a oposição política começou a propagar *fake news* sobre Marielle. Diversas postagens e mensagens no Facebook e/ou enviadas por WhatsApp, começam a divulgar as mentiras produzidas sobre Marielle Franco, como a que dizia que ela era ex-mulher de traficante, que foi eleita pela facção criminosa “Comando Vermelho”; para estimular deméritos, diziam que era usuária de drogas (por ser a favor de uma política antiproibicionista), que defendia bandidos (por ser contra a tortura como vingança) e engravidou aos 16 anos (quando

⁴⁴ Disponível em: <https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/543776616007935/> Acesso. 25. 09. 2019.

na verdade, tinha 19 anos). As postagens em sua defesa argumentavam que a vereadora do Psol, contestou sobre as ações truculentas conduzidas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, criticou o a violência do 41º BPM aos moradores de Acari, mas nunca defendeu quaisquer atos criminosos. Inclusive, amparou os familiares dos policiais assassinados na época em que foi assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, isso, de acordo com familiares das vítimas. Marielle Franco era contra a necropolítica e morreu assassinada por aquilo que tentava combater. Um dos problemas, que a presente tese trabalhou foi a perseguição fatal da força do Estado, no desempenho da necropolítica de gênero. Liderada na maioria das vezes, por homens que ambicionam poder, a política de segurança do Estado, pode ser considerada como um fenômeno de desumanização do poder, encoberto com narrativa de masculinidade. Alinhado a este fato está a crítica e das dores das mães que perderam seus filhos pela política de segurança do Estado, conforme a tese retratou no caso da Página Mães de Maio, no Facebook.

Quanto a cultura da política de morte, sob a atuação da força da masculinidade no poder, Rita Segato, (2003, p.37) reflete que:

“Masculinidad” representa aquí una identidad dependiente de un estatus que engloba, sintetiza y confunde poder sexual, poder social y poder de muerte. “Los hombres”, dice Ken Plummer en un interesante análisis de las relaciones entre masculinidad, poder y violación, “se autodefinen a partir de su cultura como personas con necesidad de estar en control, un proceso que comienzan a aprender en la primera infancia.””

Para Segato, quando o núcleo deste controle da masculinidade vinculada ao poder estremece, como no caso da alta performance de Marielle Franco na política feminista, que denuncia as práticas injustas e inescrupulosas do sistema político bélico e opressor do Estado, gerido por homens em sua grande maioria, demonstra a crise do poder masculino e a falência das estratégias masculinas controle, que atuam historicamente na política institucional.

A vereadora Marielle Franco exerceu uma potência política no poder, forte e clara tanto em atuação ciberfeminista, quanto em sua produção acadêmica. Enquanto socióloga, ela

demonstrava a violência do Estado e a vulnerabilidade social neste sistema de desigualdade e violações. Em uma parte de sua dissertação Marielle (2014, p. 24) diz:

“Nos territórios de uma cidade que não vive os riscos permanentes dos conflitos entre polícia e grupos criminosos armados, a presença da polícia nas ruas passa um sentimento de segurança. O contrário ocorre nas favelas e periferias, que vivem sob controle de grupos criminosos, e a presença do policiamento ostensivo traz risco permanente e medo para os moradores. Isso, no entanto, é um sentimento de uma realidade que apresenta a questão de segurança apenas pela força, e não por meio de políticas públicas que apostem na mobilidade, no encontro dos corpos, na participação e na ocupação das ruas. Essa situação gera desigualdades, cada vez mais profundas, no tratamento dado aos moradores desses diversos territórios que compõem a cidade.”

Sobre o aspecto da vivência de Marielle, sua política e sua produção acadêmica, cabe mais uma vez, mencionar o mito ciborgue de Haraway (2009, p. 36), quando a autora levou a entender, que a “realidade social” é relacionada às “vivências sociais”, e neste contexto, Marielle Franco fez parte desta vivência nos bolsões de pobreza dos morros do Rio de Janeiro. Haraway (*ibidem*) lembrou que os movimentos de mulheres vêm das experiências das mulheres e a sua libertação dependem da consciência da opressão e a apreensão às possibilidades. Neste sentido, a vereadora fez história, e sua morte repercutiu o despertar da “multidão ciborgue” que foi às ruas do Brasil, entre outras capitais do mundo para que, a justiça, assim como, os valores das lutas de Marielle Franco continuem em pauta, fortificando a sua batalha contra a necropolítica, e seu levante para que não se percam tantas vidas por violência e hostilidade do Estado.

Pelo sentido ciborgue da citada autora, existe uma guerra de fronteiras nas relações, que se desdobraram entre organismo e máquina. Isso passou a fazer mais sentido, quando a tese analisou a caixa de comentários dos vídeos postados na Página do Facebook da Marielle Franco após sua morte. Pelas mensagens desrespeitosas e difamadoras à vereadora assassinada se notava que essa guerra extrapolou as fronteiras da civilidade em nome de “uma tradição do capitalismo racista dominado pelos homens” e da “tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura” do capitalismo vigente (Ibid., p. 37). A ameaça do comando das masculinidades do poder político institucional repercutiu neste caso, um trabalho de morte, a necropolítica de gênero atingindo a alta esfera do poder político. A análise dos dados provindos dos comentários que sucederam a morte a

vereadora deixou claro, que a compreensão da democracia não está ativa socialmente. Principalmente, pelos comentários depreciativos do valor da figura política de vereadora, na sequência do citado vídeo de Marielle publicado em sua Página no Facebook. Estas expressões, puderam ser delimitadas pela propagação de ódio e a vontade de supressão da alteridade. Através das tecnologias de comunicação demonstrou-se que a Democracia, não está em seu vigor, quando os métodos, procedimentos e a estrutura de poder político dos governos eleitos são incapazes de eliminar a violência de gênero, são inaptos para solucionar os problemas e conflitos sociais, e tampouco capazes governar, se opondo a todos modelos despóticos que alcançam o poder institucional político. Democracia não está em seu vigor, quando não é hábil para garantir os direitos ao pleno desenvolvimento de todos os indivíduos da sociedade. Neste sentido, tanto o assassinato político de Marielle, quanto os dados e os problemas sociais que o discurso da vereadora trazia, demonstram que o Brasil se distancia consideravelmente da dimensão saudável da Democracia, que vigoraria de acordo com que foi pressuposto, pela teoria da democracia liberal (Bobbio, 1998 p. 319).

A potência da vereadora, era vista como inimiga da política masculina, bélica e violenta. E por teme-la como adversária, uma vez que, ela facilmente acenderia na carreira política pelos votos, os ultraconservadores a reconheceram como inimiga, de modo a pretender matar junto a ela, suas ideias e sua ascensão. No entanto, as multidões ciborgues não deixaram apagar a sua memória, pelo contrário, a luta de Marielle Franco foi disseminada globalmente em diversas homenagens, e reforçada nas outras representantes do ciberfeminismo na política institucional, entre elas, as então deputadas federais: Talíria Petroni, Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim, conforme os próximos subcapítulos demonstrarão.

4.2.2) O Eco-Ciberfeminismo de Fernanda Melchionna e o Ciberfeminismo Antirracista de Talíria Petroni

Este subcapítulo é uma análise da performance política de Fernanda Melchionna e Talíria Petroni em seus vídeos gravados e dispostos no Facebook. Embora a pesquisa também tenha monitorado Marielle Franco e Sâmia Bonfin, o percurso da análise se desviou no caso da ambas, pela interrupção da vida de Marielle, reformulando o objetivo de estudo na página da então vereadora. Por outro lado, no caso da deputada Sâmia, o acesso da pesquisa a ela pela entrevista presencial, fez o processo etnográfico desta presente pesquisa se compor como um instrumento que se apropria das perspectivas da etnografia online e clássica.

Neste segmento da pesquisa, através dos vídeos *live streaming*, ou editados, entre outras publicações que geram impacto no Facebook, entre as reações e comentários, se analisou o ciberfeminismo político-institucional das deputadas Fernanda Melchionna e Talíria Petroni, a fim de retratar o desdobramento cultura feminista, político-digital no Facebook. Pelo recurso das câmeras de vídeo dos seus celulares, as deputadas demonstraram seus percursos de suas ações na política, apresentando o trajeto de suas performances em vídeos, como canais de portais abertos de dados, os quais, puderam ser analisados pelas telas digitais. Pelas referências etnográficas em ambientes digitais, Gómez Cruz E. (2016, p. 34 tradução livre) destacou as possibilidades reflexivas dos canais de mobilidade digital como fonte de análise dos caminhos e dos lugares. Desse modo, destaca os encontros aleatórios, entre a pesquisa e as performances refletidas nas telas digitais, levantando questões a serem aprofundadas pela etnografia digital, “... *its the random encontres between me as researcher and the screens...*”. Pelas atuações político-digitais do ciberfeminismo no poder político institucional em vídeos, se acompanhou as performances de Talíria Petroni em prol de um feminismo antirracista, por sua própria identidade, trajetória e história política. E de Fernanda Melchionna, pelo enfrentamento às ações do atual governo contra a proteção do meio ambiente, projetando muitas vezes em seu discurso, um ciberfeminismo eco-socialista.

Os telefones inteligentes com recursos de vídeo são uma forma de comunicação cada vez mais utilizada num contexto em que as distâncias se diluem na interação com as telas. Özkul D (2017, p. 226 tradução livre) atribui à mobilidade das mídias móveis com recursos de câmeras digitais, a transformação da comunicação pelo tempo e espaço tornando-se altamente significativa na rotina das sociedades contemporâneas. Através deste recurso é sempre possível, dizer onde está, e o que está fazendo, sem necessitar da mobilidade física de todos os sujeitos em comunicação e sem precisar, tampouco, de um espaço e tempo em comum, presencialmente no que se refere aos termos físicos das aglomerações (KOPOMAA 2000, p. 06).

Acompanhar os vídeos de Talíria Petroni e Fernanda Melchionna, se fez possível perceber que o ciberfeminismo na política institucional se consolidou por meio deste recurso, e é a partir dele onde se permitiu enquadrar as atuações destas mulheres na política por diferentes seguimentos. Pelas análises nos vídeos de Fernanda Melchionna, depois da atuação antiecológica nas estratégias de governo, e do polêmico discurso que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro dirigiu à Convenção das Nações Unidas (2019), foi possível perceber que a deputada, se adentrou mais nos problemas da causa ecológica em seus vídeos. Por outro lado, a deputada federal Talíria Petroni, pela própria história, de mulher negra no poder político institucional, vinda da periferia carioca e com histórico de ameaças a sua própria vida; por seus vídeos, se direcionava cada vez mais, em defesa do ciberfeminismo antirracista.

Fernanda Melchionna gravou em *live streaming* seus trajetos na política, inclusive em vias de passagens no ambiente da câmara de deputados em Brasília. Em seus vídeos diversos, ela conseguia captar e reproduzir, desde as reuniões na câmara dos deputados, até os embates contra os agentes políticos do governo federal vigente. Também era comum, assisti-la em sua atuação nas ruas e nos núcleos de movimentos sociais. Não só Fernanda, como outras deputadas do partido político PSOL tinha seus questionamentos desafiadores gravados e publicados, especificamente, quando estavam com a palavra nas sessões da câmara dos deputados. Normalmente, os vídeos de aproximadamente cinco minutos, não apresentavam as respostas, tampouco as reações dos agentes da política que estão sendo confrontados, gerando assim, algumas solicitações de apresentação das respostas dos políticos confrontados, entre os comentários que recebem na subsequência dos vídeos.

Em vinte e nove de outubro, a deputada Fernanda Melchionna publicou no Facebook um vídeo de cinco minutos intitulado “Deputada Fernanda Enquadra Ministro Exterminador do Futuro”⁴⁵ em alusão ao ministro do meio ambiente Ricardo Salles e suas políticas contra as causas ecológicas, no qual obteve cerca de 1,7 mil reações. Ela iniciava o vídeo com as palavras de Greta Thunberg em seu discurso na ONU (2019) no qual, a adolescente sueca engajada na causa ecológica, dizia:

“Nós estamos no início de uma extinção em massa, e tudo o que vocês falam gira em torno do dinheiro, e num conto de fadas de crescimento econômico.”

*Greta Thunberg,
por Fernanda Melchionna.
Facebook 9. Out. 2019*

As palavras de Fernanda contra a política do ministro do meio ambiente eram enfáticas, bem articuladas e desafiadoras. O vídeo (com mais de 45 mil visualizações) mostrava a deputada abordando a gravidade do desmonte dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente como CNBIO e IBAMA, onde foram retirados os recursos que pretendiam controlar os incêndios nas florestas. Ou seja, 39% a menos nos recursos de proteção aos incêndios em áreas prioritárias, o que gerou um dos maiores incêndios florestais no Brasil, para quê as florestas virem pastos e campos de soja transgênica para ração de gado, no fomento do Estado para o agronegócio. Ela reclama dos 50% a menos de investimentos em monitoramento ambiental na gestão da informação, e a ação conjunta do governo para omissão diante ao aviso do “dia do fogo”, gerando uma quantidade de fumaça anormal, a ponto de escurecer o céu de São Paulo, embora as queimadas estejam na Amazônia, demasiada era a fumaça gerada. Diante no cenário global, a deputada lembra o ministro do meio ambiente, Ricardo Sales, que noventa e sete por cento dos cientistas concordam com o problema do aquecimento global, porém o ministro apenas se move por questões pertinentes aos ruralistas, apesar de ser ministro do meio ambiente e não do agronegócio. Em nove meses a frente da pasta do meio ambiente, Fernanda Melchionna apontava olhando aos olhos do ministro, que ele não tinha nenhum plano escrito sobre as estratégias de combate ao desmatamento, e nem um plano contra o

⁴⁵ Disponível em: <https://web.facebook.com/fernandapsol/videos/661899447633430/>. Acesso: 08. 01. 2020.

vazamento de petróleo que já atingiu mais de cento e trinta e oito pontos, em nove estados da costa do Brasil. Ela dizia não esperar respostas do ministro, pois suas respostas, frequentemente, faltavam com a verdade ou ele mesmo se abstinha de responde-las. E em tom de ironia dizia: “O senhor deve ter feito uma segunda graduação em artes “cínicas”!”. Disse que seguia depositando a sua fé nos jovens que lutam e junto aos povos da floresta, os quais, não se silenciam e se omitem sobre o que está acontecendo com o nossos biomas, com o nosso meio ambiente, se propondo a enfrentar fortemente a política contra a ecologia do governo federal. E finaliza, dizendo que se inspira na luta de quinhentos e dezenove anos dos nossos indígenas, para continuar lutando contra as políticas dizimadoras do meio ambiente.

Em outro vídeo⁴⁶, (com mais de 16 mil visualizações) publicado no dia dezessete de outubro de dois mil e dezenove, Fernanda Melchionna discursava na ONU em Genebra e foi cesurada pela diplomacia brasileira. Mesmo assim, conseguiu dizer para representantes políticos do mundo, que o Brasil é um país extremamente perigoso aos defensores dos direitos humanos, na posição de quarto país que mais mata defensores dos direitos humanos no mundo, e o primeiro que mais mata a população LGBTQ+. São fatos que segundo ela, se agravaram com a eleição do presidente Bolsonaro. Frente a toda problemática, Fernanda questionava a vontade do Brasil em ter uma cadeira na Comissão de Direitos Humanos da ONU, o que fazia do governo do país não ter moral nenhuma para ocupar esta posição, embora o povo brasileiro não deixe de merecer. Sua fala acusa a demora em se ter respostas concretas sobre o mandatário do assassinato de Marielle Franco, e ainda a atuação da presidência do Brasil em apoiar a tortura e a ditadura, sendo totalmente omissa em relação aos casos de tortura nos presídios do Pará. Poucos segundos depois, a deputada é interrompida sob a reclamação de extrapolar os temas em debate naquela reunião.

Ainda nesta viagem, em Genebra, a deputada fez um vídeo em *live streaming*⁴⁷ em algum local público, que, sob diversos sons de música, ou falas distantes ao fundo de sua fala, ela trazia detalhes da reunião sobre o “Tratado Vinculante”, que não pôde ser gravada e publicada naquela ocasião na ONU. O tratado a que ela se referia, serve para responsabilizar as empresas

⁴⁶ Disponível em: <https://web.facebook.com/fernandapsol/videos/2442840259296399/>. Acesso: 07. 01. 2020.

⁴⁷ Disponível em: <https://web.facebook.com/fernandapsol/videos/2173618242744790/>. Acesso: 08. 01. 2020.

transnacionais e finalizar a rede de impunidade destas empresas, que se instalam em países da América Latina, África e Ásia para extrair os recursos nacionais, sem se importar com os Direitos Humanos. Estas multinacionais partem dessas regiões, sem se responsabilizar por todas as consequências, como foi o caso da tragédia em Brumadinho, em que houve mais de duzentas e quarenta mortes pelo vazamento de lama tóxica, por conta do que a deputada chama de ganância da empresa Vale do Rio Doce. A deputada federal Fernanda Melchionna se atinha neste exemplo, para chamar atenção do lado negativo das políticas de privatizações, tão estimuladas pelo atual governo federal.

Na mesma linha que Haraway (2009, p. 38, 45) idealiza sua política ciborgue, as deputadas ciberfeministas Fernanda Melchionna e Talíria Petroni (em conjunto com outras atuações ciberfeministas no poder político institucional), se aproximam da “ontologia ciborgue” no Facebook, como uma ontologia determinante de suas políticas, as quais, rompem com as tradições coloniais putrefatas, (mas ativadas no poder, no momento de escrita desta tese) imperativas na política institucional brasileira, atuando na tradição (ultrapassada) do progresso; “a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura” que dá vasão à “tradição do capitalismo colonial, racista e dominado pelos homens.” A atuação política das ciberfeministas no poder, ainda pôde ser enquadrada segundo a premissa da autora (*ibidem*), quando afirmou sobre a necessidade de união entre pessoas que valorizam a resistência “à intensificação mundial de dominação, que nunca foi tão urgente”. Nesta dimensão, as questões que Fernanda Melchionna trouxe, permitiu pensar o eco-socialismo ciberfeminista, repercutindo uma preocupação global encabeçada pela ciência, pela juventude europeia e os povos originários das florestas para sobrevivência no planeta. Questões negligenciadas pelas políticas dos governos, que visam ainda, a apropriação e dominação dos recursos da natureza para exploração, e evangelização dos povos, reproduzindo o sentido da dominação colonial, em pleno século XXI.

As reações aos vídeos de Fernanda Melchionna eram bastante positivas, embora era comum, algumas reações de emojis sorrindo, não como graça, mas sim deboche. A tese notou que eram raras mensagens nas caixas de comentários das deputadas Sâmia Bonfim e Fernanda Melchionna carregadas ofensas e *fake news*; por outro lado, a Página de Talíria (assim como a de Marielle, principalmente após ser assassinada) tinha muito mais mensagens hostis. Foi comum

assistir à deputada Talíria Petroni mencionando em seus vídeos sobre o Brasil como um país colonial, onde “nossa democracia jovem e frágil, é direcionada por uma política de morte em casa ou nas ruas”. As reações aos problemas que a deputada aponta em seus vídeos, sofre como consequência, uma carga de violência, mais intensa em comparação aos comentários dos vídeos de outras ciberfeministas no poder político institucional, analisadas por esta presente tese. Tal fato, apresenta o Brasil como uma país racista, onde Talíria demonstrou a face do nosso “país colonial” que aplica “a morte” como política, e normaliza o fascismo na política que reage com violência objetiva e subjetiva nas redes sociais e nas instituições.

E, contra a dominação colonial direcionando o referencial político e sócio comportamental, nas redes, Talíria posta vídeos acompanhados de missivas, como a que publicou sobre a “Reforma da Previdência⁴⁸” no Facebook, no qual dizia: “Nossa indignação é também a indignação de professoras e professores. Ao lado dos aniquiladores de direitos nunca estaremos #ReformaInjusta!” Como professora de História, suas palavras buscavam se referenciar às injustiças da reforma da previdência para a classe dos professores. Era notável que em seus vídeos institucionais na câmara do deputados, sua fala é gravada e publicada num filme, abaixo de uma arte que leva seu nome, e muda de cor, a cada tema que trata nos diferentes títulos das postagens, muitas vezes, acrescida #hashtag ao final de cada missiva que explica os vídeos. Foi comum encontrar em sua página, vídeos em que ela está nos eventos públicos, vídeos das falas de companheiros de partido, ou a deputada se defendendo de *fake news*; sua comunicação, às vezes é gravada em ambientes como no carro, em caminho a algum evento, ou mesmo no gabinete da câmara.

No vídeo acima citado sobre a reforma da previdência, ela conta sua história como professora das redes pública de ensino na região da Favela da Maré, relatando casos, em que os alunos que passavam fome. Ela também critica a política de encarceramento e do armamento promovida pelo governo federal em vigência no Brasil. E finaliza, citando Educador Paulo Freire, no que refere às palavras do autor, sobre o caráter emancipador da Educação. Este vídeo, publicado no dia dez de julho de dois mil e dezenove, recebe setenta e uma mil visualizações; mais de duas

⁴⁸ Disponível em: <https://web.facebook.com/taliriapetronenpsol/videos/2524692884242778/>. Acesso 02.12.2019.

mil reações e três mil compartilhamentos. Em seus outros vídeos há uma quantidade de visualizações que se mostram inferior à esta publicação, até o momento de escrita desta presente tese. No entanto, grande parte dos vídeos publicados na Página de Talíria são enfáticos ao demonstrar a luta das mulheres como resistência. Assim como, a denúncia que ela faz sobre o Brasil estar na quinta posição em números de feminicídio, em comparação ao resto do mundo, e no destaque que a deputada dá na capacidade de resistência das mulheres negras, pela sua própria da ancestralidade das mesmas, em territórios de violência.

Um exemplo da perseguição maior de Talíria, pôde ser notada carta aberta de usuário do Facebook, que se apresentava como colunista do jornal “O Globo” de Minas Gerais. Este usuário da rede, tinha entre suas publicações no Facebook, uma que chama a atenção, por ele pretender legitimar o “racismo reverso”. E outra, em que, ele posta uma carta aberta no Facebook, em reação a uma missiva de Talíria no Twitter, na qual, ela dizia em relação ao golpe sofrido pelo presidente da Bolívia, Evo Morales:

“Margareth Thatcher, ícone neoliberal, se perpetuou no poder durante onze anos. Merkel por quatorze. Parece que só denunciam presidentes que melhoram a vida do povo. Os que destroem seus direitos e perseguem suas organizações podem ficar no poder.”

*11. nov. 2019 Talíria Petroni
via Twitter*

Na publicação, a deputada Talíria Petroni ela se referia a perseguição aos governos que privilegiaram uma administração em favor do bem-estar social, e respeito aos povos originários. Porém, a resposta, pela carta aberta via Facebook se apresenta de maneira descabida, exigindo que a pequena missiva (limitada a caracteres restritos no Twitter) de Talíria, fosse uma aula de História, de modo a contrapor a deputada com dados de governos ditatoriais e repressores em analogias desproporcionais à mensagem da postagem da deputada. O tom de ironia e deboche era instrumentalizado em palavras “refinadas” para desqualificar a deputada Talíria Petroni como professora, feminista e deputada. Na carta aberta, seu autor não percebia que o próprio propósito da rede Twitter é gerar frases curtas e de impacto, e não aulas de História. As redes sociais não são espaços que exigem rigor da língua portuguesa erudita e não coloquial. O próprio Twitter e

Facebook, apresentam erros gritantes e grotescos da língua portuguesa, perceptíveis mediante a escrita do presidente do Brasil e o atual ministro da Educação do país. A carta aberta, postada no Facebook, que ao contrário do Twitter permite argumentar construindo os chamados “textões”, como este escrito pelo autor, já detonava a implicância pessoal do usuário para com a deputada. O autor ainda destacou na carta, os papéis de Ângela Merkel e Margareth Thatcher como inspiradores às mulheres pelo comando na política visando desqualificar deputada Talíria como feminista. A defesa da política de uma mulher como Margareth Thatcher em alto cargo de comando, levou a entender, que na visão do senso comum, o Feminismo com a proposta liberal que enaltece a mulher de cargos de chefia e comando é o mais aderido, principalmente, quando ela reproduz o jogo neoliberal/patriarcal, onde emprega as políticas de austeridade contra o estado de direito do bem estar social como no caso de Margareth Thatcher. Cabe lembrar, que o movimento punk rock veio como reação de revolta às políticas desta então primeira ministra, contra a classe trabalhadora da Inglaterra. Isso leva a entender o tom de furor da revolta da classe operária inglesa às políticas daquela primeira ministra, antes do movimento fazer parte da indústria cultural.

Não foram poucos os comentários hostis na Página da Talíria no Facebook, e em comparação com as Páginas de Fernanda Melchionna e Sâmia Bonfin, se destacou um número bastante superior na Página de Talíria. Como por exemplo, na publicação de uma matéria ao Jornal Extra, em que a deputada fez com a seguinte legenda:

“DJ Renan da Penha será solto! Habeas Corpus concedido. Injustiça sendo parcialmente reparada. Quem vive na favela convive com o varejo do tráfico de drogas, isso não quer dizer cumplicidade, muito menos associação.”

*Página de Talíria Petroni
no Facebook em 21.nov. 2019*

Das mil e seiscentas reações, a maioria delas estava entre “gostei” (1,1 mil) e “amei” (542) entre os emojis de “risada”, “bravo” e “chorando” eram trinta e seis ao todo. No entanto, nos comentários, em torno de setenta, mais da metade acusava a deputada de “defender bandido”, de ser “hipócrita” e dispensavam palavras de baixo calão, postando links de matérias em jornais de

pouca credibilidade no mercado jornalístico, como contraponto à ideia do post, demonstrando assim, a forte atuação das milícias digitais nos comentários da deputada.

O ciberfeminismo da deputada Talíria, em sua página no Facebook, emprega os recursos de vídeo em mídias digitais para gravar seus discursos políticos. Sua temática, como apontava seu vídeo em três de julho de dois mil e dezenove no Facebook⁴⁹ (com 3.3 mil de visualizações) reclama sobre a fragilidade da nossa jovem e incompleta democracia, que não chega à periferia, e o retrocesso da política de morte do fascismo atuando nas ruas ou nas casas. Dizia sobre o Brasil, como um país colonial que segue negando o direito dos indígenas, assim como, o direito ao povo negro e das mulheres do campo fazendo uma alusão à Marcha das Margaridas. Ao mencionar a problemática social no campo, a deputada lembrava do avanço do agronegócio e o fato do país ser líder dos assassinatos dos líderes dos movimentos sociais no campo. Ela dizia não separara as dores de Margarida (luta contra o avanço do agronegócio), de Dandara (mulher guerreira de Zumbi dos Palmares, que preferiu acabar com a própria vida do que voltar para escravidão) e de Marielle Franco. Ela alegou que as mulheres só vão parar de marchar, quando todas forem livres, sem aceitar “liberdade pela metade, fazendo a potência da dor enfrentar todo este retrocesso e toda violência política que ameaça as mulheres”. A deputada tocou também na questão do SUS, Sistema Único de Saúde), do desmonte da ciência, a na mortalidade materna de mulheres negras que poderiam se evitadas e a violência obstétrica (maus tratos, falta de respeito e abusos durante o parto).

Ainda neste vídeo, deputada Talíria defendeu a urgência de uma frente ampla do Feminismo Antirracista, como estratégia de ocupação do espaço político institucional, tendo em vista que, as mulheres negras e afrodescendentes constituem uma minoria política, mas são maioria social. E lamentou, a morte dos filhos das mulheres negras em políticas de segurança do Estado, onde nas últimas oitenta horas (daquela fala), seis jovens foram executados pelo Estado. Para ela, não há como existir um feminismo que não se propõe a lutar contra o racismo.

Mesmo diante de diagnósticos tão urgentes levantados pela deputada, as análises na Página de Talíria deixam claro o exército digital da extrema direita nos comentários em seu Facebook. O

⁴⁹ Disponível em: <https://web.facebook.com/taliriapetronepsol/videos/443832996397178/>. Acesso 05.01.2020.

nível da hostilidade de alguns comentários grotescos levou a entender a extrema direita online como extremamente violenta com a mulheres jovens, periféricas e negras no poder da política institucional.

Marielle foi assassinada e sua memória comprometida em sua Página no Facebook pela enxurrada de *fake news* e ofensas. Talíria, além de ter a sua vida ameaçada, tem a Página bombardeada de comentários ofensivos e equivocados. Mesmo com toda esta carga de violência, na sua voz frágil e doce, mas na maioria da vezes, enfática, a deputada carrega indignação e chamamento às lutas feministas e antirracistas. E como reação, sofre com o que Geertz (2000, p. 219), viu ainda antes das redes sociais, como a “estruturas do orgulho e do ódio que passam com assustadora facilidade”, principalmente, por meio das tecnologias de comunicação online, conforme este presente estudo pretendeu demonstrar.

Talíria e Marielle como mulheres políticas negras, lésbicas e de origem das favelas cariocas, em espaços de poder num país de cultura colonial, reverbera na carga de comentários hostis no Facebook dirigido às suas Páginas. De maneira a compor uma realidade, que pode ser pensada pelo ponto de vista de Haraway (2000, p. 47), quando ela trata a percepção da consciência, a partir das contradições da experiência histórica:

“A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi dada pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado.”

A consciência de raça, classe e gênero, no conjunto das atuações ciberfeministas de Fernanda, Sâmia, Talíria e Áurea Carolina, entre outras ciberfeministas no poder político institucional, fundamentaram a potência da identidade ciberfeministas na união pela interseccionalidade das causas feministas. Contra o que Haraway (2000, p. 47, 51) chama de, “dolorosa fragmentação das causas feministas (para não dizer das mulheres)”, as ciberfeministas, observadas durante esta teses, que seguem atuando na política institucional, prezam um feminismo

interseccional das causas das mulheres comumente subjugadas pela sexualidade pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Por outro lado, para a autora (*ibidem*), o conceito “mulher” foi visto como um termo “escorregadio”, na medida em que se faz passível de justificar a “matriz de dominações” que algumas mulheres podem exercer sobre outras, as quais perduram desde o colonialismo. Ela lembrou a discussão histórica da formação da “nova voz política” representada pelas mulheres negras, na formação da identidade política baseada “na consciência de oposição”. Desse modo, ativaram a capacidade de refletir as “redes de poder” que negaram a participação das mulheres pelas diferentes categorias de raça, da sexualidade e da classe. O que produziu a consciência sobre a história, que marcou o colapso de todos signos patriarcais na formação das tradições ocidentais em localizações contraditórias, e agendas “heterocrônicas” comumente sem os pluralismos. Haraway (*ibidem*), argumenta que o feminismo deveria advir de um discurso anticolonialista, afim de dissolver os referenciais supremos do ocidente na figura do patriarca como autor “de um cosmo chamado história”. Esta ideia da autora sustenta que as mulheres negras (assim como é Talíria e foi Marielle) possuem a capacidade de fomentar uma unidade política que não reproduzirá os atores revolucionários “imperializantes e totalizantes dos marxismos e feminismos anteriores”.

As atuações das deputadas Fernanda Melchionna e Talíria Petroni são exemplos de uma unidade política feminista para enfrentar de maneira eficaz as dominações de “raça”, sexualidade e “classe”, em nome da emancipação da sociedade no quesito à estas questões. Acrescida a visão da autora, inspira a pensar, na histórica construção social em torno dos corpos das mulheres. As ciberfeministas no poder político institucional, por Talíria Petroni, pelos temas de suas atuações em vídeos, permitiram analisar a realidade sob duas perspectivas: a da experiência vivida e da reflexão sobre a realidade social histórica e vigente. Neste sentido, sua atuação segue de acordo com Haraway (2000, p. 46)

“A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista”.

Sob estas perspectivas, as performances políticas do ciberfeminismo vinculado ao poder político institucional das deputadas analisadas por esta tese, e entre outras atuações políticas ciberfeministas no poder, desempenham um circuito integrado de mulheres vinculando a ciência, a tecnologia e a política. De modo a reativar a ideia de Latour (1984) no que diz respeito as renovações das fontes de poder, de análise e ação política, originando os rearranjos, que ligam as dinâmicas de raça, classe e gênero. Isso marca a relevância dos ciberfeminismos-socialistas em busca da eficácia de uma política progressista, em nome das mulheres subjugadas pelo sistema capitalista de mercado e pelas marcas históricas colonialismo. Estas marcas coloniais atuam no poder político brasileiro correlacionadas ao império do patriarcado hétero-normativo, conforme esta tese já expôs anteriormente.

4.2.3) O Mandato (Ciber) Feminista de Sâmia Bonfim

As análises preliminares desta pesquisa foram desempenhadas nos vídeos das deputadas Marielle e Sâmia Bonfim, quando vereadoras. Ellas eram observadas como símbolos do que esta pesquisa identificou como ciberfeministas no poder político institucional. No ano seguinte à Primavera Feminista, a então vereadora Sâmia Bonfim foi a mais nova vereadora eleita em São Paulo, o que viria a significar a oxigenação da política comumente composta por homens maduros e com heranças políticas, ou apadrinhamentos, viabilizando os seus poderes.

A pesquisa inicialmente, acompanhou na página do Facebook da deputada federal, Sâmia Bonfim em aproximadamente quinhentos e quarenta vídeos gravados ao vivo, entre trinta segundos e trinta minutos em média, no tempo de exibição. Os vídeos, enquanto vereadora, ainda ficam gravados em sua página no Facebook, e ainda é possível acessá-los para assistir a Sâmia explicando didaticamente, as pautas que repercutem sobre a violência da polícia militar na greve de professores, a manifestação sobre o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, a violência na desocupação de assentamentos urbanos, o aumento do salário dos vereadores, a favor do grafite como arte de rua e atuando nas manifestações do MTST Movimento dos Trabalhadores sem Teto. Explicou em seus posts, sobre a abertura de um CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os altos índices de feminicídio, estupros e assédio em transportes públicos sofridos pelas mulheres na cidade de São Paulo. Denunciou na câmara dos vereadores, o projeto de censura aos

professores da “Escola sem Partido”, liderado pelo vereador Fernando Holliday do partido Democratas, demonstrando como esta ideologia vai atuando nas escolas do município de São Paulo. Se manifesta contra o golpe sofrido por Dilma Rousseff, e a defesa dela, apesar de ter críticas, quanto a política desempenhada pelo Partido do Trabalhadores no poder.

É em seus vídeos, onde se posicionou a favor da legalização do aborto, fez depoimento a favor da causa LGBTTI e denunciou o projeto de “ração humana” do então prefeito de São Paulo, Joao Dória. Esta ação política da prefeitura da São Paulo, pelo prefeito a população pobre, oferecia aos menos privilegiados economicamente, um alimento composto com sobras de legumes de verduras de uma empresa chamada Sinergia. Em um de seus vídeos, Sâmia gravou a sua organização de um banquete público, com chefs de cozinha no centro da cidade. Seu intuito com esta intervenção, era a defesa de uma alimentação orgânica e saudável para todos.

Há o vídeo em que Sâmia se engaja na marcha em homenagem a Marielle, e outro em que se manifesta contra a violência policial e o genocídio da população negra em São Paulo. É por meio deste recurso, que a então vereadora apresentava suas propostas como deputada federal e encabeçava a marcha “Ele Não”, manifestação que ocorreu em todo país, e pode ser enquadrada, no que esta pesquisa de doutoramento enxergou como Multidão Ciborgue, contra o posicionamento preconceituoso à diversidade de gênero e aos machismos explícitos nas ideias do então candidato a presidência do Brasil Jair Bolsonaro. A deputada federal, gravou e publicou sua explanação sobre, como funciona a rede de *fake news* tão utilizada na campanha do presidente eleito.

Analisar a produção de vídeos da vereadora Sâmia, remeteu a pensar que tecnologia de comunicação online, como propulsora do ciberfeminismo na política institucional, levando ao que Haraway (2009, p. 39, 40) denotou como possibilidade de reconceptualização dos códigos que engajam o jogo da leitura e da escrita de mundo. Estes códigos que podem reescrever o mundo, são denotados pela presente tese, pelas performances políticas ciberfeministas via das mídias sociais. As palavras da deputada Sâmia em seus vídeos foram capazes de contar sobre os avanços e os percalços da política ciberfeminista se desenvolvendo e ocupando espaços de poder.

O fato da então vereadora frequentar durante sua campanha como deputada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição, a qual, está vinculada a esta presente tese, um primeiro contato ocorreu por um acaso, nos corredores da universidade. Através da proximidade entre interlocutores em comum, foi aberta a viabilidade para agendar uma entrevista com a deputada. Contato feito, a deputada gentilmente concedeu a entrevista, no dia vinte de maio de dois mil e dezenove, na Casa das Mulheres, no tradicional bairro da Barra Funda em São Paulo, espaço que tem como objetivo, formar uma rede de apoio aberta para atividades lúdicas e políticas com debates e reuniões feministas.

A entrevista se inicia abordando o fato que diferentemente da Página de Talíria e da página de Marielle no Facebook, as quais foram bombardeadas de notícias falsas, a página de Sâmia Bonfim, se mantinha e se mantém limpa das mensagens desrespeitosas. Conforme a própria Sâmia explicou, ela não recebe mensagens preocupantes e hostilidades ameaçadoras, mas mesmo assim, há um trabalho de limpeza das caixas de comentários desempenhada por sua equipe. Tal fato, embora contornado por Sâmia mas evidente, no caso das reações ao ciberfeminismo das mulheres negras no poder político institucional analisadas por esta pesquisa, demonstrou que, assim como as tecnologias de comunicação online apontaram como esperança para democratização das instituições, também se deve á elas, a disseminação de condutas racistas, machistas, e às vezes, ameaçadoras. Este fato, trouxe à reflexão do Facebook como um espaço de opiniões políticas abertas, que servem como parâmetro da noção de democracia pelo comportamento ou performances sócio-políticas em rede online.

Sâmia Bonfim venceu as eleições municipais para vereadora em dois mil e dezesseis, acumulando doze mil quatrocentos e sessenta e quatro mil votos. Nas eleições federais, como deputada federal do ano de dois mil e dezoito, acumulou duzentos quarenta e nove mil e oitocentos oitenta e sete votos. Um crescimento considerável, que se efetivou pelas redes sociais, segundo as palavras da própria deputada, em entrevista à esta presente tese. Já que seu tempo na propaganda política da televisão era de apenas segundos.

Segundo a deputada federal, o contato com o feminismo veio durante o ano de dois mil e quatorze, dois mil e quinze, no auge das campanhas feministas via hashtags, vinculando as redes

com as manifestações. A partir disso, como militante estudantil a deputada se engajava politicamente e por sugestão do coletivo do partido PSOL se candidatou para vereadora. A sua campanha, via redes sociais, buscava a construção do feminismo e tendia a extrapolar as mídias sociais, de modo a ser discutida nas escolas e nos lares de seus possíveis eleitores. Sem recursos para a campanha, ela alegou que batia de porta em porta dos professores da Universidade de São Paulo (ela é formada em Letras pela USP), e acabou sendo eleita para vereadora em última posição. A deputada explica que para a sua eleição como deputada federal, houve mais estrutura de campanha, isso pela rede articulada que desenvolveu enquanto vereadora. No entanto, empregou cotidianamente em sua campanha, o diálogo face a face com os eleitores que não a conheciam. Sâmia concordou que seu mandato é calcado em pautas feministas como no combate à violência obstétrica, legalização do aborto, na postura antissistema, e em eventos feministas, a exemplo, da marcha “Ele Não”. Em diálogos com eleitores e seguidores nas ruas e nas redes, ela contou que debater a questão do aborto era o que costumava gerar mais polêmica. Não obstante a isso, ela alegou que o feminismo ainda é recriminado por setores de mulheres trabalhadoras e mães, que vão contra o aborto; e bastante discriminado entre as evangélicas. Porém, segundo ela, após o debate, e mediante a identificação de casos próximos de mulheres que morreram após a prática do aborto clandestino, mesmo as evangélicas, flexibilizaram suas opiniões.

Outra questão que deputada Sâmia relatou ter gerado polêmica entre seus seguidores e eleitores foi estar relacionada ao Partido Socialismo e Liberdade. O socialismo, mesmo como uma proposta distante do que se foi o comunismo soviético, é comumente recriminado pelo senso comum. E, em convergência à ficção ciborgue de Haraway (2009, p. 40), a deputada também pode ser considerada como uma filha “ilegítima do capitalismo patriarcal”, sistema totalizador que potencializa o campo das diferenças de classe e gênero; assim como pode ser vista como uma filha ilegítima “do socialismo de estado”, e berço ideológico de um sistema militarizado e altamente reacionário em pautas progressistas, principalmente, quando se relacionam às diversidades de gênero. Ainda segundo a autora pontuou, “filhos ilegítimos” são frequentemente “infiéis às suas origens”, possuindo uma “inclinação natural por uma política de frente unida”, que na performance da atuação política de Sâmia, se deu na expectativa de uma sociedade mais igualitária através das lutas das mulheres e das minorias sociais de gênero. Ser filiada ao partido Socialismo e Liberdade, conforme ela expôs nesta entrevista tem entraves, como abertura de espaço nas mídias tradicionais:

rádio, jornal e televisão, no entanto, ela diz que não precisou destas, para ser eleita e sua relação com as redes sociais e as ruas ainda flui muito bem.

No quesito redes sociais e ataques de ódio, ela contou que possui uma equipe que se encarrega de fazer uma limpeza nos conteúdos que contém hostilidades, neste aspecto disse que bloqueiam um conteúdo muito bárbaro, mas que isso não é maioria. Sua equipe já diagnosticou estratégias organizadas para atacar a sua página a cada quarenta e oito horas, e depois param. Consciente de que são estratégias de “robôs”, procura nem ler o conteúdo, mas intervém, especificamente, quando sente que aquilo pode vir a dar problema, como no caso da mentira que espalharam em respeito ela estar citada na “Operação Lava a Jato”, acusando-a de corrupção numa época em que ela estava com dezessete anos e na graduação em Letras na Universidade de São Paulo. Em casos como este, ela se propõe a explicar que a notícia não compete à realidade. A deputada Sâmia, no ciberfeminismo do poder político institucional continua a atuar no que chamei aqui, na “multidão ciborgue”, estando presente nas principais manifestações de oposição ao “fascismo tropical”, terminologia usada pelas mídias internacionais, em especial, as europeias para referenciar o atual governo brasileiro. Embora enquadrada na conceptualização contemporânea do ciberfeminismos na política, ela não abre mão da rua para atuar politicamente, e neste campo, considera o apoio da grande maioria, diferentemente das redes, onde há muito mais abertura para hostilidades. Ou seja, no campo digital, a deputada declarou que sente muito mais o ódio, e neste quesito ela sente uma diferença discrepante.

Neste sentido, o que a presente tese havia tinha pensado em relação ao Facebook como um mecanismo de comunicação emancipador para as mulheres pela disseminação do ciberfeminismo, se levantou também, o entendimento sobre as redes sociais servirem também com um campo de ameaça, censura e controle. Mesmo que deputada federal Sâmia Bonfim não haja sofrido o mesmo nível das ameaças que a deputada federal Talíria Petrone sofreu nas redes. Neste aspecto, Sâmia lembrou nesta entrevista, que o partido toma iniciativa de proteção das vidas das representantes políticas ameaçadas, e lembrou que a deputada Talíria andava com escolta, enquanto o Rodrigo Maia não libera a polícia federal, por isso, o partido responsabilizou seu comitê para acolher as denúncias e encaminha-las aos órgãos competentes. Desse modo, ela prefere andar com seguranças, pois já recebeu e-mails ameaçadores que foram investigados e diagnosticados como

fake news. Não obstante, neste ambiente de admiradores e odiadores, ela considera as críticas do eleitor, e às vezes protocola ou faz um vídeo sobre as pautas em questões levantadas com seus seguidores. O canal de vídeo é um recurso bastante útil a ela, que em conjunto com sua equipe, são aptos para saber o que são *haters* e o que são críticas verdadeiras. Para comprovar estas diferenciações, acessam o perfil dos que estão “tumultuando” a caixa de diálogo da página. Mas, quando dizem: “Eu votei em você e não gostei!”. Ela e sua equipe se comprometem de explicar e ajustar. Confessou que as vezes, ela e sua equipe a qual trabalham juntas, desde dois mil e dezesseis com redes sociais, não dão conta da demanda de mensagens dependendo da época, mas que considera todas possíveis, já que elas servem para balizar seu mandato.

Sobre os feminismos, falou que foram incorporados pelas mídias de massas e hoje constata que há mulheres de partidos conservadores e até a igreja defendendo as pautas das mulheres, mas não se apresentam como feministas. E, como o capitalismo incorporou os feminismos, Sâmia Bonfim diz que agora ele é muito mais fácil de ser falado. As pautas que relacionam os feminismos na luta contra a violência de gênero, no que diz respeito a usar maquiagens e vestirem o que quiserem sem risco de discriminação são bem atuantes em sua reflexão, principalmente entre o feminismo liberal, que também consagra as mulheres em posição de chefes e com grande influência no mercado. Porém, segundo ela, os feminismos devem se apegar nas pautas que envolvem por exemplo, a necessidade de creches, precisaria incorporar a pauta do assédio em transporte público, e o avanço da compreensão de outra estrutura de sociedade, que não só empoderamento, pois para ela, e para esta presente tese, o empoderamento individual não se basta em si. É muito importante, segundo destacou, elevar o papel da mulher na contensão da extrema direita, como resistência a este desmonte e fortalecer mulheres feministas para encarar o debate.

Quando perguntada sobre seu eleitorado, a deputada afirmou que oitenta por cento dele vieram de mulheres, filhas e esposas que votaram e incentivam o pai ou o marido a votar. E falou em tom de indignação, que segundo o “Mapa do Eleitorado”, eleitores que votaram no Lula votaram agora em Bolsonaro, e continua, ao dizer que isso provavelmente, é parte de muitos recursos vindo de fora do Brasil para um projeto de mundo ultraconservador como já acontece na Turquia e Hungria por exemplo. Por isso, que vem ocorrendo toda a instrumentalização do ódio e

das notícias falsas nas redes. Onde, devido a uma decepção generalizada com a política brasileira, se cometeu um equívoco em achar que o presidente Bolsonaro seria antissistêmico.

Sâmia Bonfim prosseguiu a entrevista, dizendo que, as pessoas conheceram a internet pelo ponto de vista político em dois mil e treze, com o Movimento Passe Livre. E quem inaugurou as manifestações foi a esquerda. Na medida que este movimento se ampliou e virou milhões, os espaços das ruas para manifestações foram disputados, inclusive pela televisão que convocava e divulgava as manifestações como um chamamento para atuação da direita, dando origem aos movimentos com “Vem pra Rua” entre outros que se apropriaram do mote da esquerda.

Para ela, cabe lembrar que esta última eleição, foi a eleição da internet com os youtubers, e que, por outro lado, esta consagração de *likes* não se sustenta, e tem seus limites, principalmente, quando despreza as relações cara a cara, pois não há resposta material entre pessoas. Por isso, alega que nada substitui o trabalho “pé no chão”.

Quando questionada sobre a possibilidade de notícias falsas debilitarem os feminismos, ela discorda, e diz que o que conseguiram foi organizar mulheres antifeministas, e regatar os temas contestados pelos feminismos como relações tradicionais de família e casamento, temas tão aclamados pelas mulheres do Partido PSL (Partido Social Liberal). Não obstante a isso, o feminismo o foi vitorioso, principalmente quando meninas jovens se auto identificam “super feministas” e acusam os meninos de machistas colocando-os “em seus lugares”, virando “as rainhas das problematizações” que não retrocedem, diferente da época em que “éramos meninas”, pois em nosso caso, “éramos bem mais ingênuas”. Este avanço para Sâmia, não tem como voltar para traz.

Ela tem dúvidas, se os feminismos podem derrubar governos machistas e patriarcais, mas é consciente da capacidade dos feminismos, de desestabilizar os governos e mudar a política. No contexto que esta presente tese reconheceu como ciberfeminismos transnacionais na política, a deputada, lembrou que há outras vozes feministas na política institucional ao redor do mundo, como a Alessandria Orcade Cortez, congressista na câmara norte americana por Nova Iorque. Cita vitória das manifestações na Hungria contra as reformas da previdência. Ela ressaltou em sua fala, que, quando aparecer “alguma coisa mais direta, o levante de mulheres está pronto”. E, assim como

Alessandria Orcade Cortez, pensa numa linha política de mulheres, que possa atuar contra os governos ultraconservadores, a partir de um manifesto feminista revisto para sair no começo do ano de dois mil e vinte. A deputada prevê a organização futura de algum encontro feminista, na região da América para uma Internacional Feminista.

A visão de Sâmia Bonfim, assim como de Fernanda Melchionna e Talíria Petroni, representa a unidade política em torno das relações de raça, classe e gênero, e acompanha o pensamento de Haraway (2009, p. 90, 93), quando faz pensar no reconhecimento das múltiplas transformações destes conceitos, como os elementos centrais da atuação socialista-ciberfeminista. Não obstante, a autora pensa nas conexões sutis para habilitar a construção coletiva teorias e políticas feministas pautadas nas experiências vividas e nas realidades sociais. São mulheres na política institucional, que não baseiam o poder, em posição privilegiada, e não sensível à opressão; incorporando as outras formas de dominações em suas causas, como potência política. Haraway (*ibidem*) cita a potência desta atuação política, por se distanciar dos feminismos tradicionais e do marxismo, os quais dependeram de uma epistemologia ocidental, partindo da pressuposição da hierarquia entre diversas opressões e “de uma posição latente de superioridade moral” de umas sobre as outras. Os marxismos, pela visão de Haraway conseguem diagnosticar bem a dominação, mas possuem dificuldade para a compreensão da “falsa consciência” e da cumplicidade deles próprios no processo de dominação. O alinhamento das deputadas ciberfeministas às questões pertinentes aos vínculos entre as experiências próprias e da realidade que as cercam, assim como a conexão que Sâmia diz sobre uma Internacional Feminista; remeteram ao que Haraway (*ibidem*) levou a pensar, como a superação das hierarquias baseadas nas estruturas dicotômicas das construções sociais de classe, raça e sexualidade, presentes ainda, nos feminismos tradicionais e no marxismo.

As deputadas, por meios de seus ciberfeminismos políticos, exercem uma crítica lúcida para fundamentar sua epistemologia política contra a manipulação de consciências falsas, óbvias em grande parte das manifestações da ultradireita com ultraconservadorismo, demasiadamente hipócrita, mas muitas vezes, presentes também nos feminismos radicais, liberais e marxistas.

A emergência destas mulheres ciberfeministas no poder político institucional, apresenta a potência para virar as regras do jogo da política hétero patriarcal, em vista de se consolidar uma política institucional plural, humana, acolhedora sobre dos direitos sociais e humanos. Elas são críticas às formas de dominação, que partem das experiências históricas dos regimes autoritários do comunismo, e da experiência vivida no neoliberalismo autoritário, vigente no momento de escrita desta tese, e vigente durante os primeiros mandatos destas ciberfeministas como deputadas, no Brasil.

Considerações Finais

A proposta norteadora do então projeto de pesquisa desta tese girava em torno da conscientização sobre a necessidade dos feminismos e da exaltação das estratégias de organização das mulheres, e outras minorias de gênero, através das redes sociais, mais especificamente o Facebook. A rede era vista como potência para conscientização sobre consolidação de seus direitos, e gerava informação contra as variadas formas de violências direcionadas às diversas categorias de mulheres na sociedade contemporânea. Isso se deu mediante às multidões ciberfeministas, que saíram às ruas em dois mil e quinze, e as diversas ações nas redes sociais em campanhas de hashtags em pró da proposta ciberfeminista. No que repercute as observações sobre as denúncias e análises das violações às mulheres e demais minorias de gênero, este movimento de esperança da ascensão social do ciberfeminismo no Facebook, foi atravessado pela reação ultraconservadora que avassalou as redes, comunicando mentiras, estigmas e difamações numa onda antifeminista, conivente aos feminicídios e as outras diversas formas de violência de gênero. A estridência destas ações ultraconservadoras fomentou uma reação violenta que marca o aumento dos casos de feminicídio, a violência doméstica e ainda garantiu as eleições de atores políticos que tendem ao fascismo, reforçando ainda mais, o papel da mulher por este seguimento como procriadora e objeto de consumo no mercado do casamento, valorizada pela juventude, beleza, religião cristã e vazio intelectual.

O processo histórico da luta das mulheres, no que repercute a instrumentalização das informações vinculas às ações políticas contra a sujeição feminina acompanha a história da modernidade. Quando Latour (1994) escreveu que “jamais fomos modernos”, e isso valeu para pensar, as circunstâncias do fundamento do Humanismo para as mulheres e outras minorias sociológicas de gênero e raça.

A luta pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foi parte da luta das mulheres, não é recente, pois pode ser vista, desde o século XVIII, onde a Revolução Francesa não incluía a mulher nas declarações dos direitos e da cidadania. Quando Olympe de Gouges (1791) lançou a Declaração dos Direitos das Mulheres Cidadãs e o Contrato Social inspirado em Rousseau (mas

em referência a noção de igualdade de gênero), coloca as mulheres para pensarem na precariedade de seus direitos, e na questão da humanidade para a revolução da filosofia humanista às mulheres, na sociedade de direitos. Em três de novembro de mil setecentos e noventa e três, quando os jacobinos guilhotinam De Gouges, acenaram para a reação da política de morte contra a luta emancipatória de direitos das mulheres, demonstrando que a necropolítica de gênero é uma questão política e histórica, que perpetua até a contemporaneidade.

Através do método de análises etnográficas online proposto por Skågeby (2011, p. 411), acompanhou-se os conteúdos especificamente feministas, observando os comentários que seguem as publicações, sem atuar ou interferir nos mesmos, apenas seguindo, coletando e analisando os dados. Não raro, em tal conjunto de dados, nas Páginas Feministas do Facebook, as expressões de ódio na não compreensão de direitos da mulheres e da alteridade de gênero vieram a convergir com o que Latour (1994) justificou como o fracasso do projeto moderno de “liberdade, igualdade e fraternidade”, fato que Olympe de Gouges já apontava na Revolução Francesa, quando se absteram da consideração das mulheres como cidadãs de direitos.

Os ciberfeminismos em redes sociais analisados, questionaram os padrões de sujeição da normatividade proveniente da “moral burguesa”, que, segundo Margareth Rago (2008, p.187) foram historicamente, muito pouco questionados. A estrutura do ocidente, pautada no começo da civilização ocidental, coligou a democracia grega com a estrutura patriarcal. Pela ideia de Aristóteles, a família derivava da casa (*oikós*) e o conjunto delas como comunidade, serviu de base para a formação da cidade (*polis*). Deste modo, as cidades eram compostas por famílias, cuja as dinastias e linhagens demonstravam uma estrutura baseada em hierarquias com poder centralizado na figura do pai. Embora a civilização grega seja o campo fértil para o patriarcado imperar historicamente no ocidente, autora do texto citado, resgata a colocação de Foucault (1985) para lembrar, que os referenciais gregos da *polis* investiam na criação de indivíduos “livres” e não submissos ou obedientes. Pois, só a temperança para eles, faria com que se autogovernassem para então, governarem os outros. A participação na *polis* não estava relacionada a supressão dos prazeres e dos impulsos desejantes, mas no privilégio da “temperança” para não serem reféns das paixões, e ao emprego do “bom uso dos prazeres”. Embora os bons usos dos prazeres fossem relacionados a um desfrute bem mais acessível aos homens que às mulheres, o exemplo da

civilização ocidental trazido pela autora, marcou o início da civilização, sem o produto dos extremismos moralistas e conservadores que marcaram, e estão marcando, a civilização moderna.

Muito antes das redes digitais, informação e organização do trabalho das mulheres pelas mulheres, formaram a essência das Revistas *Mujeres Libres*⁵⁰ (1936-1939) na Espanha, e *Mother Earth*⁵¹ (1906-1917) de Emma Goldman nos Estados Unidos. *Mujeres Libres*, como uma tecnologia de comunicação com fins organizacionais, mobilizou e engajou cerca de vinte um mil mulheres na Espanha, realizando a indução do auto gerenciamento do grupo no trabalho das ocupações das fábricas, dividindo o cuidado e educação das crianças e alfabetizando as mulheres para emancipação da hierarquia e subordinação. Desde lá, elas já eram a favor do aborto, a favor do divórcio e das relações homo-afetivas. A Revista *Mother Earth* documentou as palavras de Emma Goldman (1906) sobre o conceito de emancipação⁵². Onde, logo no primeiro volume da revista, Goldman defendia este conceito como a quebra das “barreiras para remover todos os vestígios de submissão e escravidão”, impostos às mulheres pelas normatividades burguesas. No mesmo texto, ela trata da tragédia da emancipação feminista, quando a política é apresentada, dentro da lógica do lucro no universo empresarial e industrial. Neste caso, tal lógica do lucro no universo empresarial, se alinha ao Feminismo Liberal, mantendo o ideal que nas palavras de Emma faz o “tomar, mais abençoado tomar do que dar”, assim como a maximização do lucro, num acordo onde “mãos sujas que lavam outras mãos sujas”, conforme suas ideias, lançadas neste primeiro exemplar da revista.

A trajetória histórica das lutas das mulheres e a morte de símbolos políticos que lutaram pela igualdade e pela emancipação feminina, como Olympe de Gouges, Rosa Luxemburgo e Marielle Franco (no contexto da modernidade recente), refletem que os problemas de gênero dos séculos passados ainda estão pertinentes na contemporaneidade.

Para um viés transformador da revolução feminista, cabe lembrar a poeta anarquista Lucía Sanchez Saornil (1895-1970) citada por Rago (2008, p. 187), pontuando que a revolução deveria

⁵⁰ Disponível em: <http://cgt.org.es/noticias-cgt/noticias-cgt/revista-mujeres-libres>. Acesso, 26.06.2018.

⁵¹ Disponível em http://dwardmac.pitzer.edu/AnarchiSt_Archives/goldman/ME/mev1n1.html Acesso, 26.06.2018

⁵² Idem.

ser parte de um processo interno “a começar por nós mesmos” caso contrário, colocaríamos a “perder a revolução social”, onde nosso modo de pensar burguês não irá para além de “revestir com roupas novas os velhos conceitos, conservando-os em toda sua integridade”. Saornil, a médica pediatra Amparo Poch y Gascón (1902-1968) e a advogada Mercedes Comaposada (1901-1968) foram as que lançaram em mil novecentos e trinta e seis, a organização Mujeres Libres na Espanha. Segundo Rago, todas elas eram militantes de orientação anarquista, da Confederação Nacional do Trabalho – CNT. A proposta da organização, tinha como meta a luta pela “emancipação das mulheres espanholas, contra a ignorância, a opressão do Estado, da Igreja”, e muitas vezes, “contra opressão que vinha de suas próprias famílias”. Estas referências históricas, serviram para exemplificar esta organização de mulheres, que durante três anos, revolucionaram socialmente pela comunicação e capacidade de autogestão feminina, contra o fascismo e o exército do general Franco na Espanha. Os trabalhos coletivos da fábrica, dos cuidados das crianças, a desapropriação das terras, a abolição do dinheiro, a alfabetização das mulheres, e os concelhos para gerir a vida econômica e social, são exemplos que Rago (*ibid.*, p. 193), pontuou como produto da capacidade organizacional comunitária destas mulheres até a ditadura franquista.

Esse período, demonstra a histórica capacidade de autogestão das mulheres para uma sociedade que privilegia o bem comum, e a emancipação sobre a submissão; exemplificando também, como as forças do Estado e da estrutura patriarcal ativam a política para aniquilar a potência subjetividade feminina que se constrói pela coletividade, bem como, os momentos da história onde a força do Estado é usado contra uma democracia em termos de gênero e raça.

Para atualizar a luta das mulheres, a Páginas do Facebook, Geledés, Feminismo sem Demagogia e Transfeminismo foram consideradas significativas e relevantes por se aproximarem da apropriação das mídias digitais, para dar voz às lutas das mulheres pelos problemas de raça, classe e gênero em publicações no Facebook. Por estas comunidades, notou-se a necropolítica na condição feminina, principalmente quando trouxeram dados sobre a morte das mulheres, o aumento do assassinato de mulheres negras, travestis e transexuais. Ou mesmo, quando a vida de mães de jovens de periferias se acabou por perderem seus filhos pela política de segurança pública do Estado, e as mulheres de baixa renda, que morrem em abortos clandestinos. A influência da

hostilidade do Estado na vida das mulheres permite pensar que nada disso irá mudar, enquanto o Estado não for laico e aliado dos direitos das mulheres de baixa renda.

E, diante das atuais crises das democracias operando de modo intenso no Brasil e outros países da América Latina, a violência endêmica do Estado e de facções criminosas em certos territórios, entre outras formas de violações de gênero, tornam evidente, o distanciamento dos preceitos democraticamente ativos para todos. Deste modo, fica nítido o crescimento das atuais crises das democracias do mundo, mesmo com as tecnologias de comunicação se desenvolvendo como nunca. No que se refere ao sentido de democracia sócio-comportamental, pela relação social/digital ativa nos comentários, se fez possível, mapear a desumanidade e a defesa da força e da violência, como estratégia política, defendida por parte dos usuários que pregam políticas de direitas ultra-radicais por mensagens em redes. A ótica de Latour (*ibidem*) inspirou verificar, ainda no conjunto de dados digitais brutos, que os setores radicais da sociedade em redes sociais elegem os (que para eles) “não tem valor humano” e os que são “quase objetos”. O ódio e desprezo às mulheres injustiçadas, exploradas, inadequadas aos padrões tradicionais do patriarcado hétero-normativos, “invisíveis e impensadas”, faz certos setores da sociedade discriminar o que é digno de valor de humanidade, elegendo a distinção entre os reconhecidos como humanos, e sujeitos de direitos ativos na construção da história, e os que não devem ter direitos (às vezes nem de existência) neste tipos de concepções. Em expressões de forte carga de violência objetiva e/ou subjetiva, as caixas de comentários analisadas no Facebook foram capazes de demonstrar, algumas das ideias que sustentam a seleção dos que não merecem existir e/ou, os que merecem existir tampouco brilhar.

Na distância dos ideais da modernidade, cabe lembrar as raízes históricas que predeterminaram a nossa geopolítica, fundaram as instâncias das relações sob o controle do trabalho, nas questões de gênero e raça – as quais seguiram naturalizando e impulsionando as injustiças de gênero e classes - ordenando historicamente as relações humanas. Tais instâncias se demonstram impregnadas pelo que Quijano (2010, p. 118, 124) chamou de “colonidade do poder” na América Latina. O que resultou “em novas identidades geoculturais” influentes culturalmente nos avatares digitais, onde intrinsicamente estão relacionadas às “novas relações intersubjetivas de

dominação”. Não à toa, conforme relatório da ONU (2017) que a tese apresentou, América Latina e Caribe são as regiões mais perigosas para a mulher.

Quijano (*ibidem*) ainda destaca, que o controle das instâncias de classe, raça e gênero, segue manipulando normalmente, a fim de continuar mantendo, acentuando e aprofundando os valores fundados nas matrizes coloniais do poder. Fazendo imperar a “hipocrisia subjacente” do ideal formal da família e gênero sob os valores “burgueses/cristãos”. De maneira a agir, na naturalização das categorizações, que se ordenam pelas relações de poder se sobrepondo pela imposição das dicotomias entre os “vencedores/dominadores”.

Nesta reflexão, sobre as pautas feministas e os comentários hostis às tais pautas no Facebook, se pôde analisar, pela inspiração na Antropologia de Geertz (2001, p. 191-201), reconhecendo as fundamentações filosóficas, sociológicas, históricas e políticas no contexto da cultura social/digital, do que aqui, foi apresentado para compor, a ontologia política do ciberfeminismo. O que torna indispensável à etnografia online, considerar as reflexões gerais da política, a partir das histórias que perpetuam a relação de “poder, obrigação e justiça”.

Pela perspectiva ciberfeminista iluminada em telas – se demonstrou que, no Brasil, realmente não se atingiu o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade de modernidade, para fazer jus à Latour (1994) como já dito anteriormente. Assim, para além do epicentro das relações sociais-digitais, relacionadas ao que Quijano chamou colonidade do poder, esta tese retomou também a questão epistemológica sob diferenciados espectros, a refletir as relações de poder, no campo do Facebook, pelas performances sócio-comportamentais online, que reproduzem matrizes de valores oriundas da colonização na América Latina.

Na etnografia empregada às análises das ciberfeministas em mídias sociais, considerou-se as redes sociais, como portal de coleção de dados etnográficos, seguindo assim, o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss (1999) no que corresponderia à ação do etnógrafo estar focada na observação e classificação do fenômenos sociais estudados, estimulando diferentes olhares para análise dos dados coletados. Desdobrada a dimensão contemporânea, tais dados disponibilizaram-se de maneira constantemente de modo espontâneo no ambiente online.

Isso colocou a pensar que, na adaptação do método antropológico para observação dos problemas sócio-políticos enquadrados sob o ponto de vista de Geertz (2000, p. 192), os elementos estimulantes da pesquisa foram provenientes do que ele chamou de “aflição e do desejo” de compreensão dos jogos de poder. Por isso, a Etnografia em plataformas de mídias sociais para uma epistemologia feminista, não teve como ser um instrumento de pesquisa que partiu do princípio da neutralidade. Pois, não seria ético, deixar de considerar o desenvolvimento da tese pelo eixo do problema social e político, dado sobre a questão do problema de gênero para a construção da base metodológica ou reflexão epistemológica.

Na participação oculta nas páginas feministas e de suas representantes no poder político institucional, efetivou-se a análise de vídeos, a interpretação dos teores dos comentários e das imagens reafirmando processos de construção do conhecimento em mídias sociais para inteirar-se sobre a representação do outro, e de mim mesma, como mulher feminista e pesquisadora, o que, sob a perspectiva deste trabalho, exigiu a adaptação das epistemologias e a combinação de práticas empíricas e teóricas. No conjunto de interdisciplinaridade para o tratamento ontológico do fenômeno do ciberfeminismo no Facebook, e os impactos sociais que derivam suas pautas e seus eventos, se verificou que os diferentes espectros político-culturais em mídias digitais são guiados por diferentes valores sociais colocados em batalha.

Nesta tese, tratou-se como ciberfeminismo, expressões feministas interseccionais que correlacionam as dimensões da diversidade de gênero, classe e raça mediados pelas tecnologias de comunicação online. A relevância desta terminologia criada nos anos noventa, foi empregada para se afastar, do que Haraway (2000, p. 50) entendeu criticamente como a taxomia dos feminismos como tendências políticas. Isso porque, a luta ideológica entre as categorias feministas, “principalmente do feminismo radical, do feminismo liberal e do feminismo socialista-feminista”, leva a entender os feminismos como “incorporados ou marginalizados”, deixando claro sua construção ontológica e epistemológica, para policiar as posições que se dão da experiência essencialista das mulheres. O ciberfeminismo aberto às diversas concepções de gênero, e contra a dualidade referida ao sexo biológico (que na própria biologia não se sustenta, quando entre as categorias sexuais, ainda se engloba os intersexuais, por exemplo) remete ao capítulo apresentado

por esta presente tese, sobre a arte ciberfeminista dos anos noventa e a performance artística de Triz Rutzats, explodindo as categorias dicotômicas de gênero.

O contexto ciberfeminista elaborado por esta tese, ainda reconhece como sua pauta, o feminismo antirracista, que por esta presente pesquisa, esteve presente na história política de Marielle Franco e Talíria Petroni. Sobre a questão da raça, sexualidade e feminismo, Haraway (*ibid.*, p. 51) pontuou que a política envolve, a questão da raça e da sexualidade cria uma cultura, de movimentos fomentados politicamente, de modo a emergir, “os rituais da poesia, da música e de certas formas de prática acadêmica” em dinâmicas que transcendem a realidade de violência e opressão estruturadas nas relações de raça e gênero. Isso ficou evidente nas performances do coletivo feminista chileno *Las Tesis*.

As concepções das pesquisas pós-colonialistas, já apontaram os entrelaçamentos entre as questões de gênero, raça e classes perpetuando nas sociedades contemporâneas, mesmo com as mais avançadas transformações tecnológicas. Nesta esfera, esta presente tese se propôs a demonstrar esta dimensão, a partir da Etnografia Online para as análises sócio-comportamentais no ambiente social/digital do Facebook. E pôde verificar, que as ações ciberfeministas de reivindicação de equidade de gênero, ações online para denúncias e informações, geram impacto na sociedade e no poder de reflexão das mulheres, seja por empatia ou pela compatibilidade das experiências vividas. Mas por outro lado, sofrem com o revés das *fake news* da desqualificação das lutas feministas, na defesa do silenciamento sobre as agressões e opressões em nome da manutenção da família. E na falta de políticas públicas que assegurem a vida das mulheres, e a integridade física, emocional e financeira delas (nossas) e de seus (nossos) filhos. Emergencial também na proteção contra a violência em ambientes de intimidade, que envolve violações por pessoas próximas. Fato que, acende a vulnerabilidade das mulheres no micro e no macrocosmo das relações de poder.

As ações redes e ruas dos ciberfeminismos, foram importantes para fomentar a reflexão da sociedade de modo geral, mas cabe apontar que no período de finalização deste presente estudo, estas ações estejam bem mais adormecidas. Contexto contrário do início da pesquisa, onde em dois mil e quinze as campanhas e marchas ciberfeministas eclodiam nas redes e nas ruas. Porém,

atualmente, não são menos necessárias, na medida em que as forças ultraconservadoras respaldadas em ódio, e sem limite entre maldade e ignorância atingem as entrâncias do alto poder da política institucional brasileira, direcionando a política e o poder com indiferença para o acirramento das estruturas da violência sobre as mulheres.

Mesmo assim, os acontecimentos ciberfeministas do início da pesquisa levaram ao poder político institucional, representantes feministas contrapondo a corrente ultraconservadora no poder, as quais, ultrapassam estas atrizes sociais e políticas que esta presente pesquisa menciona. O mandato coletivo da Bancada Ativista do PSOL em São Paulo, pode ser um exemplo desta corrente ciberfeminista no poder legislativo, que se estende no enquadramento desta tese. A Página da Bancada Ativista no Facebook (68.729 curtidas) apresenta a proposta pluripartidária da Bancada, a qual, se compõe na maioria, as mulheres militantes. Entre a Bancada, se apresentam Anne Rami, ativista das causas da infância e maternidade; Chirley Pankará, militante do movimento indígena, especialista em Educação e doutoranda em Antropologia Social; Cláudia Visoni, jornalista e ambientalista; Erika Hilton mulher trans e negra, luta pelas causas do feminismo trans e anti racista; Fernando Ferrari do Movimento Cultural das Periferias, Jesus Santos militante dos movimentos de comunicação popular; Paula Aparecida, feminista e vegana, é professora da rede pública de ensino e defensora dos direitos humanos e dos animais; Mônica Seixas, feminista negra e ativista da causa ambiental e Raquel Marques, ativista em favor do parto de qualidade e Doutora em Saúde Coletiva. Há também, pelo mesmo partido, o mandato individual da Deputada Estadual Erica Malunguinho, mulher trans que em sua Página no Facebook, aponta como força tarefa dos dispositivos do Estado, a erradicação do racismo, machismo, lgbtfobia, a pobreza e outras desigualdades estruturais.

Analisar o Facebook pelo instrumento da Etnografia em campo digital, para observar a política ciberfeminista se convergiu ao que Haraway (2000, p. 39) pensou antes mesmo do fenômeno das redes sociais online. Quando para ela, o feminismo ciborgue (inspirador dos ciberfeminismos) não se tratava mais de estruturar-se na polaridade de gênero, e entre o público e o privado. Segundo sua visão, a *polis* tecnológica, teria efeito na transformação das relações sociais da intimidade doméstica, o que fomentaria a quebra das hierarquias na unidade do *oikos*.

Mediante o aumento dos feminismos no campo das redes sociais digitais, o projeto inicial, se comprometeu em refletir sobre a contestação e quebra das dominações e das hierarquias das estruturas patriarcais, refletidas nos valores da família tradicional, do ultraconservadorismo das instituições políticas, e do Estado héteropatriarcal de modo geral.

O otimismo da hipótese se distancia no decorrer da escrita da tese, quando o contato com os dados sobre a violência contra a mulher no Brasil e demais países da América Latina aumentam. Segundo a Plataforma EVA (Evidências sobre Violências e Alternativas para Mulheres e Meninas) do Instituto Igarape⁵³, o Brasil teve 1,23 milhão de mulheres que reportaram violência entre dois mil e dez e dois mil e dezessete. Na Colômbia, setenta e um por cento das vítimas de violência sexual, tem menos que quatorze anos, segundo dados de dois mil e dezoito; no México, em dois mil e dezoito, constatou-se que oitenta por cento de todas as formas de violência contra as mulheres foram cometidas por seus companheiros. Ainda segundo o levantamento do Instituto, no Brasil, em dois mil e dezoito, aproximadamente, quarenta e sete por cento das vítimas de feminicídio, estavam entre quarenta e cinco e sessenta e cinco anos. Entre dois mil e quinze e dois mil e dezoito, dezessete mil mulheres foram mortas no Brasil, o que faz o país liderar o número de feminicídios na América Latina. E quanto aos assassinatos de bissexuais, trans, gays, lésbicas e intersex, entre dois mil e quatorze e dois mil e dezenove, foram cerca de mil e quinhentas mortes no país.

Assim, perante os dados do ciberfeminismo, foi possível verificar que os feminismos dialogam com meninas e mulheres, e seguem ao que Haraway (2000) inspira a pensar na potência das fissuras, para enfraquecer as estruturas do patriarcado. Isso torna evidente a ascensão do ciberfeminismo na política institucional pelas vereadoras e deputadas do PSOL seja um marco histórico dos feminismos na política; por outro lado, o movimento ultraconservador joga com todas as suas forças no Facebook e em outras redes, por meio de publicações pautadas em mentiras, deboche e memes contra os feminismos; na produção de conteúdos entre as opiniões racistas, sexistas e homofóbicas. O que demonstrou a falência dos valores consagram a ética e da democracia, imperando em grande parte das atuações sócio-comportamentais, em rede online e offline.

⁵³ Disponível em www.igarape.org.br. Acesso. 03. Dez. 2019

O fluxo das informações dos ciberfeminismos elucida, inspira, fomenta transformações e atinge instâncias do poder, mas ainda é frágil demais para desabar as estruturas, não por só por insuficiência, mas pela revanche da violência sócio-comportamental da atuação digital e pela ocupação de grandes espaços de poder, por ideais ultraconservadores fundamentados em matrizes religiosas fundamentalistas. Neste contexto, o dualismo, a noção dicotômica, a competição, a guerra e o poder são valores fomentados pela política institucional e intimamente ligados aos referenciais de pensamento patriarcal do – homem imagem e semelhança de deus.

Quando estas matrizes religiosas ultraconservadoras defendem o marido como reflexo de deus, estimulam a sujeição das esposas aos parceiros, apontando os feminismos como o “demônio”, demonizando dessa forma, o conhecimento que contrapõe o poder e a violência do marido; neste caso, o que abala o obscurantismo das matrizes reacionárias do cristianismo, é considerado maldito. O delírio que parte da interiorização desta ideia impede o debate e a racionalidade contra a violência de gênero, dificultando a reflexão sobre as alternativas de prevenção. Pois, a submissão ao marido como reflexo de deus, legitima plenos poderes de vida e de morte a ela, colocando em detrimento a sua própria autonomia física e intelectual, em nome de um suposto poder superior. E na posição de deus, o marido se sente legitimado a não se comprometer em se auto questionar, e, auto analisar sobre o peso de suas ações. A falta de capacidade de códigos que capacitam a leitura da realidade, acrescida a sensação de poder, não sabe lidar com as frustrações tão comuns na instabilidade da vida contemporânea. Dentro desta ideia, se vulnerabiliza a mulher à diversas formas violências físicas, psicológicas e patrimoniais instigadas e legitimadas pelo que Arendt (1995) e Benjamin (2013) chamaram de “delírio”. Esta palavra é reapropriada aqui, para refletir a base do patriarcado associando o homem como reflexo de deus.

Como rachaduras nas estruturas do patriarcado, a arte, a informação ciberfeminista e algumas produções acadêmicas nesta esfera, vão de acordo ao que Haraway (*ibidem*) inspirou a pensar em termos do ciborgue para conscientização das violências de contra as mulheres e outras minorias sociológicas de gênero. O uso do Facebook para divulgação das Páginas Feministas e as campanhas via redes nas ruas por #hashtag# acompanharam o otimismo de início da tese quando via a apropriação das redes, como reivindicação de uma outra política e uma outra sociedade. Da

metade da pesquisa em diante, se percebeu a demonização dos feminismos e toda articulação via redes sociais de *fake news*, com objetivo de depreciar as causas feministas. A intensidade e a violência como revés à articulação feminista no Facebook, demonstraram que o advento das redes sociais online pôde colaborar e ativar o ciberfeminismo, mas o movimento ainda não encontrou a capacidade de transformar a base patriarcal da sociedade, a qual foi por outro lado, é intensificada pelo elo da violência, da brutalidade e das difamações direcionadas ao extermínio dos pensam diferentes, e de maneira progressista nas redes digitais e fora delas.

A apropriação das redes de tecnologia pelas mulheres feministas, não como usuárias das mídias online, mas como programadoras de sistemas, seria o ideal - essencial dos ciberfeminismos originais da base ciborgue de Haraway, esta real apropriação da tecnologia inspiraria a programação de um outro sistema. No entanto, no Brasil, segundo o levantamento do último PISA (2019) quase nenhuma menina brasileira desejava fazer carreira na tecnologia.

Para finalizar, cabe lembrar da frase: “Eu não uso mais o Facebook, pois virou rede de tizão bolsonarista!” Enquanto finalizava estes últimos parágrafos da tese, ouvi esta frase vinda do apartamento dos vizinhos de baixo no prédio em que moro. Esta exclamação foi feita em uma reunião de jovens nascidos em meados da virada do milênio, e concordada por todos lá reunidos, o que demonstra a decadência da rede para as novas gerações. Bem como, a ocupação da mesma, por correntes ultradireitistas aliadas pelas técnicas de robôs sustentando o alto índice de apoio as barbáries por respostas em formatos de memes. Em meio disso, se permitiu pensar sobre o desencanto dos movimentos sociais ciberfeministas com o Facebook e as demais redes, avassaladas pela violência digital do ultraconservadorismo online. O que pode justificar a atual dormência das ações redes e ruas, neste momento (político) de escrita final desta tese. E a necessidade de criação e articulação para comunicação e organização por outros canais, menos poluídos e não vulneráveis às guerrilhas ideológicas dos fundamentalismos online. Os movimentos ciberfeministas devem arrumar estratégias de inspiração para voltarem às ruas no Brasil, a fim de redescobrir a força-potência da multidão ciberfeminista.

Principalmente, em um momento, em que são crescentes as medidas contra o bem estar social na atual política brasileira, onde o feminicídio e estupros aumentam; e em uma época, em

que a América Latina se posiciona contra as políticas de austeridade do Estado como no Chile, na Colômbia, e o golpe na Bolívia. Veronika Gago (2019) cientista política, professora de Universidade de Buenos Aires e ativista feminista argentina, diz que o chamado para largar as redes e nos encontrarmos fisicamente de maneira a sustentar os desencontros das ideias, que ali se produzem é parte do exercício histórico de coletividade, o qual vem se massificando como as manifestações do coletivo Ni Una a Menos e a performance das chilenas *Lastesis* - que rodou o globo num processo de transnacionalização ciberfeminista reinventando o movimento. De outro lado, toda aglomeração deverá se repensada após a pandemia do COVID 19.

Assim, esta tese conclui que as redes como Facebook, tiveram um papel importante na massificação dos feminismos e na reinvenção do movimento feminista, delimitados aqui como o ciberfeminismo no Facebook. Porém, para as lideranças políticas ciberfeministas atingirem o poder e para que se os movimentos feministas se transnacionalizem é necessário o que Veronika Gago (*ibidem*) chama exercício histórico de coletividade para a politização e (re) conceptualização das violências do patriarcado. Estes exercícios trouxeram mudanças significativas no cotidiano das mulheres. A oxigenação dos feminismos pelas redes sociais se deu pelo ciberfeminismo no Facebook que transpassou, absorvendo os movimentos das mulheres indígenas, as causas sobre da precariedade do trabalho das mulheres e suas triplas jornadas de trabalho, as lutas das mulheres trabalhadoras na terra, das mulheres trans, das mulheres aposentadas e das travestis, delimitando desse modo, o que esta presente pesquisa chamou de ontologia política do ciberfeminismo no Facebook.

Cabe finalizar, acrescentando que o ciberfeminismo nas Páginas do Facebook e pelas representantes na política institucional fazem parte de um movimento significativo da contemporaneidade como elucidação crítica sobre a força da violência da “segurança pública”, contra o aumento do empobrecimento pela perda de direitos sociais. Esta atuação tem papel fundamental como contraposição ao ultraconservadorismo das religiões cristãs em sua cruzada catequizadora, racista e fomentadora da submissão e silenciamento da mulher, legitimados muitas vezes, pelas leituras delirantes e descontextualizadas da bíblia. O ciberfeminismo se deu e se dá por mulheres se pautando na ciência e nos usos das recentes tecnologias de comunicação para

políticas institucionais e sócio-comportamentais enquadradas questão do gênero, nas relações políticas que inter-relacionam a ética, a equidade de direitos e bem-estar social.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. Intercom´ Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Caxias do Sul, RS ´ 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20método%202.pdf. Acesso. 10. 01. 2020.

AGUIRRE, Francisco. El violador eres tu: Quiénes son el colectivo Lastesis, el canto feminista que se volvió viral. *Site La Tercera* 04. 12. 2019. Disponível em www.latercera.com/la-tercera-pm/noticia/violador-quienes-colectivo-lastesis-contra-feminista-se-convio-viral/91564/amp/? Acesso. 02.01.2020.

ARAGONES, Aina Fernádes. *La Feminització d'Internet. Ús d' estratègies femenines en la cultura hacker*; Univerdisidat Oberta de Catalunya, 2009

ARENDT, Hanna. De la historia a la acción. Traducción al castellano de Fina Birulés. In: *Understanding and Politics (The Difficulties of Understanding)*, In: *Partisan Review*, XX, 4, 1995, pp. 377-392. I.C.E./U.A.B, Barcelona.

BENJAMIN, Walter. *Magia, Técnica e Arte Política*, Trad. Sérgio Paulo Rouanet Ed. Brasiliense, São Paulo, 2014.

_____. *O Capitalismo como Religião*, Trad. Nélcio Schneider. Ed. Bointempo Editorial - São Paulo, 2013.

BERNARDES, Cristiane Brum; BANDEIRA, Cristina Leston. Information vs Engagement in parliamentary websites – a case study of Brazil and the UK. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 24, n. 59, p. 91-107, set. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

44782016000300091&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26.

03. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245905>.

BERRY, David M (2015) The computational turn: Thinking about the digital humanities, *Culture Machine Journal*, Vol.12, London. connection on 15. 06. 2018. [URL:www.culturemachine.net](http://www.culturemachine.net).

BISET, Emanuel (2011) *Ontologías Políticas – notas deudoras de la reflexión colectiva*. Editado por Imago Mandí, Buenos Aires. Disponible en revistas.unc.edu.ar/index.php/NOMBRES/article/viewFile/7640/8624. conexão en 20. 12. 2018.

BLANCHARD, Philippe. Sequence Analysis for Political Science In; *Political Methodology Committee on Concepts and Methods Working Paper Series*. Pressed By International Political Science Association, Research and Teaching in the Social Sciences, City of Mexico, 2011. Disponível em: http://www.concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PM_32_Blanchard.pdf. Acesso. 20. 01. 2109.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Org e Trad. Celso Castro. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Vol.1. Trad. Carmem C. Varialle, Gaetano Lo Mònaco, Joao Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caiscais e Renzo Dine. Ed.UNB, Brasília, 1998.

BRAIDOTTI, Rose. Un ciberfeminismo diferente In: *Mujeres en Rede – Un periódico feminista*, 1996. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1537> Acesso. 24. Set. 2019.

BUTLER, Judith, *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of identity*., Routledge, Chapman & Hall, Inc. Londres, 1990.

CANEVAGUI, Suzana e ALVES, José E. Diniz. *Mulheres chefes de família no Brasil : avanços*

e desafios. ENS-CPES, Rio de Janeiro, 2018: Disponível em:

http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso. 12. 01.2020.

CENTERA, Mar; TORRADO, Santiago; JUCÁ, Beatriz. América Latina é a Região Mais Letal para Mulheres. Jornal *El País*. Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá e São Paulo, 24.11.2018. Disponível em

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. Acesso, 15. 08. 2019.

CUMMING, Laura. Queer British Art 1861 -1967- Review. 09. 04. 2017. In: *The Guardian UK*, Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2017/apr/09/queer-art-tate-britain-review-laura-cumming>. Acesso: 01. 10 .2017.

DE LAURENTS, Tereza. *The Technology of Gender*”, Indiana University Press, Indiana, 1987.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O Anti- Édipo* Tradução: Luiz. B. L Olandi. Ed 34. São Paulo, 2011.

EVA. 2019. (Evidências sobre Violências e Alternativas para Mulheres e Meninas) *Plataforma do Instituto Igarapé*. Disponível em: eva.igarape.org.br. Acesso. 12.01.2020.

EVANS, L. Claire. *We are the future cunt in*. 2014. Disponível em:

<https://motherboard.vice.com/en_us/article/4x37gb/we-are-the-future-cunt-cyberfeminism-in-the-90s>. Acesso 05. 05. 2017.

FACCHINI, Regina; SIVORI, Horácio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. Cad. Pagu, Campinas , n. 50, e175000, 2017.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200301&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 25 Mar. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO

FEMININO. *Rev.hist.educ.latinoam.*, Tunja , v. 18, n. 26, p. 311-326, June 2016 Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382016000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 06. 09. 2019.

FERRAZ, Cláudia P. *Entre Ciborgues e Coquetes* – notas sobre a cultura ciberfeminina no Facebook. Ed. Appris, Curitiba, 2018

_____; Alves, A T P. Da Etnografia Virtual à Etnografia Online - 41º Encontro Anual ANPOCS, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file>. Acesso: 15. 01. 2020.

FLORENTINO, Karoline (2018) Representatividade das Mulheres na Política. *Site Politize*, 19. 10. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mulheres-na-politica/> Acesso 15. Nov. 2019

FORTUN M; FORTUN K e MARCUS GE. Computers in/and Anthropology: The Poetics and Politics of Digitization. *In: The Routledge companions to Digital Ethnography*. Edited by Hjorth L, Horst H, Galloway A, and Bell G. Ed. Routledge, New York, 2017

FOULCAULT, Michel. *Introdução a uma vida não fascista*: Tradução de Carmem Bello, Rio De Janeiro. Holon Editorial, 1987. *In: O Anti- Édipo* – prefácio. NY,. Extraído de: Dossiê Deleuze, organizado por Carlos Henrique de Escobar. Disponível em: <http://www.michelfoucault.com.br/files/Foucault%20Anti-edipo%20-%2022jun13.pdf> Acesso: 20. 12. 2018.

FRANCO, Marielle. 2014. UPP – A Redução da Favela a Três Letras: Uma análise política da segurança pública no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>. Acesso: 25. 09. 2019.

GAGO, Veronika. No Centro da revolta Global, o Feminismo. *In: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia*. 5. 12. 2019. Disponível em: <https://soscorpo.org-centro-darevolta-global-o-feminismo>. Acesso: 20. 12. 2019.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate> *Rev.Estud.Fem.*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200201&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 12. 08. 2019.

GOMES, Larissa Peixoto V. Elegendo mulheres – ideologia partidária, feminismo e inclusão de mulheres na política. *In: Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 7, n. 1, 2016 p.p 35-55.

GOMEZ CRUZ, Edgar Etnografia celular: uma proposta emergente de Etnografia Digital. *In: Revista Virtualis de Cultura Digital*, 2017. pp.77-98

GEERTZ, Cliford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Trad. Vera Ribeiro. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001

HARAWAY Donna. Manifesto Ciborgue. *In: Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu*, Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

_____ O humano numa paisagem pós humanista. *In: Revista de Estudos Feministas*, 1993 pp. 277 – 292 . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16064/14593>. Acesso: 12. 02. 2019

_____ Saberes Localizados: a questão da ciência para os feminismos e o privilégio da perspectiva parcial. *In: Cad. Pagú*, 1994 pp- 277-292. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso: 11. 02 .2019.

HARDT, Michel; NEGRI, Toni. *Multidão*; Tradução: Clovis Rossi Marques; Ed. Record, Rio de Janeiro, 2005.

HJORTH, Larissa e PINK Sarah (2014) New visualities and the digital wayfarer: Reconceptualizing camera phone photography. In: *Mobile Media & Communication* 2014, Vol 2(1) p p. 40–57 DOI: 10.1177/2050157913505257

HOFSTADTER, Richard. *Anti-intellectualism in American Life*, Ed. Alfred A Knopf, New York, 1996.

KACHANI, Moris. Aborto é necessidade de saúde, diz ativista e antropóloga ameaçada de morte. *Jornal Estadão*, 02. 08. 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente coletivo/aborto-e-necessidade-de-saude-diz-ativista-e-antropologa-ameacada-de-morte>> Acesso: 20.012.2019.

KOPOMAA, Timo. *The City in Your Pocket: Birth of the Mobile Information Society*. Ed Gaudeamus, Helsinki, 2000.

KAROLYNE, Audryn. Morte e Prisão – Os riscos para as mulheres que fazem aborto, *Jornal O Globo* 28. 09. 2019. Disponível em : <https://oglobo.globo.com/celina/mortor-prisao-the-risks-who-women-who-suffer-an-incomplete-abortion-23968403>. Acesso: 10. 12. 2019

KOLLONTAI, Aleksandra. Discurso às trabalhadoras da Rússia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2bQNNTToWPB8>. Acesso: 21. 15. 2019. Acesso: 12. 05.2019.

KUNZRU, Hari .Antropologia filosófica 2. Ciborgues 3. Tecnologia - Aspectos sociais 4. Teoria feminista em Haraway, Donna III. Tradução: Tadeu, Tomaz. IV. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

LANGE, Patricia G. – Complications In Interactive Video-Sharing Environments. *In: The Routledge Companion to Digital Ethnography*. Edited by Larissa Hjorth, Heather Horst, Anne Galloway, and Genevieve Bell, 2017 p.p 147-157.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos – Ensaio da Antropologia Simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Editora 34, Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Reagendando o Social – uma introdução à teoria Ator- Rede*. Tradução do Gilson Cesar de Sousa; ed. EDUSC, EDUFBA 2012. Bauru/Salvador.

LELO, Thales; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Democracia e pós-democracia no pensamento político de Jacques Rancière a partir das noções de igualdade, ética e dissenso. *Rev. Bras. Ciência Política.*, Brasília , n.

15, 2014. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000300349&lng=en&nrm=iso]. acesso 27. 03. 2019.

LIMA, Michele Pinto. 2013. As Mulheres na Ciência da Computação. *Instituto De Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300003/26498> Acesso. 11.01.2020.

LINIERS, Maria Rubio. La Imagen Virtual de la Mujer – dos estereótipos tradicionales al Ciberfeminismo. *Revista Feminismo/s*. Madri, Espanha, 2003

LOUREIRO, Maria Izabel. 1988. Rosa Luxemburgo: revolução e democracia. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731988000100008 Acesso: 14. 12. 2019.

MOUFFE, Chantal. En torno de lo Político; traducido por Soledad Laclau. Ed. Fundo de Cultura Económica da Argentina, Buenos Aires, 2007.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociologia. Política, Curitiba*, n. 25, Nov. 2005.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200003&lng=en&nrm=iso]. Acesso: 09. 04. 2019.

MAC GRAGOR, Helena Chaves, Necropolítica - A política como trabalho de morte. *Revista Ábaco*, V.4 numero 48. Miradas Sobre um Fascismo Insistente. Cidade do México, 2013.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial* – o homem unidimensional; Zahar, São Paulo, 1979.

_____. *Algumas Implicações sociais da tecnologia moderna. Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Editora UNESP, São Paulo, 1999.

MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1993.

MBEMBE, Achille. *Necropolitics*; Translated by Libby Meintjes, Duke University, 2003.

Disponível em: <https://www.dartmouth.edu/~lhc/docs/achillembembe.pdf> Acesso: 12. 02. 2019.

MILLER, Daniel. *How the world changed social media*. Ed. UCL Press, Londres, 2016.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massa no Século XX* – volume I Neurose. Tradução: Nora Ribeiro Sardinha, Ed. Forence Universitario, Rido de Janeiro, 2011.

NEGRI, Antônio; Para uma definição ontológica de multidão In: *Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia* nº19-20, janeiro de 2004 - Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro 2004, pp. 15-26.

NEVES Tiago, HOLLIGAN Chris and DEUCHAR Ross. Reflections concerning ethnographic ethical decisions and neo-liberal monitoring. In: *Revista Etnográfica* [Online], vol. 22 (2), Lisboa, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/5270> Acesso.12. 06. 2018.

ÖZKUL, Didem. Placing Mobile Ethnography: Mobile Communication as a Practice of Place Making; In: *The Routledge Companion to Digital Etyhnography*, 2017 pp. 221-231.
PISA. 2019. (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/>. Acesso: 15. 01. 2020.

PLANT, Sadie. *Zeros and Ones, Digital Women and the New Technoculture, Fourth Estate*, London; Doubleday, New York, 1995. Disponível em: <http://www.sadieplant.com/home/publications>> Acesso 12.02.2018.

POSTIL, John; PINK, Sara. Social media ethnography: the digital researcher in a messy web. Ed. Media International Australia, Melbourne, 2012.

PRADO, Keber Filho e MONTALVÃO Marcela Teti. Cartografia como Método para as Ciências Humanas e Sociais. Barbarói – Santa Cruz do Sul, 2013

PRECIADO, Paul B. 2014. El Feminismo no es un Humanismo. Disponível em: <http://paroledequeer.blogspot.com.br/2014/10/el-feminismo-no-es-humanismo-por.html>> Acesso: 15. 02. 2019

_____. 2009. Biopolíticas del gênero. Disponível em: <http://masculinidad-es.blogspot.com.br/2009/09/biopolitica-del-genero.html>. Acesso: 20. 02. 2019.

_____. *Multitudes queer*. 2003. Notes for a politics of "abnormality". Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002. Acesso: 20. 02. 2019.

POSTILL, Josh and PINK, Sara. *Social media ethnography: the digital researcher in a messy web*. Ed. Media International Australia Incorporating, Melbourne, 2012. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1329878X1214500114>.

Acesso. 18. 10. 2018

QUADROS, Paul. Dissimulacro-Ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. *Rev. Media & Jornalismo*, Lisboa , v. 18, n. 32, p. 201-218, abr. 2018 . Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso>]. Acesso. 04. 04. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonidade do Poder e classificação social. Em: *Epistemologias do Sul*. Org: Boa Ventura Souza Santos e Maria Paula Menezes. Ed. Cortez, São Paulo, 2010 pp. 84-130.

RAGO, Margareth Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 16, n. 1, p. 187-206, Apr. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100019&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100019>. Acesso: 12. 12. 2018.

RANCIERE, Jaques. *Dissensus: On Politics and Aesthetics.*, Ed. Continuum, London, 2010.

REICH, Wilhelm. *A Função do Orgasmo*; tradução de Maria da Gloria Novak. Ed. Brasilense, São Paulo 2004.

REVISTAS MUJERES LIBRES (1936-1938) Disponível em: <http://cgt.org.es/noticias-cgt/noticias-cgt/revista-mujeres-libres>

Acesso: 12. 12. 2019.

RIBEIRO, Djamila. 2014. As Diversas Ondas do Feminismo Acadêmico. Site Geledes, 25. 11. 2014.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/> Acesso: 04. 12. 2019.

ROCHA, Rose M. ; FERRAZ, Cláudia P. Ciborgue de Dreadlocks - o corpo falante TrizRutzats. *XXVIII Encontro Anual da Compós*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS; 06/2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Claudia_Ferraz2/publication/338434676_CIBORGUE_DE_DREADLOCKS_o_corpo_falante_Triz_Rutzats_1_CIBORGUE_WITH_DREADLOCKS_the_speaking_body_Triz_Rutzats. Acesso. 15. 01. 2020.

RUIZ, Tamara. 2011. Alexandra Kollontai: Los fundamentos sociales de la cuestion femenina y otros escritos. Disponível em:

http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=690927&pid=S1688-7026201500010000400039&lng=es Acesso: 20. 12. 2019

SANTIAGO, Homero. Entrevista: Antonio Negri revisita seu livro A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa, 2018. Disponível em: <http://www.editora34.com.br/download/1007.pdf>. Acesso: 21.12.2019.

SASSEM, Saskia. 2002. *Towards a Sociology of Information*

Technology. Disponível em: <http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Towards-a-Sociology-of-Information-Technology.pdf>. Acesso. 15. 01. 2020.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia* – Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. ed. Prometeo libros, Buenos Aires, 2010.

SKÅGBY, Jörgen. 2011. *Online Ethnographic Methods: Towards a Qualitative Understanding of Virtual Community Practices*. Copyright IGI Global. Linköping. Disponível em <http://people.su.se/~jsk/resources/Online-Ethnography.pdf>. Acesso 22. 12. 2018 .

TALVES, Kairi; KALMUS, Veronika. Gendered mediation of children's Internet use: A keyhole for looking into changing socialization practices. *Cyberpsychology- Journal of Psychosocial Research on Cyberspace of Masaryk University*, Czech Republic, 2015. Disponível em: <https://cyberpsychology.eu/article/view/4332/3396>. Acesso 12. 01. 2019.

TRERÈ, Emiliano. The Dark Side of Digital Politics: Understanding the Algorithmic Manufacturing of Consent and the Hindering of Online Dissidence *Ed. IDS Bulletin* Vol. 47 No.1, Brighton, 2016. Disponível em: www.researchgate.net/publication/290609211_The_Dark_Side_of_Digital_Politics_nderstanding_the_Algorithmic_Manufacturing_of_Consent_and_the_Hindering_of_nline_Dissidence. Acesso 19. 01. 2019.

VNS MATRIX. *The cyberfeminist manifesto for the 21st century*. Disponível em: <<https://vnsmatrix.net/the-cyberfeminist-manifesto-for-the-21st-century>>. Acesso. 6 jul. 2019.

VIANA, Natália. Por Insegurança, professores universitários pedem ajuda para deixar o país. *Revista Exame* 24. 03. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/por-inseguranca-professores-universitarios-pedem-ajuda-pardeixarbrasil/?fbclid=IwAR18CLw6p1cRK0ssZFH5vG9BuWX> Acesso. 12. 01. 2020.

WAJCMAN, Judy. *Feminism Confronts Technology*. The Pennsylvania State University Press, Suite C, 820 North University Drive, PA, 1991.

WILDING, Faith ; *Where is the Femininism on Cyberfeminism?* – The Feminist E- Zine, 2013. In:www.feministezine.com/feminist/cyberfeminist.html

WILSON, Japhy and SWYNGEDOUW, Erick. *The Post-Political and Its Discontents - Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics*. Edinburgh University Press Ltd, Edinburgh, 2014.

WINNER, Landon. *¿Tienen política los artefactos?* Organización de Estados Americanos para la Educación, la Ciencia y la Tecnología, 1986. Disponível em em: <http://www.oei.es/salactsi/winner.htm> . Acesso. 20. 06. 2018.

WOMENS WAVES ORG. 2019. Disponível em <http://www.womenonwaves.org/pt/page/380/safe-abortion-saves-women-s-lives>. Acesso 24.09.2019

ZEKTIN, Clara. 1919. Rosa Luxemburgo por Clara Zeckitin. In: *Movimento Revista Online*, 15. 01. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/01/rosa-luxemburgo-por-clara-zetkin/>. Acesso: 27. Set. 2019.

Páginas Ciberfeministas no Facebook para estudos de campo:

Católicas pelo Direito de Decidir - Disponível em:

https://web.facebook.com/catolicasdireitodecidir/?_rdc=1&_rdr. Acesso. 10.01.2020.

Feminismo Radical para Iniciantes - Disponível em:

<https://web.facebook.com/FeminismoRadicalParaIniciantes/> Acesso. 08.01.2020.

Feminismo Sem Demagogia - Disponível em:

<https://web.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>. Acesso. 05.01.2020.

Frente Evangélica pela Legalização do Aborto - Disponível em:

<https://web.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizacaodoaborto/>. Acesso. 12.01.2020.

Geledés- Disponível em: <https://web.facebook.com/geledes/> Acesso. 10.01.2020.

Judith Butler e Teoria Queer - Disponível em: <https://web.facebook.com/judithbutlerbrasil/>.

Acesso. 03.01.2020.

Mães de Maio - Disponível em: https://web.facebook.com/maes.demaio/?ref=br_rs. Acesso. 03.01.2020.

Mídia Índia - Disponível em: <https://web.facebook.com/VozDosPovos/>. Acesso. 05.01.2020

Não Me Kahlo - Disponível em: <https://web.facebook.com/NaoKahlo/>. Acesso. 05.01.2020

Saúde Mental e de Gênero - Disponível em: <https://web.facebook.com/saudementalegenero/>
Acesso. 12.01.2020.

Think Olga - Disponível em: <https://web.facebook.com/thinkolga/>. Acesso. 11.01.2020

Transfeminismo - Disponível em: https://web.facebook.com/Transfem/?ref=br_rs. Acesso. 09.01.2020.

Páginas das Mulheres Ciberfeministas da Política Institucional no Facebook (campos de pesquisa)

Áurea Carolina:[https://web.facebook.com/aureacarolina/?ref=br_rs. Acesso.15.03.2019]

Fernanda Melchionna:[<https://web.facebook.com/fernandapsol/>. Acesso.16.03.2019]

Manuela Dávila:[<https://web.facebook.com/manueladavila/>. Acesso.25.03.2019]

Marielle Franco: [<https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/> Marielle fala sobre o dia das Mulheres no Plenário ao vivo.

[<https://web.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/videos/543776616007935/>Acesso.25.03.2019].

Sâmia Bonfin:[<https://web.facebook.com/samia.bomfim.psol/> Acesso.26.03.2019]

Talíria Petroni:[<https://web.facebook.com/taliriapetronepsol/> Acesso.23.03.2019]